



MIGUEL CONCEIÇÃO SILVA SOROMENHO

MANUEL PINTO DE VILALOBOS

da engenharia militar à arquitectura

Dissertação de Mestrado em História da Arte Moderna

U. N. L.

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de História da Arte



36170

1991

MANUEL PINTO DE VILALOBOS

da engenharia militar à arquitectura

V O L U M E I

MIGUEL SOROMENHO · 1991

A Marina, à Constança e à Matilde

Aos meus pais

Agradecimentos

Não podemos abrir esta dissertação sem mencionar todos quantos concorreram para que este trabalho fosse tornado possível e todos aqueles que, pelas suas sugestões, contribuíram para o seu enriquecimento.

Ao Instituto Nacional de Investigação Científica, pela bolsa concedida.

Ao Prof. Doutor José Eduardo Horta Correia por ter acedido a orientar esta dissertação, pela intervenção construtiva com que acompanhou a sua elaboração, e pelas inúmeras pistas que abriu na leitura da obra de Manuel Pinto de Vilalobos.

A todas as instituições onde decorreu o trabalho de investigação documental, pelas facilidades oferecidas. Especial destaque para o Arquivo Distrital de Viana do Castelo, pelo carinho e dedicação que a sua directora e restante pessoal demonstraram ao longo destes meses de trabalho.

Ao Sr. Director do Museu de Viana do Castelo pela disponibilidade com que sempre nos recebeu.

Ao Sr. Eng^o João Gomes d'Abreu, profundo conhecedor da Ribeira Lima, pelas preciosas informações que nos forneceu e que permitiram aclarar alguns pontos obscuros deste trabalho.

Ao Dr. Rafael Moreira, o primeiro investigador a entrever a extraordinária importância da arquitectura vianense, pelo seu encorajamento.

A Fátima Távora Coutinho e ao José Carlos Carvalho, pela sua espantosa hospitalidade.

A Dr^a Ana Paula Pinto Vilasboas pela leitura paleográfica do material oriundo do A.D.V.C.

Ao Jorge Prata, companheiro de viagem e crítico atento.

Ao José Sales pelo apoio prestado.

Ao José Ventura, pela paciência para com um leitor tão descuidado.

A Marina, cuja experiência e disciplina foram essenciais para que esta Dissertação se concluísse.

Abreviaturas utilizadas

A.D.B.- Arquivo Distrital de Braga

A.D.V.C.- Arquivo Distrital de Viana do Castelo

A.H.M.- Arquivo Histórico Militar

A.H.U.- Arquivo Histórico Ultramarino

A.N.T.T.- Arquivo Nacional da Torre do Tombo

B.G.U.C.- Biblioteca geral da Universidade de Coimbra

B.N.A.- Biblioteca Nacional da Ajuda

B.N.L.- Biblioteca Nacional de Lisboa

C.G.- Conselho de Guerra

M.N.A.A.- Museu Nacional de Arte Antiga

INTRODUÇÃO

Cap. I- A FORMAÇÃO DO ENGENHEIRO

- 1.1.- A Aula de Fortificação de Lisboa p. 3
- 1.2.- As estruturas convergentes e a
«Lição» de Viana do Castelo p. 18
- Notas Cap. I p. 37

Cap. II-O REGIME DE ENCOMENDA

- 2.1- O mecenato dos Arcebispos de Braga
 - 2.1.1- D. Luís de Sousa p. 56
 - 2.1.2- D. José de Menezes p. 62
 - 2.1.3- D. João de Sousa p. 67
 - 2.1.4- D. Rodrigo de Moura Teles p. 74
- 2.2- A intervenção real
 - 2.2.1- O engenheiro militar e a cidade: Manoel
Pinto de Vilalobos e a regulação do crescimento
urbano p. 101
 - Notas Cap. II p. 122

Cap. III- AS OBRAS

- 3.1- A transformação do território: o caso das
campanhas de Manuel Pinto de Vilalobos p. 148
- 3.2- A arquitectura de Vilalobos: do
maneirismo ao proto-barroco p. 161
 - 3.2.1- A arquitectura religiosa p. 164
 - 3.2.2- A arquitectura civil p. 180
 - Notas Cap. III p. 201

CONCLUSÃO

p. 221

FONTES

P. 224

BIBLIOGRAFIA

P. 227

INTRODUÇÃO

A abordagem da obra arquitectónica do engenheiro militar da Província do Minho, Manuel Pinto de Vilalobos, colidia, em princípio, com dois grandes obstáculos: a própria configuração da área de intervenção, definindo-se por uma marginalidade relativa face aos centros de produção mais relevantes; e a ingratidão de uma época pouco conhecida, na charneira dos séculos XVII e XVIII.

Nos seus primórdios, a moderna historiografia da arte portuguesa em geral e do noroeste em particular, sobretudo a partir da elucidação dos percursos singulares de Nasoni e de André Soares, e dos esforços convergentes de pioneiros como R. Smith e Flávio Gonçalves, deu especial ênfase ao originalíssimo florescimento do barroco das terras nortenhas. Mais recentemente, por força de uma produção teórica centrada no aprofundamento do paradigma do barroco, não esmoreceu a atenção a um capítulo privilegiado da arte portuguesa.

Ora, foi tanto o desajustamento cronológico da obra de Manuel Pinto de Vilalobos, em relação à grande actividade arquitectónica posterior, como a sua excentricidade em relação à afirmação plena, no sul, do barroco joanino, de que o nosso engenheiro militar foi um exacto contemporâneo, que não permitiram uma atenção maior à sua obra, tanto mais que, ela conformava-se teimosamente na repetição de velhos esquemas maneiristas provinciais.

A inexistência de uma reflexão sistemática sobre o período em causa, uma outra lacuna concorria, à partida, para a dificuldade deste projecto de investigação. Confrontámo-nos de facto com a ausência de monografias regionais actualizadas e metodologicamente informadas que permitissem traçar o quadro conjuntural em que se inscreveu a arquitectura de Vilalobos: caracterização da actividade económica do Alto-Minho nestes finais do séc. XVII, sua estrutura social, regime administrativo da diocese de Braga, relações entre poder local e poder central, produção e consumo de obras de arte, inventariação patrimonial, etc.

Estas lacunas, que são particularmente graves no panorama da história local, encontrámo-las ainda no tratamento de outros capítulos desta dissertação. Não existem ainda, por exemplo, abordagens ao sistema de formação dos engenheiros militares no Portugal seiscentista e, por isso, abrimos justamente com uma tentativa de levantar a problemática que rodeava a iniciação pedagógica na Aula de Fortificação de Lisboa. Passámos em seguida um olhar breve ao fenómeno de proliferação das pequenas estruturas formativas que asseguraram a ligação entre as periferias e o centro e, ao destaque que, entre elas, ganhou a Lição de Viana do Castelo. Estabelecido este primeiro período, interessou-nos esclarecer as razões da associação do engenheiro ao programa mecenático dos arcebispos de Braga que, pelo desenvolvimento do trabalho, demonstrou ter dependido mais de uma necessidade técnica do que propriamente artística. Como contraponto à

encomenda arquiiepiscopal, processava-se a actividade do funcionário régio, envolvido sobretudo na regularização e gestão de espaços urbanos.

Enfim, as obras. Excluída, pela opção dos limites temáticos, a actividade de desenhador de retábulos, centrâmos a nossa atenção nos grandes empreendimentos da engenharia militar e nos objectos remanescentes de um labor que se conta, seguramente, entre os mais extensos de toda a história da arquitectura portuguesa, e que se destacou sempre pelo modo como incorporou uma segura poética pessoal

1- A FORMAÇÃO DO ENGENHEIRO

1.1.- A Aula de Fortificação de Lisboa

Falar do processo de academização da engenharia militar em Portugal é evocar grande parte da História da Cultura na 2ª metade do século XVII e durante o séc. XVIII. Ela remete de facto para o problema da tradição do ensino científico, das modalidades da sua difusão, da relação epistémica entre vários campos de saber ou do enquadramento teórico que presidiu à formação coeva das elites.

A História da arquitectura portuguesa interessa também esclarecer o programa de institucionalização da engenharia militar, pois sabe-se hoje como ela foi devedora da actividade projectual dos engenheiros e da sua cultura específica.

Ao estabelecer em 1647 uma Aula de Fortificação e Arquitectura Militar sob a direcção do Cosmógrafo-Mor Luís Serrão Pimentel, D. João IV operava um reatar inequívoco de uma tradição que radicava na "Lição dos Moços Fidalgos". Esta academia, reorganizada em 1562 pela Rainha D. Catarina, e novamente em 1572 com a introdução da didáctica da arquitectura, assegurada pelo concurso do "mestre das obras de el-rei", António Rodrigues, funcionou, até princípios da década de oitenta, como uma lição informal de apoio à

formação intelectual do futuro monarca D. Sebastião e de alguns jovens fidalgos. Num ambiente cultural muito estimulante, enriquecido pela presença de alguns dos principais cientistas portugueses do tempo -como Pedro Nunes e João Baptista Lavanha- cruzaram-se, num mesmo âmbito metodológico, várias disciplinas científicas, com especial incidência para a Matemática, a Geometria e a Cosmografia(1). É justamente neste alfofre de experiências e de ensinamentos que se define a relação epistemológica entre a Matemática e a Architectura, através da qual, esta "ascende à dignidade científica e vê abrirem-se-lhe as portas do ensino superior"(2).

A criação seiscentista da Aula de Fortificação pode, ao nível de um entendimento integrador de várias disciplinas, filiar-se na Escola do Paço da Ribeira, mais do que na instituição filipina dos "três lugares de aprender architectura" (1594) que apontava sobretudo para habilitar architectos já iniciados, a um estreito acompanhamento do programa de obras régias (3).

Ao iniciar uma guerra com a Espanha em 1640, logo após a tentativa consumada de colocar no trono a Casa de Bragança, e de par com uma ampla acção diplomática, Portugal empenha-se a fundo na reorganização de todo o seu sistema militar. Reordena organicamente as suas estruturas de decisão, com a criação de um Conselho de Guerra em 1641, e a si subordinada, uma Junta das Fortificações, procede a construção de uma

malha estratégica de redutos defensivos e cria a Aula de Fortificação em 13 de Julho de 1647, coroando este edifício executivo com a autoridade reconhecida à Junta dos Três Estados para superintender a uma série de questões relacionadas com assuntos militares (4).

O enquadramento político-militar destas alterações condicionou desde logo uma deslocação de vocações em relação à Aula realenga do sec. XVI: a um clima especulativo e quase diletante onde evoluía uma "elite" restrita de membros da alta nobreza, sucede o rigor pragmático de uma estrutura apostada num tipo específico de intervenção. A Aula de Fortificação de Lisboa surge pois para resolver problemas conjunturais determinados, num quadro de objectivos programados e com um horizonte de actuação que passa pela funcionalização completa do engenheiro militar.

Nesta perspectiva, a Aula de Fortificação projectou-se como um instrumento privilegiado ao serviço da organização do Estado Moderno, não só por lhe estar atribuída a formação de um corpo de técnicos ao serviço da Coroa, mas também pela maneira global como passa a encarar a gestão de um território. A própria figura do Engenheiro-Mor, identificando a partir de Luis Serrão Pimentel aquele cargo com a regência da Aula, remete para a noção do exercício de poder sobre um espaço homogéneo (5) e, em períodos de vacância, como aquele que medeou entre a morte de Serrão Pimentel (1679) e a nomeação para o cargo de Manuel Azevedo Fortes (1719), o

engenheiro encarregue da Aula tomava algumas das atribuições do Engenheiro-Mor, apreciando planos, discutindo ideias ou dando o seu aval a projectos respeitantes a todo o país. A sua importância era tanta que não só esta superintendência respeitava ao controlo dos assuntos ordinariamente dependentes da sua tutela, como sejam os da engenharia militar, como ela se exercia por vezes sobre outras esferas da vida artística -como a arquitectura religiosa-, neste caso devido à vinculação pessoal dos engenheiros, obrigados em determinadas circunstâncias a fazer aprovar os seus projectos nas instâncias superiores (6).

Ao engenheiro saído da Aula de Fortificação pedia-se-lhe ainda que, além do exercício ordinário da sua profissão de architecto castrense, actuasse ao nível da sistematização dos conhecimentos sobre o território, incumbindo-o de trabalhos no âmbito dos levantamentos cartográficos (7), que interviesse no controlo de meios de produção estratégicos, e daí o envio de dois discípulos da Aula, em 1694, para o Alentejo, para "aprenderem a ser mineiros na mina da azambujeira que se esta abrindo" (8), ou de planificação e abertura de vias de comunicação (9).

O interesse centralista no controlo da formação do engenheiro militar evidenciou-se ainda na tentativa reguladora das instituições que, não tendo um carácter oficial, concorriam no magistério das matérias da

arquitectura militar. Existia em Portugal, desde a 2ª metade do séc. XVI, uma «Aula de Esfera» a funcionar no Colégio de Sto. Antão. A partir da 2ª metade do séc. XVII foi ali introduzido o ensino da Geometria e da Aritmética, antes inexistente, matérias que passavam assim a emparceirar com a marinharia e a astronomia. Passo seguinte é o aparecimento de lições de arquitectura, visando preparar os alunos da «Aula de Esfera» para uma carreira na engenharia militar, e responsável de facto pela preparação, nesta área, de algumas figuras pioneiras, como Serrão Pimentel. Por razões ainda não esclarecidas, o ensino daquelas matérias foi entretanto suspenso e era possível, por isso, ouvir o Marquês de Marialva, em 1680, aconselhar a que se "torne a restituir ao Colegio dos Padres da Companhia desta Cidade [de Lisboa] a antiga cadeira da fortificação onde se insinou tantos annos" (10). O Pe. Gonzaga, de quem se conhece um Tratado de Architectura (11), assumiu então essa responsabilidade, mas é preciso reter que ela decorria da estrita observância de uma determinação de D. Pedro II (12), demonstrando bem o interesse que a Coroa punha no incremento da pedagogia da engenharia militar desde que na conformidade de uma direcção unificada, a qual estava a ponto de ser construída. Até aqui existira uma situação em tudo paralela à de Espanha, onde "os jesuitas consiguieron en los anos centrales del siglo XVII intervenir directamente en la ingeniería militar (...), no solo a traves de las enseñanzas en el Colegio Imperial, sino

tambien incluso a traves de su intervención en el control del acceso a la profesion"(13). Entre nós multiplicavam-se os exemplos deste protagonismo jesuítico e são conhecidos os casos dos dois religiosos estrangeiros de Sto. Antão que em 1643 foram mandados inspeccionar as fortificações de Cascais ou a tarefa semelhante, mas relativa a todas as fortalezas do país que, em 1686, um Alvará régio entregou ao Pe. João dos Reis (14). Cada vez mais, porém, se nota um movimento de apropriação disciplinar que só estará completo no séc. XVIII, quando o engenheiro militar se identifica absolutamente com o funcionário do estado.

A acção normativa da Aula de Fortificação materializou-se ainda no controlo da produção discursiva sobre a engenharia militar, através da legitimação de um texto e de um método canónicos da arte de fortificar. O que se jogava aqui, além da introdução de um sistema unificado e por isso mesmo mais eficaz, era a projecção crescente de um corpo de ideias oriundas de uma esfera a que poderemos chamar "ideológico-política". A influência mais visível deste corpo de ideias, dava-se no desejo constantemente afluído de "nacionalizar" o corpo de engenheiros militares a operar em Portugal. De facto, desde a chegada de engenheiros militares italianos, ainda na 1ª metade do sec. XVI, até uma vaga mais recente, logo após a Restauração, em que o grosso do contingente era constituído por oficiais franceses, era aquela uma profissão muito dependente da evolução técnico-científica

das sociedades mais avançadas da Europa. O ensino reflectia então essas tendências, e tratados e manuais em circulação no sec. XVII, davam conta do peso das "escolas" nacionais, alternando italianos e alemães, holandeses com franceses (15).

Esta preocupação vêmo-la expressa no Alvará que criava, em 1651, uma aula de fortificação em Elvas, para que, na "defeza destas fronteiras [de Portugal] (...) haja nellas sugeitos portuguezes" (16). A mesma preocupação aparece ainda numa resolução da Junta dos Três Estados exarada em 25 de Setembro de 1670 e pugnando pela continuação da Aula de Fortificação mesmo depois da paz de 1668, para que "senão (sic) extinga hua profissão que a experiencia de tantos annos de guerra mostrou ser tao util, e necessaria poupandose tambem por este meyo os excessivos soldos que se davão aos Engenheiros que vinhão de fora do reyno, os quaes (para o que se offerecer) se podem escusar quando tenhamos sogeitos naturaes que se podem ir fazendo capazes na mesma Aula" (17).

A engenharia militar começa agora a aparecer investida de um capital simbólico que a consagrava como espelho do estado de desenvolvimento da nação num movimento despoletado pela apresentação, em 1666, de um novo método de desenhar fortificações inventado por Luis Serrão Pimentel. Em vista da novidade, são convidados a apresentar os seus pareceres todos aqueles que mais directamente intervinham na condução da política militar portuguesa. Processo

interessante, este, ao deixar mostrar tanto a capacidade argumentativa de pessoas sem formação específica dentro da engenharia militar, como por evidenciar a transparência de um mecanismo de decisão colegial, apoiado na discussão de ideias e na circulação de experiências. Na unanimidade das opiniões expressas -apenas quebrada pela do Marquês de Marialva- duas certezas são aduzidas: o novo método traz vantagens evidentes, sobretudo porque pode fazer diminuir prazos de aprendizagem, mas ele representa, antes do mais, uma oportunidade única de fazer afirmar as capacidades portuguesa aos olhos do Mundo. E assim, num tom hipérbólico, são tecidos os comentários que convergem para uma exaltação heróica das virtudes nacionais: "de muito lustre para o reino", afigura-se este invento, e útil "para que reconheção as nações estrangeiras que o que em tantos annos e em tão largos volumes não podendo seus mayores mestres descobrir, pode hum so vassalo de Vossa Magestade conseguir com summa facilidade" (18).

A contaminação do discurso técnico por um nacionalismo latente, emerge ainda noutro processo exemplar. Querendo o engenheiro da Província do Minho, o francês Miguel de Lescole, dar à estampa, em 1670, um Tratado de Fortificação que tinha composto, e pedindo o necessário "imprimatur" às instâncias superiores, houve-o por escusado o Tenente-General Simão Mateus (19). Para isso, apoiava-se este engenheiro numa criteriosa apreciação dos deméritos e defeitos da obra de

Lescole: além de ter uma importância pedagógica nula, por se dirigir a um publico com noções mínimas de "Geometria pratica, a trigonometria e uzo dos senos tangentes e secantes com seus Logarithmos"; além de apresentar soluções altamente discutíveis, como a da conveniência ou não dos flancos obliquos e a dos limites dos polígonos exteriores, esta obra estava desajustada da realidade portuguesa. Estava-o porque a "Lingoa materna do Mestre de Campo [Miguel de Lescole] lhe não deu lugar para apropriar as palavras portuguesas como pedia o sentido" e estava-o porque a Simão Mateus não se lhe acomodava que "escrevendo e falando portugues hajamos de uzar medidas estrangeiras de passos e pes tendo hua tão real como a nossa braça e mais propria para a fortificação que nehũa". Enfim, à laia de conclusão, pedia-se a El-Rei que publicasse o Tratado de Serrão Pimentel, "tanto para credito da nação" como porque "aos que não são peritos he melhor mostrarlhe hu caminho facil e estreito que confundilos com muytos".

A tão celebrada obra de Luís Serrão Pimentel só foi publicada em 1680 (20), o que não impediu que, circulando manuscrita, servisse de texto base na lição da Ribeira das Naus e que dali o "levarão sabido discipulos (...) que forão despachados para a India, Brasil e Reino" (21).

Epifenómeno do ambiente em que então se vivia, este texto propõe, logo no título e de uma forma lapidar, um "methodo lusitanico" de desenhar fortificações, de facto não uma metodologia inovadora, mas antes o resultado de uma

síntese de elementos colhidos em vários sistemas (22). Ora, como deve compreender-se a "individualização de um sistema nacional [de engenharia militar] [como] fruto de uma simplificação historicamente não correcta" (23), ela só pode resultar de uma operação ideológica, legitimada e amplificada, neste caso concreto, a partir justamente da Aula de Fortificação de Lisboa. Esta pregnância da teoria fortificatória por um nacionalismo explícito explica-se perfeitamente na extensão do "fundamentalismo brigantino" que vinha a informar a cultura portuguesa desde a 1ª metade do séc. XVII, ao mesmo tempo que a dotava de dispositivos celebratórios próximos de uma lógica propagandística (24).

Em torno das ideias-chave que dominaram a problemática da Aula de Fortificação neste final de seiscentos, a instrumentalização da engenharia pelo aparelho político e a sua ideologização pelo nacionalismo então em voga, agrega-se uma outra que, a bem dizer, completa o enquadramento doutrinal da formação do engenheiro militar português. Trata-se da questão latente, nem sempre explicitamente assumida, da importância respectiva da teoria e da prática na engenharia militar. O conflito, dirimido entre concepções distintas resumia-se a duas opções que, ou valorizavam uma articulação entre a prática e uma componente científica vazada no domínio das matemáticas puras e aplicadas, ou atribuíam uma precedência decisiva à experiência do engenheiro na resolução dos problemas. O essencial da

formulação destas duas posições não era original no contexto europeu e, entre nós, foi apenas mais precoce no seu epílogo. Em Espanha, por exemplo, ela situa-se já no 12.º quartel do sec. XVIII, alimentada pela polémica sobre a estrutura das academias militares (25).

A expressão do conflito não atinge grandes proporções mas é todavia evidente. O pretexto é de novo o método original de Serrão Pimentel: esclarecidamente aponta o Marquês de Marialva que, se a dificuldade da fortificação consiste na escolha do terreno, o que não é redutível a uma regra geral, logo não poderá existir uma "ciência" da fortificação, o que se demonstra pela excelência de todos os métodos quando bem aplicados. A clareza do silogismo permite o desvelar do raciocínio consequente de "não ser tao util nos engenheiros a siencia como a experiencia" (26) e de, por isso, não aprovar a invenção de Serrão Pimentel. Neste, por seu lado, se há grande atenção à experiência, prevalece uma atitude de conciliação entre os dois termos, presente no Methodo Lusitanico sob a espécie da interacção entre a qualificativa e a operativa, ou na argumentação recorrente na época, do enlace entre a theorica e a practica. Um caso extremo transparece ainda da apreciação do "curriculum" de Manuel de Azevedo Fortes, em 1697, para efeitos da sua graduação em capitão-engenheiro, onde se avantajam em absoluto as qualidades da sua preparação teórica: o suplicante merecia o cargo, rezava a súplica, "assy pella

inteligencia das linguas, como pellas Felosophias e Mathamaticas" (27).

Pode-se reconhecer, na atitude de Serrão Pimentel, "a continuidade da vertente experencialista portuguesa cujas raízes mergulham na cultura dos Descobrimentos portugueses" (28), mas é forçoso concordar que a radicalidade do raciocínio de Marialva tem origem diversa. A recusa compulsiva da vertente teórica da engenharia militar, derivava igualmente dos desejos de evitar os efeitos de uma rutura do tecido social, pela substituição de modalidades de acesso às chefias militares baseadas na antiguidade e na origem social, por outras de teor meritocrático, numa altura em que a engenharia militar passava a constituir uma das saídas para a renovação do corpo social e do próprio aparelho de estado.

*

* *

Além das questões especificamente técnicas ligadas a problemas particulares da ciência da fortificação, era aquele o quadro que definia os limites do próprio exercício da profissão e que acompanhou decerto a formação de um engenheiro militar português em finais do séc. XVII que, em princípios da década de 80, em data incerta, passa a integrar, como discípulo, a Aula de Fortificação. É provável

que o aspirante Manuel Pinto de Vilalobos já trouxesse consigo algumas luzes de matérias consideradas básicas -como a matemática- e a ser ele o escrivão homónimo que anos antes prestava serviço no 4º Ofício tabeliônico de Viana do Minho, o desenho correcto da sua letra indica um grau óptimo de alfabetização (29).

Natural do Porto, o jovem limiano pertencia a uma família de poucos recursos, sobre a qual recaía a suspeita, nunca confirmada, de ter mácula de sangue (30). Os avós paternos, Manuel Gomes e Filipa Pinto, assim como o pai, eram oriundos de Évora e, em data anterior à Aclamação (1640), instalaram-se nas margens do Douro, na Rua da Relação Velha, onde o chefe da família exercia a profissão de surrador. Eram estes, pelo menos, os factos incontroversos apurados no processo de habilitação para familiar do Sto. Ofício que Vilalobos requereu em 1682, quando ainda estudava em Lisboa, residindo à época na Bica de Duarte Belo. De resto, as testemunhas chamadas a depôr não conseguiram acertar com os factos: a família Gomes saíra de Évora devido a um motim, para uns, ou por perseguição religiosa, para outros (31); Manuel Pinto de Vilalobos (Pai) casara ainda no Porto com Maria Luís, entretanto falecida, e em Viana teria desposado uma Dona Margarida, o que de qualquer modo não era certo; o filho talvez fosse natural, versão confirmada por uma tia, Francisca Gomes, e a mãe era Ana Martins, criada, a servir na cidade do Porto e natural de Vila do Conde; o pai exercera

ainda o ofício de surrador mas, segundo alguém, foi depois criado de um cristão-novo, estanqueiro do tabaco no Porto, e com ele se mudou para Viana; de presente (1683), vivia o pai na vila de Valadares, concelho de Monção. Do jovem Vilalobos ninguém se recordava, apenas que teria ido, ainda rapaz, para Viana e isto havia mais de vinte anos, o que não será muito de fiar, pois ao morrer, em 1734, andaria então na casa dos oitenta, idade inusual por aqueles tempos. A imprecisão destes dados pode ser inferida por outra via. Num documento notarial datado de 1706, Manuel Pinto de Vilalobos e sua mulher Maria Sanches da Costa passaram uma procuração bastante a Guilherme da Costa Spence(r?) para receber na cidade de Lisboa, em seu nome, os bens deixados por morte de sua mãe e sogra Francisca Gomes que, como vimos, aparecia nas devassas do Santo Ofício como tia do engenheiro (32).

O inquérito, inconclusivo quanto à limpeza de sangue, era no entanto inequívoco a apontar uma «inferior condição» social, por gerações tão próximas aparecerem ligadas a ofícios mecânicos. Assim, a carreira no Exército, afigurar-se-ia como o expediente possível para uma relativa ascensão social que de outro modo dificilmente seria provável.

Em Lisboa e como discípulo da Aula, Manuel Pinto de Vilalobos podia contar com seis mil reis de partido (33),



pela sua assistência às lições do Lente Francisco Pimentel (34), distribuídas por duas horas diárias e sendo as presenças rigorosamente contabilizadas e registadas (35). O tempo normal de formação estendia-se por dois anos, durante os quais os que não mostrassem aproveitamento eram dispensados, sendo os outros mandados para as Províncias como Ajudantes de Engenheiro e com o soldo de seis mil reis por mês.

Em Março de 1683, o Conselho de Guerra, por intermédio de Diniz de Melo e Castro, ordenava a Francisco Pimentel que indicasse os "Decipolos que tem mais capazes para dous delles hirem servir a Provincia do Alentejo e hum a Evora e outro a Provincia do Minho para tomar a doutrina de Miguel de Lescot". Os mais habilitados eram Pedro Correa Rebelo e Manuel Pinto de Vilalobos, e embora este já não assistisse na Aula havia sido examinado pelo Conselho (36). Passara em definitivo a Viana do Castelo, onde, nas cinco décadas seguintes, iria dar o tom a uma intervenção arquitectónica de dimensões sem precedentes naquelas paragens.

1.2. As estruturas convergentes e a "Lição" de Viana do Castelo

O papel institucional assumido pela Aula de Fortificação da Ribeira das Naus condicionou todo o desenvolvimento da engenharia militar em Portugal a partir da 2ª metade do séc. XVII. Ela preenchia de facto o espaço oficial de formação de engenheiros militares e a si cabia definir os parâmetros técnico-formais da arte de fortificação.

A acção centralizadora da Aula de Lisboa não cerceou porém o aparecimento de estruturas pedagógicas convergentes que a um nível mais localizado tentavam suprir as deficiências formativas de base de soldados e oficiais, melhorar a capacidade técnica dos diversos corpos do Exército e obviar às limitações evidentes de uma Lição reservada a doze partidistas e a funcionar exclusivamente junto da sede política do Reino. Acima de tudo, lutava-se contra a míngua de engenheiros a trabalhar nas províncias mais expostas, depois da redução substancial de efectivos que se seguiu à paz com Espanha em 1668, a chamada Reforma Geral, e em conformidade com uma política clara de nacionalizar uma profissão até ali dependente dos reforços recrutados no estrangeiro.

As estruturas convergentes que assim foram emergindo, ou se caracterizavam por uma vocação marcadamente complementar,

quando apenas visavam fornecer uma mais-valia de conhecimentos, ou apostavam numa estratégia de substituição em relação à Aula de Fortificação de Lisboa, com a autonomia necessária para formar os seus próprios engenheiros. Por vezes, eram criadas por imposição do topo, e dado o seu artificialismo, não encontravam materializadas as condições objectivas para o seu funcionamento. Noutros casos, elas nasciam de forma mais natural, possibilitadas pelas circunstâncias e pelas necessidades de momento, descrevendo um percurso irregular, mas podendo definir a cada passo as suas próprias metas e objectivos.

É difícil medir hoje o alcance destas pequeníssimas estruturas e é bem provável que fosse com naturalidade que elas surgissem, um tanto ao acaso e só dependentes do empenho volitivo dos mestres de ocasião. Em data tão tardia como 1733, quando já está bem solidificada uma rede oficial de Aulas de Fortificação, ainda veremos o engenheiro João Tomás Correia de Brito oferecer-se para, em Setúbal, ensinar "todas as matérias conducentes a constituir hú prefeito engenheiro como são geometria assim especulativa como practica, trigonometria rectelínea e esphérica, Longemetria, Altemetria e Planametria; como também a lição do risco para a factura das plantas" (37). O estudo da geometria, sobretudo nas suas aplicações práticas, que estava bem implantado em Portugal em começos do séc. XVIII, ao contrário do que a "lenda negra" criada por Verney quis fazer crer, muito deveu à solidez

destas estruturas educativas, que não poucas vezes serviram de antecâmara a um aprofundamento disciplinar mais consequente (38).

O exemplo mais antigo de uma aula a funcionar fora de Lisboa refere-se à criação, por inspiração do Príncipe D. Teodósio -também ele grande amador da arte da fortificação- de uma aula de matemática, fortificação, artilharia e castrametação em Elvas, sede da Vedoria do Alentejo, e dotada, por Alvará de 19 de Dezembro de 1651, de um regulamento circunstanciado (39). As lições, "que se mantiveram por mais de uma vintena de anos, (foram) dadas sucessivamente pelo jesuíta inglês Tomás Owen, pelo irlandês Hugo Colano, por Valentim Estancel, da Boémia, que também foi mestre em Santo Antão, e pelo Padre António de Almeida, português. A Matemática era estudada nas suas aplicações à estratégia militar e frequentavam-na os soldados e oficiais da guarnição de Elvas" (40). Mas, acima de todos quantos ali ensinaram, o funcionamento desta lição foi viabilizado pela presença, naquela praça alentejana, do engenheiro militar flamengo Cosmader, padre jesuíta activíssimo nas campanhas da Restauração e responsável por grande parte do aparelho defensivo da província. Característica geral, a viabilização das aulas vai quase sempre mostrar uma vinculação muito personalizada aos nomes mais em evidência da arquitectura

militar portuguesa, funcionando então em função da sua cultura específica e dos seus próprios métodos de ensino.

Em 1665 era a vez de se criar uma aula no Castelo de S. Jorge, desta feita revelando uma maior dependência do modelo pedagógico da Aula da Ribeira das Naus, ao incluir o ensino da náutica entre as matérias de eleição (41), não devendo porém ter tido grande futuro, como não o tiveram, bastante mais tarde, as Aulas de Fortificação pensadas para a Índia e para Angola, ambas no ano de 1699, que falharam e não apresentaram os resultados pretendidos, por insuficiências dos mestres ou simplesmente pela sua inexistência (42). Também no Alentejo, em Estremoz, esteve projectada a leccionação de uma cadeira de fortificação e, em 1666, esperava-se que fosse Luis Serrão Pimentel a conduzi-la, "para o que ja elle the tinha casa (e) porque ha muitos soldados mui curiosos da fortificação e com a lição e doutrina de Luis Serrão poderão fazerse os mayores engenheiros da Europa (43).

Já o mesmo não deve ter acontecido na Província da Beira. Aí, em 1686, o sargento-mor engenheiro e discípulo de Luis Serrão Pimentel, Jerónimo Velho de Azevedo, era autorizado a "pôr escolla para ensinar em seis mezes do anno trez na praça de Almeida e outros trez na de Penamacor" alem de "esquadroes, formaturas dos tercos, reducoes e manejos mas tao bem (...) postilla da ... (palavra ilegível) e deffença das Prasas e forma em que se devem cobrir o seu exterior na

campanha dando hú dia lição de huma matéria e o outro doutra alternativamente..." (44). Pelo menos os filhos aproveitaram-lhe a ciência e ambos se tornaram excelentes engenheiros (45), numa demonstração inequívoca de como a engenharia militar se transmitia em moldes corporativos e familiares, característica que tenderia a diminuir com a academização das práticas pedagógicas da engenharia militar.

Quando em 1684 o novel ajudante de engenheiro, Manuel Pinto de Vilalobos chega a Viana do Castelo (46), onde passaria a exercer a profissão e onde presumivelmente já se iniciara na arte de projectar, o Mestre de Campo Miguel de Lescole debatia-se com uma preocupante falta de colaboradores. Até à Reformação Geral de 1668-9, contara com Cláudio des Granges, também ele um engenheiro francês colocado no Minho desde 1660 (47). Em dois períodos alternados aí servira ainda Tomé Pinheiro de Miranda, primeiro desde 1666 até data incerta (48) e depois a partir de princípios do ano de 1669 (49) até ao seu embarque definitivo para o Maranhão, no Brasil, promovido em capitão (50) e porventura já enriquecido depois do tirocínio minhoto.

Obrigado a acorrer às fortificações de Trás-os-Montes, no desempenho de uma "jurisdição" alargada, além de exercer obrigatoriamente o seu múnus no Minho, a Miguel de Lescole cabia ainda, por inerência de funções, a superintendência de tudo o que tocasse à artilharia, manutenção dos paíóis e das

peças, sua limpeza e verificação periódicas, bem como a assistência aos oficiais daquele ramo. Trabalho acrescido ainda, note-se, pelo lamentável estado das fortificações, que não eram objecto de manutenção tão regular como em tempo de guerra, por exiguidade orçamental e por incúria do poder central, cujos recursos eram canalizados maioritariamente para o Alentejo, principal corredor de acesso à capital e palco de um complexo sistema defensivo fortificado (51).

Logo em 1668, Miguel de Lescole suplica ao Conselho de Guerra que se lhe mandassem ajudantes, decerto coincidindo o pedido com o período de ausência de Pinheiro de Miranda. Seis anos volvidos, em 1674, transparece a mesma preocupação no preenchimento do lugar de ajudante, num episódio relatado pelo Engenheiro-Mor, Luis Serrão Pimentel. Vinha ao caso que pelos rigores de uma fortíssima invernoada se havia arruinado a face de um dos baluartes da fortificação de Chaves, por acaso obra de Lescole (52). Como o dano precisava de reparo e a província de um engenheiro a tempo inteiro, Serrão Pimentel avançava o nome do Ajudante de engenheiro João Coutinho, que havia já servido em Trás-os-Montes e fora vítima da desmobilização de 1668, alvitrando com acerto que "faltando engenheiro em hua obra he muito maior o danno que nella resulta que o custo do engenheiro" (53). Se João Coutinho não estivesse disponível para reatar o seu trabalho, como parece que não estava por entretanto ter reorientado a sua vida, poderia ir Lucas Ferreira Simões. Este principiante, escrevia

o Engenheiro-Mor, "posto que não tem experiencia mais que dos desenhos que o anno passado me vio fazer, em algumas Praças da Beira em companhia de Miguel de l'Escolle e do capitão Jerónimo Velho de Azevedo meu discipulo e engenheiro daquella Provincia mostrou tal viveza e intelligencia do que se obrava que Miguel de l'Escolle desejou muito levallo consigo: e queria escrever a Vossa Alteza pedindo lhe quizesse fazer merce darlho para Ajudante por estar só e velho e sem ter pessoas de quem se podesse fiar nestas materias para lhe executar o que elle dispuzer em Traz-os-Montes ou nas Praças do Minho, aonde não puder assistir quando for necessario, por seus achaques" (54).

Se Lucas Ferreira Simões chegou ou não a ir não o sabemos (55), mas é crível que Lescolle continuasse com afinho a procurar criar um corpo de auxiliares: não podia esperar um tempo infindo pelas decisões de Lisboa, que resultavam da disponibilidade de alunos e das decisões logísticas que nestas matérias cabiam ao Conselho de Guerra e à Junta dos Três Estados, e podia ainda adaptar a formação às necessidades específicas do território sob a sua alçada.

O acompanhamento à iniciação dos oficiais de artilharia ocupava as energias de Lescole de forma não dispicienda. Em tempos de guerra recebera o concurso de dois oficiais franceses (56) mas de novo, a redução de efectivos eliminara esse pequeno privilégio e só ocasionalmente poderia contar com o apoio dos engenheiros ali disponíveis.

A formação prestada por Lescole aos seus artilheiros era efectuada sobretudo através do exercício prático, implicando por isso deslocações regulares entre as praças da província, o que levava, por exemplo, o Comissário Manuel Alvares Fontainhas a pedir, em 1672, um aumento de soldo, justificado, em seu juízo, por "ter de assistir as lições de artilharia que os Condestables hão de fazer nas ditas praças para examinar o modo como o fazem e emmendar os deffeitos que podera haver nellas" (57), pretexto retomado alguns anos mais tarde por Manuel Pinto de Vilalobos em petição idêntica (58). Em suplemento, desenvolvia-se uma componente didáctica de vertente mais teórica e que incluía, obrigatoriamente, matéria relativa à ciência da fortificação, através de uma matriz epistemológica comum que tinha por base o ensino de matemática e de elementos de geometria. Por um lado, a pirobalística, em crescente complexificação tecnológica, era apoiada por um discurso teórico de ponta cada vez mais elaborado, por outro, era desejável que os oficiais de artilharia pudessem estar aptos para a construção rápida de campos entricheirados e de outros dispositivos elementares de defesa territorial. Esta opção estratégica era aliás coincidente com o tipo de enfrentamento militar mais comum na província do Minho, onde em vez das grandes batalhas em terreno aberto existia uma guerra mais próxima da acção de guerrilha, com pequenos destacamentos de grande mobilidade, escaramuças e ocupação temporária dos pontos mais

importantes.

É provável que engenheiros e artilheiros ombreassem na aplicação às lições, aqueles porque o exercício das suas competências era de facto muito abrangente, estes porque isso era, além de tudo, condição essencial para a sua ascensão hierárquica. A componente teórica dos cursos era assegurada por um conjunto de 12 lições, de que se conservam ainda dois volumes manuscritos. Ao núcleo doutrinal mais forte, que contemplava o reconhecimento das peças e a execução e correcção do tiro em alcance e direcção, sucedia-se a abordagem de alguns princípios de geometria e de pequenas obras de fortificação (59).

Em suma, o aperfeiçoamento das técnicas de fogo durante o sec. XVII implicou um domínio acrescido de bases teóricas, em interacção aliás, com outras disciplinas tecnológicas. Este aprofundamento, que envolvia engenheiros militares e simples oficiais de artilharia, numa época de relativa indistinção entre as duas carreiras, pode ter propiciado a criação de "elites" locais com uma cultura técnica apreciável, de que eles asseguravam aliás a perpetuação, e com feixes de interesses que podiam incluir uma inclinação pela prática da arquitectura. Para uma gestão corrente das suas necessidades construtivas, neste final do sec. XVII, o Minho podia contar com uma segura auto-suficiência.

Em todos estes casos, o trabalho de formação realizado por Miguel de Lescole era desenvolvido no interior da

instituição militar e estava directamente relacionado com um sistema auto-performativo do seu aparelho. Há porém fortes evidências de que a acção pedagógica de Miguel de Lescole se desenvolvia com características mais marginais, garantindo a um discipulato heterógeneo, um capital de conhecimentos que podia vir a revelar-se útil para o ingresso na carreira das armas. João Alves do Rego, mestre empreiteiro das obras de fortificação de Monção e Caminha, pedia em 1681 que se lhe desse uma praça de soldado pago "para o insitar a que continuasse os principios que ja tinha de Aritmetica e Geometria e juntamente das fortificacoens que hia adquirindo no trabalho e assistencia dellas e pela assistencia que fazia com o dito Mestre de Campo [Miguel de Lescole] no trassar delas e no tomar de algumas plantas e pelos rascunhos de fortificacoens que lhe entregava para os seguir" (60). O engenheiro não deixava de apoiar o requerente na sua pretensão, confirmadas a qualidade das suas capacidades profissionais e a legitimação que uma formação teórica produzia (Vd. Doc. nº 3).

O regresso ao Lima do ajudante Manuel Pinto de Vilalobos, depois da sua passagem pela Aula de Fortificação de Lisboa, resolveu finalmente a crónica falta de profissionais de engenharia na Província do Minho e veio criar as condições para a continuidade de um projecto já iniciado por Miguel de Lescole, muito embora se reconhecesse que não se podia dar por encerrado o seu ciclo de formação,

pois uma vez no Minho devia "tomar a doutrina de Miguel de Lescolle" (61), o que deve ser entendido tanto ao nível de um aperfeiçoamento de conhecimentos como da necessidade de uma intervenção prática acrescida que contrariasse os vícios de uma formação muito teorizada. A data, apenas mais um engenheiro se encontrava naquelas paragens: Sebastião de Souza de Vasconcelos, que em 1674 compilara com diligência as lições de artilharia de Miguel de Lescole mas que logo em 1686 era irradiado por erros cometidos no traçado de uma das cortinas das muralhas de Monção (62).

Assim, o protagonismo futuro do engenheiro Manuel Pinto de Vilalobos é antes do mais fruto das circunstâncias: numa paisagem desertificada pela política de nomeações e colocações de engenheiros, pela incúria de Souza de Vasconcelos e pela morte, em 1688, de Miguel de Lescole, ele é o único a poder responder a um volume de trabalho muito considerável dentro das suas atribuições específicas, e a uma procura sustentada por parte da Igreja e da nobreza locais. Além disso, a aprendizagem de Vilalobos revelara a feliz coincidência de poder ter contado com a herança da sagesa de Luis Serrão Pimentel, em quem "concorria a sciencia da fortificação em sumo grau (e) (...) hũ dos mayores sugeitos, quando não fosse o mayor dos nossos tempos na sua faculdade" (63), e com a inegável competência de Lescole. Este último podia mesmo ser considerado, depois de Pimentel, o mais importante engenheiro militar do Reino, o único que o

Conselho de Guerra achava capaz em 1680 de exercitar o posto de Engenheiro-Mor, vago por falecimento do seu proprietário Serrão Pimentel (64). A herança intelectual de Miguel de Lescole, que pode ajudar a esclarecer alguns dos aspectos da obra de Manuel Pinto de Vilalobos, nomeadamente quando ela incorpora elementos compositivos com raiz no classicismo seiscentista francês, foi determinante, e ela projectou-se mesmo na linha de uma continuidade material, realizada no legado dos papéis e das plantas do Mestre de Campo, entregues ao seu discípulo e por este passadas a seu filho homónimo e sucessor na cátedra (65).

A consagração institucional da Aula de Viana do Castelo chegou em 20 de Julho de 1701 através de um decreto régio que "determinou a formação de novas academias de fortificação, com quatro partidos de aula, em cada uma das províncias do Alentejo, Beira e Minho, onde respectivamente se achavam os engenheiros Manuel Mexias, Jerónimo Velho, seu filho, e Manuel Pinto de Villa Lobos todos muito capazes de dar doutrina mui proveitosa". Os que tivessem partido venceriam mais 1\$000 reis, além do soldo; mas não podiam subir postos senão pela engenharia, e tinham que servir no reino ou nas conquistas, sendo a promoção de futuro feita em harmonia com as respectivas habilitações e tempo de serviço" (66). De todas elas apenas a academia vianense vingou. A guerra que entretanto estalou com Espanha pode bem explicar os

infortúnios, e assim os explicou Manuel de Azevedo Fortes (67). Mas a existência indesmentível de uma estrutura montada e a funcionar na linha do procedimento de Lescole, bem como a capacidade disciplinar de Vilalobos, lograram concorrer para um sucesso garantido. É verdade que até 1701 os objectivos eram limitados e o alcance reduzido. O que se pretendia era tão só proporcionar ao engenheiro principal da Província um corpo de auxiliares para trabalhos regulares de fiscalização de empreitadas e de construção de pequenas obras defensivas ou utilitárias (68). Por isso mesmo, as possibilidades de ascensão hierárquica eram reduzidas e o tempo de formação coincidia virtualmente com a duração de toda uma carreira. António Bernardes, a quem Vilalobos ensinava engenharia já em 1692 (69), pedindo a sua nomeação para o posto de sargento-mor ou capitão, apresentava em complemento uma nutrida folha de serviços, na sua maioria intervenções de pequena monta, além de contabilizar com orgulho os dezassete anos em que tinha tido assento na Aula de Viana! E todavia, "porque como fosse adulto quando se applicou a esta sciencia (e) não adquerio os fundamentos necessarios da Geometria e Trigonometria para poder tomar sobre sy os dezenhos com partimentos e proposicois de hua planta e os calculos e e suputação della (era) conveniente ao real serviço que (ficasse) sempre subordinado a outro Engenheiro provincial" (70). Pequena subtileza pedagógica, a trair um dado importante: o reforço do "esprit de corps" e o controlo de

acesso à profissão faz-se justamente através de uma operação de demarcação ideológica que valoriza a componente teórica da engenharia militar em detrimento do seu exercício prático.

A ascensão hierárquica de Manuel Pinto de Vilalobos vinha a processar-se com naturalidade desde 1683, em nome dos méritos do engenheiro no exercício da sua profissão. Paralelamente, é clara a deslocação de um estatuto e o aumento do reconhecimento social.

Num momento em que no "cursus honorum" da carreira de engenharia, à antiguidade e à origem começam a sobrepôr-se o valor individual, a figura da petição ganha um destaque fundamental. Através dela, o oficial sublinhava um contributo pessoal e intervinha indirectamente no sistema de promoções. De certo modo, aos aparelhos centrais, apenas cabia decidir da justeza dos pedidos.

Em 1687, o ajudante de engenheiro da Província do Minho é contemplado com um aumento da soldada em dois mil reis, embora mantivesse o exercício do posto que ocupava (71). No ano seguinte, a promoção de Vilalobos foi particularmente acidentada. Em conformidade com o decreto de 11 de Março desse mesmo ano era nomeado capitão de engenharia e artilharia (72). O disposto no diploma não teve todavia qualquer efeito, como não o teve o decreto em tudo idêntico passado em 25 de Maio (73). Enfim, o assunto estaria apenas resolvido no dia 18 de Dezembro de 1688 (74). Vencendo o

mesmo soldo de oito mil reis, o capitão-engenheiro achava-o no entanto exíguo em relação ao muito trabalho que tinha, às longas deslocações a que era obrigado e, sobretudo pelos casos que citava na sua súplica, de engenheiros nas mesmas funções mas com soldos maiores (75) (Vd. Doc. nº 4). Em 22 de Janeiro de 1693 o Conselho de Guerra atendia o pedido, reconhecendo que o suplicante "mal se podia sustentar nas grandes jornadas que se lhe oferecia fazer (...) sendo mandado assy na Provincia [do Minho] como fora della" (76). No ano de 1697 Manuel Pinto é nomeado sargento-mor passando a auferir 16 mil reis mensais (77).

A actividade incansável de Manuel Pinto Vilalobos era já nesta altura notória, e ao brilho de uma carreira vinha juntar-se o privilégio da concessão a D. Antónia Maria, filha do engenheiro, de uma tença de 30 mil reis com o hábito de Cristo à pessoa que consigo se cazasse (78).

Em 1701 novos problemas surgiam e Vilalobos aparecia a protestar por entretanto ter sido promovido a Tenente-General de Artilharia e continuar a vencer o soldo referente ao posto de sargento-mor (79) que, aliás, "não tem soldo certo e só o executa cõ aquele de que Vossa Magestade lhe fas merce cõforme o merecimento e préstimo de cada hum" (80), originando um impasse só sanado em 1704. Repetia-se em 1706 a queixa sobre vencimentos, agora reforçada pela acumulação com a Aula de Fortificação de Viana do Castelo, pouco tempo antes do coroamento de toda uma carreira com a nomeação em coronel,

em data anterior a 1715. Nesta data, Domingos da Costa reclamava finalmente o hábito de Cristo prometido em 1698, ao mesmo tempo que um outro se outorgava ao marido de D. Joana Eufrosina de Vilalobos, com 50 reis de tença (81). Nesta data também, Manuel Pinto de Vilalobos compunha uma Nobiliarchia das Armas Portuguezas e Alguas Castelhanas que, se pode ser lido na sua vertente didáctica como um precioso manual para o homem prático de arquitectura civil, deve acima de tudo entender-se numa estratégia de autopromoção, pela valorização do brasão da família Vilalobos, único a indicar o senhor da Casa (82).

Em 1715, o corpo de engenheiros colocado sob as ordens de Manuel Pinto Vilalobos contava com oito elementos, nos quais se incluíam um capitão, seu filho Manuel Pinto Vilalobos Sanches, três ajudantes e os quatro discípulos da aula, situação quantitativa muito cómoda quando comparada com aquela que acompanhou a carreira de Miguel de Lescole, e que só pode ter resultado do sucesso da Aula de Fortificação de Viana do Castelo (83). Não está bem esclarecida a actividade dos engenheiros saídos da nova Aula de Viana. O mais destacado, Manuel Pinto de Vilalobos Sanches, foi-o na medida em que se associou de forma episódica ao progenitor, em projectos diversos em Viana e em Braga (84). São na sua maioria oficiais de carreira obscura, como aquele José da Fonseca que se achava competente em 1719 para ocupar o posto

vago de cabo do Forte de Esposende, pois assistia com aproveitamento na aula em que ditava o coronel engenheiro (85), ou Manuel Alves Monteiro "discípulo do partido da Academia Militar da Província do Minho" que invocando o Alvará régio de 17 de Agosto de 1701, pedia se lhe sentasse praça na Vedoria do Minho (86). Dos ajudantes, o único nome que se salvou foi o de Domingos Gonçalves de Bastos que mediu, por ordem do Coronel engenheiro "o quartel de cavallaria que foi de Dom Lourenço de Amorim Pereyra na praça de monção e todas as suas paredes alturas E grossuras", (87) facto que ilustra bem o processo de "redução" da profissão à sua componente técnica.

Ao lente da Aula incumbia ainda a superintendência da actividade de outros engenheiros a exercer na sua área -embora, pela centralização executiva do aparelho institucional da engenharia militar, ele próprio dependente de instâncias superiores- o que decerto consagrava um modelo misto de enquadramento, entre a afirmação decorrente de uma responsabilidade hierárquica e a continuidade de um projecto pedagógico corporizado na avaliação de competências: aconteceu por exemplo com a certidão entregue por Vilalobos aos empreiteiros das fortificações do Partido do Porto, mostrando que o Ajudante de engenheiro Henrique de Gouveia tinha "cabal noticia (...) da Geometria pratica" e que "nas materias da sua profiçãõ (era) consumado" (87). A grande itinerância de Manuel Pinto de Vilalobos, que transcendia em

muito as fronteiras da Província do Minho, com incursões esporádicas em Trás-os-Montes e Beira, como quando se deslocou à vila de Penamacor " ver o como se podia alargar o Hospital Real para melhor comodo dos doentes e a rreparar as ruinas que naquella praça e na de Castello Rodrigo havia cauzado o Inverno e na de Almeida não faltace o necessario às fortificações no dezenho dellas" (88), encorajou o estabelecimento de contactos com outros engenheiros, mais informais, mas não menos enriquecedores, e que não excluía que a influência do engenheiro de Viana vingasse noutras paragens.

Especialização, deslocação de gosto e alteração da estrutura produtiva do projecto architectónico podem estar na base do véu de silêncio que cai sobre a Aula de Viana do Castelo. Cada vez mais estes engenheiros militares se remetem a um tecnicismo estrito, rigorosamente cumprido dentro do horizonte das suas atribuições castrenses. Numa conjuntura de influxo da arquitectura barrôca, a cultura clássica dos engenheiros militares era um sério óbice a uma intervenção em profundidade no campo da arquitectura civil e a extraordinária campanha de renovação dos solares minhotos é disso um vigoroso exemplo. Na sua maior parte resultam da habilidade de mestres pedreiros, familiarizados com as colecções de gravuras mais comuns, e votados a um sistemático anonimato de que só se salvou o nome de André Soares, activo

em Viana na década de 60.



CAPÍTULO 1

NOTAS

(1)- A importância desta Aula foi já amplamente demonstrada, estando mesmo na origem da Academia de Matematicas e Architectura criada por Filipe II em Madrid. Cf. Rafael Moreira, "A Escola de Architectura do paço da Ribeira e a Academia de Matematicas de Madrid" in As Relações Artísticas Entre Portugal e Espanha na época dos Descobrimentos, Coimbra, 1987, pp. 65-77.

(2)- Idem, pág. 67.

(3)- Sobre este assunto estão recolhidos alguns dados em Aires de Carvalho, D. João V e a arte do seu tempo, II volume, Lisboa, s.d., págs. 21 e segs.

É esta também a perspectiva adoptada em Horácio Manuel Bonifácio, Polivalência e Contradição. Tradição Seiscentista. O Barroco e a Inclusão de Sistemas Ecléticos no Séc. XVIII. A Segunda Geração de Architectos. Dissertação de Doutoramento, ex. policopiado, F.A., U.T.L., Lisboa, 1990, pág. 81.

(4)- A Junta dos Três Estados cabia, por exemplo, a administração das fortificações de Lisboa (A.N.T.T., Gaveta 24, maço 1, nº 21, "Regimento das Fortificações da Côrte"). A análise da documentação remanescente desta estrutura, indica a sua intervenção nos negócios correntes da Aula da Ribeira das Naus, sobretudo na avaliação de competências dos alunos

Abril de 1712. O discípulo Cristóvão Moniz Figueira que caíra em desgraça junto do Lente substituto Domingos Vieira requereu um exame à Junta dos Três Estados, que nomeou para o efeito o Pe. Mestre de Matemática Inácio Vieira e o Coronel Manuel Pinto de Vilalobos).

(5)- Um texto recente identificava justamente a criação do cargo de Engenheiro-Mor, já durante o séc. XVI, com a necessidade de gestão dos grandes impérios coloniais, o espanhol e o português. Cf. Rafael Moreira "Les «grands-ingénieurs» du royaume et la circulation des formes dans l'Empire portugais", in Portugal et Flandre, Catálogo Europália 91, Bruxelas, 1991, pp. 102-113.

(6)- Em finais do sec. XVII, decidiu o Arcebispo de Braga, D. João de Sousa, mandar transferir as freiras do Convento de S. Bento de Monção. Em vista disso, pediu ao Engenheiro Manuel Pinto de Vilalobos para apresentar uma proposta de remodelação dos Conventos das Marianas ou das Capuchas da cidade de Guimarães para que pudessem albergar um maior número de religiosas. O orçamento de Vilalobos, a relação de outras despesas e as plantas anexas, foram apresentadas ao Arcebispo em 9 de Agosto de 1695 (B.N.A., 54-VIII-6, n 137-h). Sobre este projecto deram um parecer os Engenheiros Francisco Pimentel e Manoel do Couto afirmando estarem ambas as fábricas bem delineadas, mas propondo alterações de pormenor, rematando: "E Pello que respeita ao orsamento entendem estara bem feito pela boa opiniao que tem do emgenheiro Manoel Pinto que o fes por elle ter experiencia e boa intelligencia dos precos dos materiaes e jornaes

daquella Provincia" (B.N.A., 54-VIII-6, nº 137-1).

(7)- Um dos exemplos é referido no pedido de António Velho de Azevedo para acrescentamento de posto e de soldo, lembrando que, entre outros serviços, andara com "o Visconde de Barbacena que governa as armas da dita Provincia [da Beiral] e seu pay o sargento mayor Imgenheiro Hieronimo Velho de Azevedo fazendo a descripção geographia [sic] da costa que toca a dita Provincia e Barras della" (A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 55, Consulta de 8 de Janeiro de 1696).

(8)- A.H.M., 22-E, Junta dos Três Estados, 3ª Secção, nº 37, fl. 30vº.

Além da ligação da profissão ao controlo directo de alguns meios de produção, os engenheiros militares vinham desde princípios do séc. XVII a elaborar instrumentos de descrição rigorosa dos recursos económicos e humanos de regiões determinadas. Um caso exemplar foi o do engenheiro napolitano Alexandre Massai, com a sua "Descrição do Reino do Algarve", escrita em 1621 (Vd. Lívio da Costa Guedes, Aspectos do Reino de Portugal nos sécs. XVI e XVII, Lisboa, 1988).

(9)- Com especial incidência, entre os engenheiros portugueses, dos projectos relativos à navegabilidade fluvial, como veremos.

(10)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 39, Consulta de 29 de Março de 1680.

(11)- Existe na B.N.A. com a cota Ms. 46-VIII-23.

(12)- Como consta de uma anotação manuscrita do Tratado do Pe. Gonzaga. Cf. Luís de Albuquerque, "«A Aula de Esfera» do Colégio de Sto. Antão no séc. XVII" in Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, Lisboa, 1972, pág. 21.

(13)- AAVV, De Palas a Minerva / La formación científica y la estructura institucional de los ingenieros militares en el siglo XVIII, Barcelona, 1988, pag. 99.

(14)- Cistovão Aires, História orgânica e política do Exército Português: provas, Lisboa, vol. V, pp. 61-62.

(15)- Sobre os tratados mais influentes no ensino da arquitectura e da engenharia militar em Portugal na época considerada, ver a breve síntese de Bernardo Ferrão, "Tratadística, Ensino e Arquitectura em Portugal (1500-1800)", in Revista Arquitectos, nº 2, Maio-Junho, 1989, pp. 4-21.

Para o séc. XVIII ver Horácio Bonifácio, op. cit, pp. 86-92.

(16)- Aires, idem, pág. 86.

(17)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 30, Consulta de 25 de Setembro de 1670.

(18)- Embora todo este processo remontasse a 1666, só no ano de 1678 foi despachado. Constan aqui os pareceres do Marquês de Marialva, de Joanne Mendes de Vasconcelos, do

Conde da Ericeira, de Francisco Correia de La Cerda, de Diogo Truel de Cohen, de João Duarte, de João de Saldanha, do Conde de Pontével, de Diogo Gomes de Figueiredo e do Conde de Villar Maior. O engenheiro da Província do Minho, Miguel de Lescole, também concordou nas vantagens do método de Luís Serrão embora não tivesse lavrado por escrito o seu parecer (A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 36, Consulta de 21 de Agosto de 1677).

(19)- Era até agora inédita esta faceta teórica de Miguel de Lescole. Ao escrever um Tratado de Fortificação não só demonstra as suas inequívocas virtudes doutrinárias como deixa entrever que tinha já as bases de uma sólida preparação quando chegou a Portugal. Como sistema, Lescole defendia "dois termos medios entre a fortificação olandeza e a do Conde de Pagan o primeiro dos quaes he a extensao da linha de deffensa prometendoa mayor que os olandezes e menor que o Conde. O segundo he fazer os flancos obliquos".

Simão Mateus, discípulo de João Gilot e candidato preterido ao cargo de Engenheiro-Mor do Reino a favor de Serrão Pimentel, desenvolve uma argumentação inteligente e bem estruturada, escorada nas autoridades de Mathias Dogen, de Jean Errard de Bar-le-Duc (1600), de Pietro Sardi (1618), Antoine de Ville (1628) e do Conde de Pagan (1645), o que além de mostrar a prevalência da engenharia francesa, trai uma cultura arquitectónica moldada por obras produzidas inteiramente na 1ª metade do séc. XVII [entre () as datas de publicação das obras principais] (A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 30, Consulta de 11 de Agosto de 1670).

(20)- Luis Serrão Pimentel, Methodo Luzitanico de desenhar as fortificações tanto regulares como irregulares, Lisboa, 1680. Além de obras respeitantes à arte da navegação decorrentes do seu cargo de Cosmógrafo-Mor (José Fernandes Pereira, "Luis Serrão Pimentel" in Dicionário da Arte Barroca em Portugal, pp. 354 e 355) tinha pronto para publicação, em 1677, um livro "de castrametação, expugnação e defesa das Praças" destinado a completar o Methodo Lusitanico "porque assy ficara a materia completa" (Consulta cit. nota 17).

(21)- Consulta cit. nota (17).

(22)- Rafael Moreira, "Do rigor teórico à urgência prática: a arquitectura militar", in História da Arte em Portugal, Lisboa, vol. VIII, pág. 84.

(23)- Amelio Fara, Il Sistema e La Città /Architettura fortificata dell'Europa moderna dai trattati alle realizzazioni (1464-1794), Genova, 1989, pág. 118. Tradução nossa.

(24)- A estratégia de legitimação da Casa de Bragança desenvolveu-se a partir de uma argumentação jurídico-política, apoiada na teoria neo-escolástica da origem popular do poder real e cuja «pedra de toque» foi a obra de Velasco de Gouveia Justa Aclamação do Sereníssimo Rei D. João IV, 1644 (Vd. Luís Reis Torgal, Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração, Coimbra, 1982). Grande parte da sermonária portuguesa seiscentista pretendeu também provar a legitimidade dos Braganças, tanto através de uma

argumentação historicizante que realçava a linha de continuidade dinástica, e ao mesmo tempo a valorizava pelo seu portuguesismo, como por uma argumentação de teor providencialista (João Francisco Marques, A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640-1668, 2 vols. Porto 1989).

A História da Arte só agora começou a desvendar a influência desta atmosfera de exaltação patriótica que está, por exemplo, na origem da devoção cisterciense pelo episódio bíblico do Desterro, consagrado pelas obras finisseculares de Alcobaça (Capela do Desterro-1690) e pelo ciclo pictórico contemporâneo de Salzedas, da responsabilidade do pincel de Bento Coelho da Silveira (Luis de Moura Sobral, "A Ordem de Cister e a Restauração Brigantina/Um ciclo emblemático em Salzedas", in Oceanos, Lisboa, nº 6, Abril de 1991, pp. 80-85). O mesmo autor despistou ainda uma orientação ideológica semelhante, no retábulo do Casamento de Santa Catarina da Igreja de Santa Maria de Óbidos (Luis de Moura Sobral, "Josefa d'Óbidos e as gravuras: problemas de estilo e de iconografia" in Josefa de Óbidos e o Tempo Barroco, Lisboa, 1991, pp. 51-69).

Na organização iconográfica de alguns jardins coevos ressalta o mesmo empenho na celebração da Restauração, bem exemplificado no do Palácio Fronteira (Ana Cristina Leite, O Jardim em Portugal nos Séculos XVII e XVIII/Arquitecturas/Programas Iconográficos, Tese de Mestrado em História da Arte, F.C.S.H.-U.N.L., Lisboa, 1988, I volume, pág. 48.

(25)- Sobre os desenvolvimentos desta problemática em Espanha, vd. AAVV, De Palas a Minerva..., pag. 110 e segs.

A definição do estatuto do engenheiro militar a partir da constituição de um campo de saber está esboçada em Paolo Morachiello, "Da Lorini a de Ville: per una scienza e per uno statuto dell'ingegnere", in L'architettura militare veneta del Cinquecento, Milano, pp. 45-47.

(26)- Cf. nota (18).

(27)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 57, Consulta de 16 de Julho de 1698.

(28)- José Fernandes Pereira, art. cit, pág. 354.

(29)- Um volume de Tabelião do 4º Ofício apresenta de facto a rubrica de Manuel Pinto de Vilalobos e a letra parece corresponder à sua. As escrituras em questão limitam-se aos meses de Junho e Julho de 1667, o que se afigura muito precoce e atrai o nascimento do engenheiro para os finais da década de 40. No entanto, é pouco crível que se trate do pai de Manuel Pinto de Vilalobos e não há notícias de outro homónimo contemporâneo (A.D.V.C., Notas de Tabelião, 4.32.5.7.).

(30)- Todos os informes biográficos de Manuel Pinto de Vilalobos foram extraídos do processo para Familiar do Sto. Ofício de Manuel Pinto de Vilalobos (A.N.T.T., "Habilitações do Sto. Ofício", Maço 269, nº 1868).

Fica assim sem fundamento a hipotética existência de três gerações de engenheiros Pinto Vilalobos (V. Alberto

(31)- Évora foi até pelo menos a 2ª metade do sec. XVII um foco importante da actividade dos Cristãos-Novos e Cripto-Judeus, severamente reprimida aliás pela Inquisição. Entre 1553 e 1668 foram ali presos, acusados de práticas heterodoxas, 9 surradores e 2 familiares num total global de 5382 pessoas. António Borges Coelho, Inquisição de Évora/Dos primórdios a 1668, 2 vols., Lisboa, 1987.

(32)- A.D.V.C., Notas de Tabelião, 3º Ofício, 4.32.4.24., fls. 85 e 86vº.

(33)- Cristovão Aires, op. cit, pág. 87.

(34)- Embora sem a estatura intelectual do pai, Francisco Pimentel continuou-lhe a obra pela intensa actividade pedagógica que desenvolveu a partir da Aula de Fortificação de Lisboa, herança que Luís Serrão Pimentel lhe assegurou provendo-o na sucessão da regência da cadeira. O seu "curriculum" é extensíssimo desde que foi com seu pai ao Alentejo em 1679 desenhar fortificações, onde tornaria no ano seguinte e ainda nos anos de 1688 e 1689. Depois do falecimento do Engenheiro-Mor (1679), ocupou a sua posição de lente na Aula. Em 1681 foi encarregue de sustentar o assoreamento da barra do Porto. Entre 1684 e 1687(?) foi ao reino da Polónia "para assistir nos exercitos daquelle Coroa contra os Turcos e Tartaros, de onde passou a Hungria a militar no exercito Imperial. Os anos de 1690 e 1691 passou-os na praça de Mazagão (A.N.T.T., C.G., Livro de Registo de Patentes, Alvarás, Cartas e Ordens nº 43).

(35)- Em 1698 a Junta dos Três estados ordenava que na "Aulla de Fortificação se entre no Veram as sete oraz, no Inverno as outto da manham e que haja infalivelmente duas oraz de postilla e explicação pello Lente, e nã sua falta pello Substituto e que as oraz da entrada se apontem os discipulos se nao acharem presentes", sistema que porventura era suposto já estar em vigor na época em que ali estudou Manuel Pinto Vilalobos (A.H.M., 22-E, Junta dos Três Estados, 3ª Secção, nº 37, fl. 44 vº.).

(36)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 42A, Consulta de 1 de Abril de 1683 e Livro de Registo nº 38, fls. 256 vº e 257.

(37)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 92A, Consulta de 16 de Setembro de 1733.

O interesse deste engenheiro é reforçado pela existência de um volume manuscrito que lhe pertenceu e que contém, entre outros escritos, um Tratado de Navegação de Serrão Pimentel, um Tratado de Geografia Matemática e Usos do pantometra ou compasso de proporção (B.G.U.C., Cod. 185).

(38)- A visão negativista de Luís António Verney respeitante ao ensino da geometria em Portugal, contida no Verdadeiro Método de Estudar, começou já a ser desmontada (Luís de Albuquerque, A Nautica e a Ciência em Portugal - Notas sobre as navegações, Lisboa, 1989, pp. 157 e segs). Para uma visão de conjunto das implicações da "lenda negra", criada pelos iluministas e amplificada pela historiografia

jacobina veja-se a excelente "revisão" proposta em Rui Ramos, "Nas Origens da «Lenda Negra»: As Viagens Filosóficas no Séc. XVIII Português", in Penélope, nº 4, Abril de 1990, pp. 59-80.

(39)- Cf. Cristovão Aires, op. cit, vol. V, pp. 86-87.

Há notícias da existência de uma Lição de Matemática em Óbidos, instituída depois de 1531 (?) mas ainda sem qualquer ligação ao complexo militar (Teresa Bettencourt da Câmara, Óbidos /Arquitectura e urbanismo /Séculos XVI e XVII, Lisboa, 1989).

(40)- Rómulo de Carvalho, História do Ensino em Portugal, Lisboa, s.d., pág. 382.

(41)- Cristóvão Aires, op. cit., pág. 83.

(42)- Idem, pág. 87.

(43)- A informação consta de uma carta do Marquês de Fronteira, datada de 13 de Abril de 1666 e inserta numa consulta ao Conselho de Guerra de 21 de Agosto de 1677 (A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 37).

(44)- A.N.T.T., C.G., Lº de Registo nº 40, fis. 232 e 232vº.

(45)- De António Velho de Azevedo sabe-se que colaborou com o pai no levantamento geográfico da costa da Província da Beira (A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 55, Consulta de 8 de Janeiro de 1696) e que teve intervenção na construção das fortalezas marítimas de Buarcos (A.N.T.T., C.G., Lº de Registo nº 51, fls. 139 vº e 140 e Consultas, Maço 60, Consulta de 29 de Abril de 1701). José Velho de Azevedo, depois de ter servido na Beira e Trás-os-Montes foi nomeado sargento-mor do Pará (Sousa Viterbo, Dicionário Histórico dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses, Lisboa vol. III, pp. 173-174).

(46)- Nomeado para o Minho no primeiro de Janeiro de 1684 (A.N.T.T., Mercês de D. Pedro II, Livro 11, fl. 359).

(47)- Cf. Aires, op. cit., vol.XIV, pág. 131 e segs. O engenheiro Des Granges ainda se encontrava em Viana em 1699, onde aparece a comprar uma propriedade (A.D.V.C., Livros de Notas de Tabelião, 4.33.4.25., s/fl.).

(48)- Cf. Aires, op. cit., vol. VIII, pág. 198 e segs.

(49)- Um pedido de Miguel de Lescole para que se lhe concedessem três auxiliares foi lavrado por carta de 27 de Dezembro de 1668, com indicação expressa do nome de Tomé Pinheiro de Miranda (A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 28, Consulta de 15 de Novembro de 1668), e atendido em resolução

de 7 de Fevereiro de 1669 (A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 29).

(50)- Sousa Viterbo, op. cit., pág. 277.

(51)- Na própria óptica do Conselho de Guerra, o mérito de Lescole era tanto mais de realçar quanto a tudo acudia "sem ter os officiaes que havia no Exército do Alentejo" (A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 28, Consulta de 15 de Novembro de 1668).

(52)- V. Júlio Montalvão Machado "«Noticias Geographicas e Historicas da Provincia de Traz-os-Montes» por Tomé de Távora e Abreu e Padre Pedro de Fontoura Carneiro (1721)", in Aquae Flaviae (2), 1989, pp. 9-76.

(53)- Cf. A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 34, Consulta de 23 de Outubro de 1674.

(54)- Idem.

(55)- Enviado para Trás-os-Montes por carta Patente de 6 de Janeiro de 1674, embora através do exame da documentação disponível, não o encontremos activo. Aires, vol. VIII, pág. 582.

(56)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 32, Consulta de 8

de Março de 1672.

(57)- Idem.

(58)- A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Maço 51B, Consulta de 11 de Dezembro de 1692.

(59)- Um dos volumes, datado de 1676, encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa (Secção de Reservados, Cod. 7660) e foi compilado pelo engenheiro Sebastião de Souza de Vasconcelos. O outro manuscrito foi adquirido pelo Arquivo Histórico Militar (Cf. Henrique de Campos Ferreira Lima, "Um tratado de artilharia manuscrito do sec. XVII, adquirido pelo Arquivo Histórico Militar" in Revista de Artilharia, nº 73, Ano XXVIII, Lisboa, 2ª série, Julho de 1931, pp. 5-19).

(60)- "Afin de desfazer huas douvidas em que estavam os mestres de obras da Praça de Chaves sobre a fabrika da Porta Principalle da ditta Praca seu corredor, corpo de goarda e arcos de Rastilho que todos han de ser cobertos de abobedas de cantaria parte delles sobrebaichados e Berço Voltado com seus Viales" foi João Alves do Rego mandado por Lescolle inspeccionar aquele estaleiro (A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 40 A, Consulta de 3 Março de 1681)

(61)- A.N.T.T., Conselho de Guerra, Maço 42A, Consulta de 1 de Abril de 1683.

(62)- A falta crónica de engenheiros deve ter anulado a decisão da sua irradiação. Em 1700 discute-se no Conselho de Guerra uma sua planta da fortificação de Chaves (Viterbo, op. cit., vol. III, pág. 77) e em 1703 é nomeado sargento-mor das fortificações da Província de Trás-os-Montes. Mais informações em Cristovão Aires, op. cit., vol. VIII, pp. 607-608.

(63)- Logo após a morte de Serrão Pimentel, ocorrida em 1679, o engenheiro D. Diogo Pardo Osório pediu ao Conselho de Guerra o cargo de Engenheiro-Mor do Reino. Unâimes na consideração do pouco préstimo deste técnico, os conselheiros apontam em contrapartida Miguel de Lescole como o único que reunia os requisitos necessários para tal (A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 39, Consulta de 29 de Março de 1680).

(64)- Idem.

(65)- Ao pedir que se passasse patente de Capitão Engenheiro a seu filho, diz Manuel Pinto de Vilalobos que "poderia aproveitar do mesmo estudo e escriptos do supplicante com utilidade ao Real Serviço de Vossa Magestade como também conservar os papeis e plantas que por morte do Mestre de Campo Miguel de Lescol engenheiro que foi daquela provincia se entregarão ao supplicante" (A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 76B, Consulta de 7 de Junho 1717).

(66)- Cristovão Aires, op. cit., vol. V, pag. 104.

(67)- Azevedo Fortes, O engenheiro português, Tomo II, Livro VIII, Lisboa, 1729.

(68)- A penúria de mão-de-obra especializada para trabalhos no domínio das fortificações da província era tão preocupante que a Câmara do Porto, dependente dos engenheiros da Vedoria do Minho, viu-se obrigada em 1704 a autorizar o capitão das Ordenanças Domingos Lopes a assistir às obras da cidade que fossem "de menor consideração e não necessitarem de Engenheiro" conhecida que era a sua aptidão em "exercitar a Arte da Architectura" (A.N.T.T., C.G., Livro de Registos do Terço da Cidade do Porto, nº 264, fl. 117).

(69)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 67B, Consulta de 12 de Outubro de 1708.

António Bernardes havia sido promovido a Ajudante de Engenheiro, com seis mil reis de soldo, em 1704 (A.N.T.T., C.G., Livro da Vedoria do Minho, nº 233, fl. 175vº.).

(70)- Idem.

(71)- Sousa Viterbo, idem,, vol II, pág. 281. Cf. A.N.T.T., C.G., Livro de Registo de Patentes, Alvarás, Cartas e Ordens nº 40, fl. 312.

(72)- A.N.T.T., C.G., Livro de Registo... nº 41, fl. 42.

(73)- Idem, fls. 90 e 90vº.

(74)- Idem, fls. 171vº e 172.

(75)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 51B, Consulta de 11 de Dezembro de 1692.

(76)- A.N.T.T., C.G., Livro de Registo... nº 44, fls. 115vº e 116.

(77)- A.N.T.T., C.G., Livro de Registo... nº 47, fls. 127 e 127vº.

(78)- A.N.T.T., Livro 11 de Mercês de D. Pedro II, fl. 359.

(79)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 60, consulta de 23 de Setembro de 1701.

(80)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 63, Consulta de 14 de Janeiro de 1704.

(81)- A.N.T.T., Livro 7 de Mercês de D. João V, fl. 150.

(82)- Volume manuscrito com desenhos à pena (B.N.L., Secção de Reservados, Cod. 12915).

(83)- A relação completa dos efectivos do exército português na Província do Minho, datada de 14 de Novembro de 1714 e acompanhada dos encargos financeiros devidamente discriminados, encontra-se num maço de consultas da Junta dos Três Estados (A.H.M., 1ª Divisão, 3ª Secção, Caixa 4, nº 1).

(84)- O seu nome aparece pela primeira vez em 1717 ainda no posto de Ajudante de Engenheiro mas já substituindo o pai na Aula de Fortificação de Viana (A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 76B, Consulta de 7 de Junho de 1717). Em Fevereiro de 1731 solicitava o acrescentamento de soldo para onze mil reis por mês (A.N.T.T., C.G., Consultas, maço 90). No mesmo ano, em Outubro, pedia já a patente de Sargento-Mor tornando a lembrar a sua actividade na Lição da Academia militar "nos impedimentos de seu pay (...) sempre impedido pela sua muyta idade e achaques" (A.N.T.T., Consultas, Maço 90B, Consulta de 29 de Outubro de 1731).

Robert Smith apurou que teve uma intervenção pontual na Igreja de S. Domingos de Viana do Castelo onde desenhou as grades de madeira mas não o retábulo, como tradicionalmente se cria, obra de facto de André Soares (Robert Smith, "A Verdadeira História do Retábulo de Nã Sra do Rosário da Igreja de S. Domingos de Viana do Castelo" in Belas-Artes, 2ª série, nº 23, Lisboa, 1968).

Em 1732 reformava-se o frontispício da Igreja de Sta. Cruz de Braga na forma da planta fornecida por Manuel Pinto de Vilalobos e seu filho (Robert Smith "A Casa da Câmara de

Braga [1753 e 1756]" in Bracara Augusta, vol. XXII, Tomo II, Janeiro-Dezembro de 1968, nº 51-54, pág. 313). Não deve ter sido muito profunda a intervenção dos Vilalobos. Parece ter-se reduzido ao acrescento de duas torres, pois nada na fachada -aliás uma das mais curiosas fachadas da arquitectura portuguesa (fig. 43)- mostra semelhanças com obras suas.

Existem ainda de seu punho umas muito pormenorizadas medições do Convento de S. Francisco de Vale de Pereiras, hoje desaparecido (A.N.T.T., Conventos de Viana do Castelo, Maço 16, Doc. 294).

(85)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 78C, Consulta de 14 de Setembro de 1719.

(86)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 82, Consulta de 6 de Março de 1723.

(87)- A.D.V.C., Notas de Tabelião, 5º Ofício, 4.33.1.25., fls. 98vº a 100.

(88)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 78, Consulta de 6 de Fevereiro de 1719.

CAPITULO II- O REGIME DE ENCOMENDA

2.1- O Mecenato dos Arcebispos de Braga

2.1.1. D. Luís de Souza

O último quartel do séc. XVII abria-se, em Braga, com a escolha de um novo arcebispo. D. Luís de Sousa, recorrendo a Miguel de Lescole para dirigir uma das principais empreitadas da diocese, abriu em definitivo as portas para a futura associação entre os três arcebispos que lhe sucederam no exercício da prelatura e o engenheiro Manuel Pinto de Vilalobos. Em função da projecção do arcebispado como principal centro religioso do país, da importância económica dos seus domínios, da antiguidade da sua sede e das prerrogativas simbólicas da "Igreja Primacial", a cada arcebispo coube a aplicação de um programa pessoal de intervenção urbana. É certo que sobre todo o território dependente do poder arquiépiscopal pendia a vontade mecenática do arcebispo, mas não é menos verdade que foi no perímetro restrito da cidade de Braga que se desenrolou um investimento monumental com uma produção lógica de sentido. Salvo raras excepções, ao extravazar os muros da cidade, a política dos arcebispos moveu-se no espaço limitado de uma gestão corrente e pontual, ritmada pelas necessidades de

decoro cultural que as visitas pastorais iam anotando. Mesmo os três primeiros governos, apostados na revalorização estética e simbólica do aro bracarense, não se puderam furtar a uma renovação desarticulada e fragmentária, ditada pelo período abreviado em que estes arcebispos conduziram a diocese.

D. Luís de Sousa, que governou a diocese de 1677 a 1690, acedeu ao cargo ainda durante uma prolongada embaixada na cidade de Roma, pelo que a sua entrada em Braga não se efectuou antes de 1683. Dessa estadia romana conservam-se copiosas informações, com relatos pormenorizados do quotidiano do prelado português. Estranhamente, um silêncio total paira sobre as operosas fábricas que o mecenato papal incrementara, e é num alheamento absoluto em relação à intensa vida artística romana que decorre o dia-a-dia da pequena corte portuguesa. Episódicas excepções: D. Luís de Sousa remete para Portugal duas receitas pormenorizadas, "hua de se fazerem bofetes e laminas ou quais quer outras obras de maça ou estuque que pareção de pedra e se fazer nellas o lavor de qualquer cor que se arbitrar, outra para se poder dar cor vermelha nos marmores e mais pedras solidas" (1); já Arcebispo, D. Luís teve o piedoso cuidado de presentear a sua cidade, enviando de Roma "coatro galheteiros gravados de prata (...) hum crucifício (sic) de prata dourado com hua senhora e S. João da mesma materia com hum calvario e cruz de Evano com muitos engastes de prata (...) e isto alem de

outras pessas meudas" (2). Existe nestes factos uma determinação coerente marcada pelo encantamento duplo dos acessórios de culto e da ostentação da riqueza dos materiais (ou da sua simulação), que em termos estéticos reflecte a valorização da decoração e dos seus correlatos (a cor, o ornamento), caracterizando um gosto que se mostrará em iniciativas diversas.

A acção artistica promovida em Braga por D. Luís de Sousa, identifica-se solitariamente com a história da reedificação da igreja de S. Vitor. Os trabalhos iniciaram-se em 1686 e, para garantir o sucesso da empresa, o arcebispo "mandou buscar a Vianna Miguel de Lescol insigne architecto que fez o risco e planta admirável" (3). A opção por um partido classicizante resultou numa operação de justaposição de vocábulos (friso de métopas e tríglifos, frontões triangulares, a ordem jónica do portal) aos quais falta no entanto uma articulação canónica -as pilastras toscanas enquadrando um portal jónico, a disposição concentrada de elementos na fachada, a ornamentação de sabor maneirista dos enrolamentos do óculo e das lápides. O "pequeno templo à antiga" (4), na disposição do seu prospecto architectónico, pouca influência deve ter tido do arcebispo, pese embora o significado de uma obra que se destinava a perpetuar a sua própria memória (5). O seu peso fez-se sentir isso sim, na complexa decoração dos interiores, cujas reverberações de azuis cerâmicos respondiam melhor ao gosto que demonstrava

pelo luxo ornamental.

O interior de S. Vitor é da maior importância para a arte portuguesa, tanto porque inaugura como cabeça-de-série um tipo de revestimento parietal de painéis azulejares historiados (6), com grande fortuna nos interiores do barroco setecentista, como pela coerência e significado iconográficos das cenas representadas. Ao conjunto principal, que destaca os passos do martírio de S. Vitor, junta-se o "panteão dos santos do Minho, a maior assembleia gráfica da hagiologia lusitana (...) onde figuram nada menos de 16 santos e 6 santas locais" (7). O programa imagético dos azulejos, encomendados a Gabriel del Barco e assentes pelo mestre vilacondense João Neto da Costa em 1692 (8), só podia resultar de um trabalho conceptual realizado no círculo próximo do Arcebispo, tanto pela sua inspiração na História Ecclesiástica de D. Rodrigo da Cunha (1634-35), como pelo seu alcance ideológico. A representação piedosa das origens, reconduzia a primazia do arcebispado de Braga na disputa sempre latente com Santiago de Compostela, legitimando-a pela antiguidade e pelas virtudes dos seus primeiros mártires.

D. Luis de Sousa interessou-se ainda pelo estabelecimento, na cidade de Braga, da Congregação do Oratório e para tal comprou algumas casas e terrenos no Campo de Sant'Ana, tendo em 24 de Maio de 1687 consagrado um local de culto provisório (9), mas foi de facto o projecto de reforma da Sacristia da Catedral de Santa Maria que mais o

ocupou e "em pessoa com o Engenheiro [Miguel de Lescole] muitas vezes veyo a pé a esta See a tratar desta obra que hoje [1696] se acha executada se a morte lho não atalhara" (Vd. Doc. nº 5) (10). Após a refundação de S. Vitor, que lograra deslocar o eixo de intervenção na cidade para fora do perímetro circunscrito da urbe medieval, o Arcebispo tornava ao centro físico e simbólico do seu território, confiando de novo a Lescole a sua remodelação. Mas não é de todo improvável que o nome de João Antunes surgisse já como alternativa. D. Luís de Sousa estava obrigatoriamente familiarizado com o mais importante arquitecto contemporâneo da Corte, tanto mais que este, em 1681, riscara para D. Francisco de Sousa, irmão do Arcebispo, o retábulo de embrechados de mármore da Capela de S. Francisco do Calhariz em Sesimbra (11), desenhando no frontal as insígnias episcopais de D. Luís de Sousa (12)!

Ao falecer, em 1690, D. Luís não tivera ensejo de ver o templo de S. Vitor terminado. Miguel de Lescole desaparecera em 1688 e apesar da eficiência do mestre empreiteiro, o portuense Pascoal Fernandes, apenas começavam os arranjos interiores para os quais estavam previstas verbas extraordinárias. A campanha arrastava-se e em 1696 o Arcebispo D. João de Sousa recebia de Pedro Ribeiro do Lago a certidão "do que tem custado as obras de S. Vitor desde o fallecimento do Illmo. Sr. Arcebispo Primaz D. Luiz de Sousa que custou bom trabalho a se tirar, e importa o dispendio em

mais de vinte e cinco mil cruzados. Dou a Vossa Illma, estas contas não para obrigar a Vossa Illma. a resposta, nem o interpellar ou molestar com tantos negocios mas somente por obrigação ao officio que entretanto exercito" (13). O modo como funcionou o estaleiro após o desaparecimento dos seus responsáveis não está bem estabelecido. Existiu uma comissão administrativa a quem cabia a negociação dos últimos contratos (14): não é então de estranhar que uma "assessoria" técnica fosse entregue a Manuel Pinto de Vilalobos, o discípulo e herdeiro de Miguel de Lescole e o único capaz de assegurar a fidelidade a um projecto inicial. Por aqui propõe-se a primeira razão plausível para explicar a associação do engenheiro Vilalobos aos projectos mecénicos dos Arcebispos de Braga: uma valia técnica segura e uma prática architectónica empenhada na conservação de um dado discurso formal.

2.1.2. -D. José de Menezes

Mais uma vez o tempo foi avaro para um Arcebispo. D. José de Menezes só sobreviveu quatro anos à sua nomeação para tão importante cargo, num período marcado por constantes brigas com o Cabido e ensombrado pelo seu precário estado de saúde. Mesmo assim, nestes curtíssimos quatro anos, houve tempo para a definição de algumas intervenções mecenáticas. O primeiro exemplo é sem dúvida o da remodelação da capela de S. Pedro de Rates da Sé de Braga. D. José, devoto do Santo, destinou-a para acolher a sua sepultura, em campo rasa da parte do Evangelho (15). Para isso, "João Vieira Mendes digo Vieira nosso thesoireiro da Mitra entregara logo oito mil cruzados que damos de esmola a capella do glorioso S. Pedro de Rates para se compor na forma que havíamos assentado com o engenheiro o Capitão Manoel Pinto de Villalobos" (16). Nesta presumível estreia, Villalobos ateve-se basicamente aos ensinamentos herdados de Lescole, usando no espaço a renovar, uma linguagem e uma composição geral já rodadas nas intervenções do engenheiro francês (Figs. 1 e 2). Além dos painéis historiados que recobrem inteiramente os muros, assinados por António de Oliveira Bernardes (17) e colocados bastante mais tarde (18) mas fazendo sem dúvida parte do

plano original, que relatam alguns dos episódios da hagiografia do primeiro Arcebispo de Braga, Vilalobos desenhou uma abóbada de berço em caixotões apoiada em cornija muito saliente, o sistema de cobertura então mais em voga e na linha de uma bem arreigada tradição maneirista. A ladear o arco-cruzeiro encontram-se dois pares de pilastras sobrepostas, de fustes estriados e com capitéis coríntios. Um partido semelhante nos seus traços gerais é identificável na Capela-Mor da Real Colegiada de Nossa Senhora de Guimarães, encomendada por D. Pedro II a Miguel de Lescole em 1675 para comemorar o fim da guerra com Espanha e com a qual Vilalobos devia estar familiarizado (19). Em escala diversa, o programa aplicado à cabeceira gótica da igreja vimarenense articulava já as pilastras estriadas -inacabadas e de modelação mais grosseira- e a abóbada de caixotões, insuflando-a de animação na complexidade dos moldurados e na variação geométrica das divisórias. A cobertura de S. Pedro de Rates não observou a variação dos desenhos dos caixotões mas, ao invés, envolveu-os em molduras de cordame de grande efeito decorativo.

A sacralização de espaços precisos da cidade, numa encenação historicizante da fundação do Arcebispado, recorria uma vez mais a um preciso programa edilício e iconográfico. Mas a capela de S. Pedro de Rates guardava ainda outra significação especial. É ali que se "deposita em túmulo negro a Sagrada Eucaristia no fim da missa de

sexta-feira Santa. Particularidade unica no Mundo (...). So em Braga ha paramentos pretos em liturgia eucarística (...). Só em Braga se transporta o Santissimo Sacramento na procissão de entêrro (...). E se a Procissão teofórica e em paramento preto de Sexta-feira Santa testemunha notável antiguidade, é interessante, ou providencial coincidência que tenha sido precisamente a capela de S. Pedro de Rates onde se refugiou a tradição" (20).

O outro ponto de aplicação das iniciativas mecenáticas de D. José de Menezes constituiu a modernização da Igreja Matriz de Viana do Castelo. Como obra excêntrica em relação aos verdadeiros pontos de interesse dos Arcebispos, a Matriz de Viana só pontualmente recebeu algum apoio para a sua reforma. O primeiro passo neste sentido foi mesmo autónomo: o Arcipreste António de Araújo e Lomba requeria autorização das autoridades militares da vila para alargar a capela-mor e "acrescentar mais do que esta pella grande imprefeição (sic) que tem para se administrar o culto divino, necessitando para este effeito de se aproveitar de parte do muro da villa fazendo com elle na largura que ocupar que serão trinta ou quarenta palmos" (21). O envolvimento posterior do Arcebispo, que aproveitou o ensejo para mandar lagear a Capela-mor, ficou marcado sobretudo pela apropriação simbólica de um espaço, mandando dali excluir todas as sepulturas e apagando assim os sinais da sua usura privada (22). A história deste pequeno estaleiro ia revelar-se lenta. Em 1694 o pároco da

matriz recebia autorização a um pedido adicional para usar a pedra da muralha (23) e em 1700 o Arcebispo D. João de Sousa agradecia, não sem um certo cinismo, "a notícia das imperfeições com que se acha a Cappella-Mór da Collegiada dessa villa [de Viana] que Eu não mandey fazer e por isso não está acabada" (24), pedindo ao mesmo tempo algumas medidas para se mandar fazer o retábulo. Não era evidentemente grande o interesse de D. José na reforma da Matriz de Viana e, ao morrer em 1696, os legados que fazia contemplavam apenas a Capela de S. Pedro de Rates, à qual testava oito mil cruzados, e a Igreja paroquial de Ponte da Barca, que recebia 800\$000 reis (25).

Um outro problema, também este não resolvido, atravessou o governo de D. José. As freiras beneditinas da praça de Monção, cujo convento ameaçava ruína e dificultava a construção das novas muralhas, precisavam de um albergue alternativo. O Arcebispo pensou em transferi-las para Guimarães e pediu a Manuel Pinto de Vilalobos planos de alargamento dos Conventos das Marianas e das Capuchas. Os orçamentos do engenheiro, entregues em 9 de Agosto de 1695, propunham alterações mínimas e o maior entrave era, na sua opinião, a condução de água ao Recolhimento das Marianas (Vd. Docs. nº 1 e nº 2) (25). A correcção dos planos era, entretanto objecto de apreciação positiva por parte do Lente da Aula de Fortificação de Lisboa, Francisco Pimentel, e pelo engenheiro Manoel do Couto, em carta enviada para Braga no

dia 9 de Setembro do mesmo ano (26). No entanto, a resolução deste caso caberia apenas a D. Rodrigo de Moura Teles, não sem antes se ter assistido a uma renhida disputa entre Barcelos e Guimarães para alcançar o privilégio de albergar as religiosas (27).

2.1.3.- D. João de Sousa

A obra mecenática de D. João de Sousa aproximou-se do paradigma elaborado pelos Arcebispos predecessores, falhando nele também a articulação de um plano global e a concepção da cidade como objecto integrado de intervenção. As obras que D. João patrocinou, remetendo já para iniciativas mais arrojadas, nunca passaram todavia da esfera limitada da obra pia para o campo mais alargado da obra cívica. Isto mesmo compreenderam-no os seus contemporâneos, e D. João queixou-se uma vez de que aos gastos que fazia, os pobres punham sempre os "seus embargos dizendo que eu devo primeiro reedificar os edificios vivos do que os templos; porque Nosso Senhor se agrada mais disso" (28).

A reforma da Sacristia da Sé de Braga ressaltava neste final de século como a obra mais premente a efectuar bem como aquela que prometia, pela sua extensão, maior projecção. Como vimos, D. Luis de Sousa interessara-se na sua remodelação e depois, em tempos de Sé Vaga, chegara-se a ponto da obra se "rematar com escriptura que se acha nas nottas" (29). Após a morte de D. José de Menezes, o Cabido "tratou com toda a brevidade de se mandar fazer esta obra, procedendo de sorte que se fes nova planta por se mudar de sitio mais

conveniente, mandandosse por apregão em praça publica a quem mais barata fizesse (e) para cujo effeito se nomearão dous capitulares e dous Menistros que a tudo assistirão" (Vd. Doc. nº 5). Esta intervenção, ficou no entanto sem effeito por o Cabido desconhecer as disposições do novo Arcebispo relativamente a despesas sumptuárias na catedral. A data, a vontade do Cabido compreendia já, em paralelo, a introdução de pequenos melhoramentos dispersos e, para isso, determinou-se "mandar fazer hũas cadeiras na Cappella mayor (porque) esta igreja Primaz se acha a ditta cappella com huns assentos e encostos de taboas de castanho lizo e muito mal lavrado" (30).

O recurso ao architecto João Antunes para elaborar o risco da nova Sacristia podia ter nascido na extensão das relações familiares de D. Luís. Mas D. João de Sousa tinha igualmente motivos bastante para se lembrar do architecto nesta obra capital e, como Bispo do Pôrto, mais de uma vez recorrera aos seus serviços. Para mais, a escolha de João Antunes além de garantir o "aggiornamento" da cidade de Braga com o panorama artístico finissecular, alcandorava o novo mecenas a uma relação de emulação com o poder régio. De facto João Antunes exercia já na estrita esfera de influencia da Casa Real. Em 1697, era provido no cargo de Architecto das Obras Militares, substituindo Mateus do Couto; em 1699, depois da morte de Francisco da Silva Tinoco, João Antunes passava a a Architecto Real. Foi também Architecto do

Infantado e da rainha D. Catarina, e a sua projecção na capital levou-o a dirigir as obras da igreja de Sta. Engrácia a partir de 1682 (32). João Antunes aparecia assim, e antes de tudo, como intérprete de um gosto, e é na capacidade de resposta a um determinado tipo de programa construtivo que se deve procurar as razões de um protagonismo tão eficiente como prolongado.

No próprio ano da eleição de D. João -1696- principiava a Sacristia e em 1700 o Arcebispo regozijava-se com o avanço dos trabalhos: "a Sacristia que tenho mandado fazer está em tão boa altura que já vou cuidando em dar principio aos caixões" pelo que pedia ao Abade da Igreja de S. Nicolau, no Porto, que "se informasse que enchambrador houvera nessa cidade que os faça com maior perfeição" acrescentando que "antes de se dar inicio à obra, hade vir o mestre deleniar as madeiras do brasil para que tenham algum tempo de se poderem melhor secar" (33). O mesmo abade receberia ainda uma encomenda de um pátio de oito varas para a Sé de Braga (34) e era informado, por epístola datada de 3 de Agosto de 1701, de que a Sacristia estava enfim concluída de pedreiro (35). Para o embelezamento da nova estrutura D. João mandara fazer oito espelhos em Antuérpia, a propósito dos quais surgiram aliás alguns problemas. Esperando com alguma impaciência notícias do seu agente no porto de Viana, Manuel Fernandes Braga, o Arcebispo é por este notificado que "para satisfazer a hum erro dos escrupullos daquelles Luteranos se me pede hua

certidão que heyde autenticar plos mais conhecidos dos estrangeyros desta villa de como são as figuras ao humano e não imagens a que se haja de dar culto. e com declarar por nós 12 espelho cõ a figura da fe que tem por insignia hũa cruz e da esperança que tem por diviza hua ancora e así em todas pela ordem que vão correndo da parte das frestas" (36).

A Sacristia da Sé de Braga, apesar do cuidado posto na sua concepção, das suas dimensões e da riqueza dos materiais utilizados, não deixa de representar uma solução de continuidade na arquitectura coeva, quanto mais não seja porque o módulo espacial da sacristia ancorava numa tipologia já solidificada. A recorrência de certos esquemas formais está, por exemplo, bem presente logo na "portada de granito, cujo robusto enquadramento exprime, com eloquência, o estilo português do fim do séc. XVII, última manifestação do velho maneirismo quinhentista, animado pelas linhas do frontão curvo interrompido e da «bacia» da peanha central sustentando a estátua de S. Nicolau (...). É o mesmo estilo que se vê nas casas do engenheiro Manuel Pinto Vilalobos de Viana do Castelo, e seus reflexos nas velhas ruas bracarenses, estilo plano e liso, que remonta até à primeira metade de Seiscentos, à época de Baltazar Álvares, Diogo Marques Lucas e Pedro Nunes Tinoco" (37).

Agradou tanto o desempenho de João Antunes que D. João de Sousa quis ainda que riscasse a casa do Tesouro que almejava erigir junto à Sacristia. Em 1700 o Arcebispo

acusava a recepção de uma planta para a obra (38), que nunca se chegou a concretizar, e para a qual concorreu com 1.400\$000 reis (39). Fora do aro bracarense e salvo o profundo envolvimento do Arcebispo na construção da Igreja do Bom Jesus de Barcelos, o mecenato de D. João de Sousa observou duas regras constantes: não procedeu a empreendimentos de raiz, preferindo uma gestão pontual do património já construído, e não impôs modelos formais de aplicação generalizada.

A pequena capela de invocação do Bom Jesus que existia em Barcelos desde o séc. XVI era o centro de importantes peregrinações, aliás em relação directa com o movimento da expansão portuguesa pela sua ligação a uma confraria de mareantes. Quando em finais do séc. XVII se gera um movimento para tentar a reconstrução do templo, o Arcebispo D. João de Sousa envolve-se no processo, solicitando a João Antunes e a Manuel Fernandes da Silva que fornecessem plantas alternativas. Ambos responderam apresentando "plantas redondas" (40), o que só pode ser explicado por uma opção determinada do prelado, que apostava neste caso especial numa vertente mecenática mais actuante e interessada na própria escolha dos partidos plásticos.

Foi ainda em tempos de governo de D. João de Sousa que o engenheiro Manuel Pinto de Vilalobos começou a aparecer normalmente associado a algumas iniciativas edilícias do Arcebispo e é também agora que se define a curiosa parceria

que Vilalobos manteve com o mestre-de-obras Manuel Fernandes da Silva. Manuel Pinto de Vilalobos surge primeiro a elaborar um parecer sobre a colocação de um relógio numa torre da Sé, discordando do seu assentamento sobre vigas de ferro implantadas nas paredes e propondo em alternativa o enchimento da torre e a implantação de uma estrutura de suporte (41). Em Janeiro de 1703, a queda de uma varanda do Convento dos Remédios de Braga requeria também a sua atenção, e no relatório que entregou a D. João de Sousa, Vilalobos debruça-se pormenorizadamente sobre os problemas estruturais postos pela reedificação dessa varanda (42). Em Monção, José Fernandes Braga entregava em Janeiro de 1704 (?) 48.000\$000 reis ao engenheiro para a obra de reforma das grades do Convento de S. Francisco, mas a iniciativa ficara sem efeito (43). As empreitadas das obras eram entretanto entregues a Manuel Fernandes da Silva e foi na dependência directa de Manuel Pinto que o pedreiro baracarense arrematou os seus primeiros trabalhos, aqueles estritamente funcionais, com grande liberdade de movimentos (44): no ano de 1701 constrói a cerca do Convento da Conceição da cidade de Braga (45) e a casa do forno e celeiro de S. Francisco de Monção, segundo planta por si gizada (46). No caso de uma intervenção a fazer-se no convento de S. Bento de Viana, Manuel Fernandes deveria submeter à aprovação prévia do engenheiro vianês o rascunho que resultara da sua vistoria (47). Como vemos, a regularidade do trabalho desenvolvido por Manuel Pinto de

Vilalobos não pressupunha ainda uma afirmação autónoma e pessoal de um universo formal e se existiu uma insistência no seu concurso foi porque era ele o melhor garante de uma direcção técnica unificada.

Numa intervenção de âmbito diverso parece-nos ainda entrever a mão de Vilalobos. Em 1702 organizava-se na vila de Viana uma recepção a D. João de Sousa, cumprida num programa festivo que não dispensou os habituais arcos triunfais e o aproveitamento cenográfico do Lima, onde evoluíam "quatorze barcas em forma de galés equipadas e artilhadas todas". O principal ponto de interesse residia no entanto em mais uma arquitectura efémera que reproduzia "hú Castelo com dez peças de artilharia", cuja evidente contaminação por uma iconografia castrense bem pode ter sido inspirada por Vilalobos (48).

2.1.4.- D. Rodrigo de Moura Teles

Ao iniciar em 1704 um novo pontificado, D. Rodrigo de Moura Teles quis marcá-lo significativamente por uma operação de rotura em relação aos governos precedentes. Rotura administrativa primeiro, pelo viés da reforma compulsiva dos corpos dirigentes do Arcebispado, tendo para isso expulso "muitos Ministros, que seu antecessor havia mettido, e também os providos pela Sé vaga, e nomiou Governadores" (46). Rotura depois, no modo sistemático e unitário como aplicou a sua política mecenática.

Ao tomar posse do governo arquiépiscopal, a Sé impunha-se como o principal estaleiro a revigorar. Não era já possível o procedimento aleatório característico de épocas anteriores, porque existia agora um sentido integrador de intervenção. A ambição de D. Rodrigo de Moura Teles de dotar a catedral de novos altares, que bem pode derivar da devoção particular do Arcebispo pelo "culto da presença de Jesus nas espécies eucarísticas" e da prática munificente de "rodear o local onde elas se guardavam da conveniente dignidade" (49), entronca também na necessidade de uma modernização estética global, numa tentativa de abertura dos espaços fechados de sabor medievalizante a novos valores lumínicos e cromáticos. Esta proposta, que relançava uma velha aspiração do Cabido, avultava pois, de igual modo como jogada política, ao tentar polarizar em torno dos seus projectos de reforma, os

principais focos alternativos de poder dentro do Arquidiocese. Assim, o rompimento da espessura românica dos muros catedralícios constituiu a primeira diligência importante do prelado. A nova fenestração e o zimbório que passou a rasgar o cruzeiro jogavam na interacção com outros pormenores internos de animação espacial, e foi precisamente ao mostrar uma percepção inovadora do espaço religioso que ela foi notada pelos seus contemporâneos. Um espectador cativado, depois de descrever os esplendores dos novos altares do corpo da Sé, rematava: "tudo isso faz sobressair a singular perfeição com que as paredes e tecto desta Metropoli (sic) estão tanta soberanamente adornadas, que com as suas excelentes pinturas e finos azulejos bem com (sic) os luzidísimos rayos de Sol, que pellas cristalíssimas vidraças entrão a fazer brilhar com admiracao suas maravilhosas circumstancias e perfeições maravilhosas" (50).

A capela de S. Pedro de Rates, cujo azulejamento só decorreu em 1715, vinha juntar-se, do lado da Epístola, uma nova capela consagrada a S. Geraldo, começada em 1712 (51), e cumprindo uma mesma função retórica na formulação iconográfica dos seus painéis de azulejos historiados. A simetria desejada com a capela de S. Pedro continuava na escolha deste novo espaço para recolher a campa de D. Rodrigo, reafirmação de um esforço de identificação com os santos fundadores da Diocese. O culto do Santo era entrementes encorajado, com a remoção das suas ossadas para

um "caixão de obra moderna ricamente dourado, que (se) colocou na tribuna do mesmo retabolo com cortinas de damasco e outros panos de preço com que se cobre esse mansoleo (sic)" (52).

Estendia-se à frontaria a renovação da Sé. Em 1714 o Cônego João Duarte dos Santos, Administrador da Fábrica da Sé Primaz, pedia a pedra de um antigo torreão da cerca medieval para a reedificação das torres da catedral que ameaçavam ruína (53). A autorização régia foi concedida depois da vistoria efectuada pelo coronel engenheiro Manuel Pinto de Vilalobos, mas só teve seguimento em 1723. Ao mesmo tempo que se refaziam as torres, orçadas em 4.400\$000 réis (54) justapunha-se um remate cupulado, apenas definido na estrutura e com os panos vazados, modernizava-se a fenestração pelo recurso ao coroamento de frontões curvos e interrompidos, e coroava-se o corpo central com uma edícula preparada para receber uma imagem de Nossa Senhora, colocada em cerimónia especial "enquanto um coro de músicos cantava a ladainha!" (55) (fig. 3).

Até 1715 não parece haver uma política precisa para a cidade de Braga. O Arcebispo limitara-se a dar continuidade aos casos pendentes, sem no entanto os integrar num plano coerente. A excepção esgotou-se na profunda reforma do Paço Arquiepiscopal, situado à ilhargá da Sé. No ano de 1709 D. Rodrigo reformulou inteiramente a capela do Paço, na qual gastou 2.000\$000 réis, e fez recolher para o interior do

edifício a escada do corpo principal bem como a da Casa do Despacho. No lado nascente procedeu ao acrescento de um corpo (fig. 4), em exacta simetria volumétrica com a ala poente, apoiada na colunata que datava do governo de D. Agostinho de Jesus (1593). O resultado destas ampliações alterava a leitura da fachada e enriquecia-a na sua relação com o novo espaço que criava, uma praça quase cerrada e depois valorizada com um caprichoso chafariz (fig. 5).

A continuidade desta revolução urbana desenrolou-se em mais dois episódios: as obras do Alpendre da Lapa e o início dos trabalhos no Campo Novo. Sobre o primeiro os dados não abundam, e apenas se conhece a referência de José Augusto Ferreira a uma autorização dada pelo Governador das Armas do Minho para se reformarem os caramanchões do Alpendre da Lapa, durante o pontificado de D. Rodrigo (56). A solicitação do prelado é importante: ela inscreve-se no desenvolvimento espontâneo da cidade como uma medida ordenadora, dota o Campo de Sant'Ana com um espaço gerador de sociabilidade e resolve em definitivo o sentido da expansão da cidade para nascente. O desejo de corrigir o crescimento de Braga é compreensível. O primeiro nível de ocupação dos espaços exteriores à muralha repetia um plano radioconcêntrico imposto pela própria cinta fortificada, pontuado pelas enormes praças que se abriam frente às diversas portas da cidade. A este movimento natural contrapunham-se agora algumas tentativas de domesticar o crescimento, e os novos arruamentos que partiam destes Campos

denotam alguma organização no seu traçado regular.

Em termos de projecto de um espaço urbano edificado e pré-ordenado, o Campo Novo, é a mais importante realização do pontificado de D. Rodrigo de Moura Teles. É verdade que o impulso decisivo para a sua concretização pertenceu já à era de D. José de Bragança (57), como o demonstram dois documentos gráficos coevos. Um deles, recentemente descoberto, mostra que em data não muito distante de 1758, só o alçado poente do Campo Novo estava efectivamente construído (58). No entanto foi segundo disposições de D. Rodrigo que em "Abril de 1725, se comessou a quebrar pedra, e a fazer Cazas no Bairro da Gavieira chamado o Quinteiro, ou o Reduto que he prazo do Cabido de que he Emphyteuta Antonio Barreto Gaviam" (59). O novo bairro, destinado a albergar artífices ligados às indústrias religiosas da cidade (60), significativamente afastado do "caroço" medieval, implantava-se como um corpo estranho num espaço sem qualquer memória de ocupação, ainda preso a uma ruralidade indesmentível, que se alojou aliás na toponímia -também é conhecido por Quinteiro. Da praça, que desenha um quadrado perfeito, lançam-se, a partir das diagonais, as quatro artérias que o servem, já inscritas no plano inicial como se pode depreender da cronologia dos seus prazos: a Rua da Oliveira ou das Oliveiras (61) e a de S. Gonçalo (62) ambas com o primeiro prazo conhecido em 1725, a Rua de Sto. André em 1726 (63) e a Rua da Guadalupe, embora sem prazos

conhecidos para a época, remontará certamente a 1725 (64). A precedência de uma metodologia concreta de articulação espacial é visível no mapa da Biblioteca da Ajuda: mesmo sem nenhum edifício construído, a Rua da Guadalupe apresenta o traçado definitivo que organizará o sentido da ocupação. No modo como se organiza a partir de um espaço nuclear definido pela praça, na irradiação das ruas em linha recta, na uniformização arquitectónica dos alçados e, enfim, no seu espírito programático, o Campo Novo preenche as características essenciais do urbanismo setecentista português (65).

A construção do Campo Novo anda associado o nome de André Soares -não o arquitecto do tardo-barroco bracarense- e é probabilíssimo o envolvimento do engenheiro Manuel Pinto de Vilalobos, fosse numa fase prévia de consulta, fosse num estádio projectual em que Vilalobos concorresse com a sua experiência.

A tradição do "desenho urbano regular português" formara-se a partir da produção teórica da Aula de Fortificação e das realizações práticas dos engenheiros militares ali formados. O próprio Tratado de Serrão Pimentel, adaptado, como vimos, a texto de referência da Aula de Fortificação na década de 70 do séc. XVII, estipulava regras regulares de ordenação urbanística, na dependência funcional do agenciamento da fortificação envolvente (67). A um conhecimento académico de princípios gerais de desenho

urbano, juntava Manuel Pinto de Vilalobos uma familiaridade indiscutível com os projectos que, pouco antes, o Bispo do Porto e posteriormente Arcebispo de Braga D. João de Sousa, tentara implantar no Porto. As ideias de construir duas praças públicas, uma fora das muralhas e outra em terrenos agrícolas pertencentes ao Cabido da Sé nascera em 1687. O primeiro projecto de praça, no coração da cidade antiga, foi concebido por Domingos Lopes, um curioso de arquitectura que vimos ombrear com Manuel Vilalobos na resolução do problema da condução de água ao Convento de Santa Clara de Vila do Conde. Mas em 1709, com a nomeação de D. Tomás de Almeida, a ambição ampliara-se. Propunha-se agora um plano que fizesse rivalizar esta estrutura urbanística com a Plaza Mayor de Madrid. Na sua formulação espacial, a Praça do Campo das Hortas reproduzia do modelo madrileno as imponentes dimensões e a forma quadrada sobre arcadas, mas "ao contrário das praças espanholas que dependiam geralmente da rede urbana em que se inseriam, a praça portuense era perfeitamente regular" (68). Acresce ainda que o engenheiro militar responsável pela cidade do Porto não podia estar alheio ao plano de D. Tomás de Almeida, o "mais importante que se formulou em Portugal antes do da Praça do Comércio de Lisboa" (69), tanto mais que foi eventualmente chamado a pronunciar-se sobre problemas concretos de engenharia do empreendimento ou até, e com mais probabilidade, sobre a sua relação com o complexo defensivo da cidade.

Como projecto urbanístico de apreciáveis dimensões, a Praça portuense podia constituir-se como exemplo a imitar, não tanto na sua estrutura arquitectónica, mas como modelo de uma intervenção de prestígio. De qualquer modo, a tradição de organização relativamente espontânea das praças situadas extra-muros, os rócios, tinha em Braga alguma importância e, descontando a irregularidade dos alçados e a inexistência de um suporte projectual sistemático na sua arrumação, forneciam inspiração suficiente para o projecto do Campo Novo.

A evidência da associação de Vilalobos à paternidade desta obra é tanto mais de notar quanto o engenheiro aparece à data na mais estreita colaboração com o Arcebispo no seu programa «evergético». Em todas as grandes obras associadas a D. Rodrigo de Moura Teles o seu nome emerge de forma recorrente, acrescentando às suas funções ordinárias de agente técnico, a projecção devida ao principal arquitecto em actividade na área do Arcebispado de Braga. Em 1718 era construído o novo aljube da cidade de Braga -outros seriam construídos em Valença e Torre de Moncorvo-, e o Arcebispo, no competente exercício da sua jurisdição temporal, pedia a Vilalobos uma planta, não sem acautelar durante a fase de execução algumas orientações para a empreitada. Orientações utilitárias primeiro, por lhe "constar que a parede da Barbacã do castello que havia de servir de frontispicio (...) se acha por dentro cheia de terra e incapaz de servir pela pouca segurança que inculca" (70), mas também orientações

acauteladas pelos efeitos do impacto urbanístico do Aljube: "e outrosy correrá a obra do tal aljube até a porta daliandega por ficar assim melhor e mais vistoza" (71) (Vd. Doc. nº 6).

Em 1721 foram encomendadas ao engenheiro de Viana as plantas para o Claustro Grande do Hospital de S. Marcos (fig. 6). "Nesta obra cometeram-se alguns erros, emendados pelo mesmo Engenheiro, que para isso teve que fazer nova planta, ordenada pela Mesa em sessão de 29 de Agosto de 1722 e por esta planta deliberou a Junta em sessão do 1 de Julho de 1723 que continuava a obra do Hospital" (72). Depois de 1733 foi encarregue Carlos Antonio Leoni, italiano, de apresentar novos projectos para o frontispício, Igreja Nova e Claustro Pequeno. O claustro elaborado por Vilalobos desenvolve-se com um grande sobriedade compositiva, apresentando os pisos uma exacta correspondência formal: alçados vazados, dois tramos por lance e um sistema rítmico original realizado no emparelhamento de dois arcos laterais abatidos e um outro, central, de menores dimensões e de volta perfeita (no piso superior ligeiramente rabaixado), no que pode ser entendido como uma transposição da sequência da serliana. Na simplicidade do conjunto, de que o recurso a pilares e pilastras toscanas é uma das expressões mais evidentes, aflora sem dúvida algo do espírito despojado do estilo-chão, numa interpretação arredada porém do rigor geometrizar de realizações mais eruditas.

O ritmo de transformação da cidade por via de novas construções religiosas mantinha-se entretanto muito vivo. Para agradecer um graça alcançada de S. Sebastião, D. Rodrigo decide "reedificar e aumentar e adornar a morada do seu advogado", na verdade uma capelinha de fundação remota e com sinais evidentes de abandono quando o prelado decidiu cumprir a promessa. A primeira pedra da nova capela foi lançada a 26 de Outubro de 1715 e a 19 de Janeiro de 1717 "benzeo Sua Illustrissima a nova Igreja de S. Sebastiam das Carvalhas (sic), e se fez a procissam da Igreja matriz de Santiago para a nova Capella com andores e danças" (73). A planta de S. Sebastião das Carvalheiras organiza um hexágono irregular de faces desiguais alternadas e cujas partes maiores são realçadas pela justaposição de um corpo, tendo a zona da capela-mor maior profundidade (embora a actual resulte de acrescentamento posterior) (fig. 7). A todo o perímetro, as faces da capela apresentam pilastras toscanas que na fachada principal enquadram um portico de frontão triangular interrompido: Únicos factores de animação, o brasão de D. Rodrigo esculpido no tímpano e a imagem do patrono sobrepujando o frontão, atado à coluna do martírio num modelado correcto. No interior a nota dominante é o revestimento azulejar com episódios da vida de S. Sebastião e com a inscrição em cartela da data da sua factura: "ANNO-1717" (74).

Poucos anos separam a Capela de S. Sebastião das

Carvalheiras da Capela de N^a Sr^a de Guadalupe. O encargo da construção deste templo, que correu também pelo bolso do Arcebispo D. Rodrigo, decorre do projecto do Campo Novo, de cronologias coincidentes e localizações respectivas devidamente articuladas, formando assim uma unidade indissolúvel. Uma das vias que daqui partiam, conduzia num movimento ascensional à colina fronteira onde se ergue a capela, rasgando na praça uma perspectiva única. Desde a planta "circular desse templo até à planta central com quatro calotes semi-circulares unidas por arco de circunferência" (75) revela-se, pela sua raridade, a feliz conjugação do gosto mecenático de D. Rodrigo de Moura Teles e das possibilidades materiais da sua tradução numa obra concreta (fig. 8).

A vida conventual do Arcebispado recebia entretanto os benefícios da prodigalidade de D. Rodrigo. As religiosas de Monção transferiam-se enfim em 1713 para a vila de Barcelos, pretexto para luzidas cerimónias que se prolongaram por três dias. A igreja beneditina, de exterior discreto e rasgado por um modesto portal lateral, à maneira dos edifícios de clauzura feminina, não deixa adivinhar um "dos mais excelentes e densos interiores barrocos de Portugal (que) prepara o riquíssimo interior da Igreja da Misericórdia de Viana, um pouco posterior" (76): à talha dos retábulos e do elaborado púlpito, às telas que guarnecem os tectos, respondem os painéis parietais azulejados segundo cartões de

António de Oliveira Bernardes, figurando passos da vida de S. Bento, e os da capela-mor, do mestre P.M.P., com referência à construção do edifício desde o lançamento da primeira pedra, em 1707 (77).

Se os planos que Manuel Pinto de Vilalobos entretanto fizera para os Conventos de Guimarães foram ou não aproveitados é uma questão em aberto mas, pelo menos o Convento das Capuchas sofreu razoáveis alterações sob os auspícios de D. Rodrigo de Moura Teles, para ali canalizados através da Abadessa Soror Luísa Maria da Conceição, sua irmã. O Breve de 1716, concedido por Clemente XI, foi já encontrar no fim as obras de remodelação do modesto Recolhimento original, pois em Abril o Arcebispo presidiu à cerimónia que assinalava o início de vida do novo edifício (78). A simplicidade do risco exterior, animado pelo portal lateral, é quebrada, interiormente, pelo recurso ao azulejo nas paredes da igreja, datados de 1717 e representando cenas marianas (79).

A Chaves chegou ainda um eco do interesse de D. Rodrigo em promover profundas reformas edilícias, quando decidiu apoiar as obras do Convento de S. Francisco, cujas obras haviam começado em 1684, e onde o prelado bracarense gastou mais de vinte e cinco mil cruzados (80).

Mas o projecto que marcou de maneira indelével o primeiro quartel do séc. XVIII na cidade de Braga foi o arranque do enorme estaleiro do Bom Jesus do Monte, só

completamente concluído no séc. XIX.

Existia no Monte Espinho, uma colina fronteira à cidade de Braga, uma ermida dedicada a Santa Cruz que remontava ao séc. XIV. Em 1494, o Arcebispo D. Jorge da Costa reedificou-a mas, afastada da cidade, a ruína progressiva obrigou a que em 1522 o Deão D. João da Guarda procedesse a nova construção. Outro templo ainda, foi edificado em 1629, consagrado definitivamente ao Bom Jesus e apresentando já em embrião, um «Monte Calvário», com a pontuação do percurso ascensional por seis capelas com as cenas da Paixão.

Em 1722 o Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles passou a controlar a Confraria que administrava a capelinha, depois de dissenções que traíam a franca expansão do santuário e das suas rendas. "No anno de 1723 principiou o Snr. Arcebispo a aperfeiçoar o Santuário do Bom Jezus do Monte e a abrir a entrada pelo meyo da Veiga do Vilar" (81). A remodelação total do Bom Jesus cobria um plano sistemático e homogéneo de que a regularização dos acessos era o momento prévio. A seguir, o "projecto incluía o pórtico, 8 capelas -as las. da via-crucis até ao escadório dos Cinco Sentidos, com excepção dos actuais Caminho do Calvário e Ecce-Homo, localizados no pátio circular- ladeados por fontes, e escadório dos Cinco Sentidos e a igreja principal" (82). Na sua concepção global e na integração plena das partes, o conjunto do Santuário é notável. Integração paisagística primeiro, no aproveitamento das potencialidades espectaculares do monte e na "qualidade

do arranjo cenográfico experimentado em arquitecturas de exterior" (83) do terreiro de entrada. Integração arquitectónica também na unidade conferida pela escolha de plantas centralizadas -quadradas para as pequenas capelas da Paixão, circular na Igreja principal (84). Integração enfim, na dimensão cristológica do Santuário: os obeliscos que antecedem o terreiro e que remetem para a ideia de Cristo Vitorioso (85), a reprodução alegórica do Monte das Oliveiras no percurso sinuoso desenhado pelas capelas (86) o Escadório dos Cinco Sentidos, cuja mensagem se centra no "carácter ilusório e pecaminoso do conhecimento sensível" (87), precedido pela Fonte das Cinco Chagas, e por último, no cume, a Igreja do Santuário que se aproximava, pela sua forma, "da do martyrism e reproduzia melhor assim a Igreja do Santo Sepulcro" (88), "cuja forma continha a ideia mística de Centro que transporta em si todo o espaço sagrado, e mais que qualquer outro o Gólgota, cimo da montanha Cósmica" (89). A responsabilidade da traça desta igreja circular tem andado atribuída a Manuel Pinto de Vilalobos, desde que Alberto Feio aventou esta hipótese de autoria (90). Mónica Massara, que não encontrou, na pesquisa que efectuou nos arquivos do santuário, qualquer prova documental respeitante à paternidade do projecto, aceita a proposta de Alberto Feio (91), e o mesmo acontece com José Fernandes Pereira (92). De facto as alternativas não são grandes. No 2º decénio do séc. XVIII todas as iniciativas edilícias do Arcebispado foram

entregues ao engenheiro de Viana ou a Manuel Fernandes da Silva e, quando em parceria, respeitando sempre uma relação de subordinação que se estabeleceu entre os dois. Nada mais natural, por isso, do que aceitar que o mais complexo projecto arquitectónico levado a cabo em Braga em princípios do séc. XVIII, envolvesse obrigatoriamente o engenheiro Manuel Pinto de Vilalobos.

Pode-se considerar que nem sempre o mecenato de D. Rodrigo de Moura Teles optou por uma vinculação directa às operosas fábricas de que necessitava o Arcebispado. As carências financeiras que se faziam sentir nas construções religiosas eram então compensadas, em alternativa, pelas estruturas sociais locais, agrupadas em torno das confrarias. A mobilização de recursos, autonomizada, não impedia porém que continuasse a existir um controlo por parte do Arcebispo, mesmo se mais difuso, assegurado por Manuel Pinto de Vilalobos. Dois exemplos são eloquentes: a continuação do estaleiro da Matriz de Viana do Castelo e a construção da nova Igreja de Ponte da Barca.

A modernização da Colegiada de Viana, iniciada com D. José de Meneses, nunca se libertou de um processo marcado por intervenções aleatórias. Depois do alargamento da Capela-mor, sucedeu-se o apetrechamento ordenado por D. Rodrigo em visita pastoral, mandando-se aumentar os arcazes da sacristia para poderem recolher os frontais, e construir um guarda-roupa

para vestuário dos reverendos cônegos. A confraria de Nossa Senhora da Assunção, que estava "prompta para concorrer com o dinheiro para a dita obra" (93) requereu ao Arcebispo que mandasse ali assistir o Coronel Engenheiro Manuel Pinto de Vilalobos o qual, em cumprimento de permissão superior passada em 7 de Fevereiro de 1714, aceitou o encargo e dispôs as coisas no sentido da sua prossecução (94). Em 1720, juizes e oficiais das Confrarias do Rei Salvador, de Nã Srã da Guia e de Nã Srã da Esperança, propuseram "edificarem de novo a sua custa hũa sacristia para o uzo e guarda de suas fabricas no lado da capella Mor da dita Igreja para a banda do Norte concorrendo cada hũa de suas Irmandades com a sexta parte de todo o gasto que na obra referida se fizer" (95). A Matriz de Viana do Castelo representava assim o perfeito exemplo de um templo cindido entre uma vocação pública e a apropriação privada do seu espaço, condicionando todas as intervenções para ali projectadas. Em 1709 a irmandade do Espírito Santo necessitava da licença de Belchior da Rocha para poder abrir uma porta por baixo do retábulo da capela dele, assim como para se romper uma portada que facilitasse o acesso à sacristia, tudo devidamente autorizado em escritura notarial pelo bastante procurador de Belchior da Rocha em Viana, o sargento reformado da fortaleza da barra, Manuel Cerqueira (96). A manutenção da dignidade dos altares e das suas alfaias corria em certos casos, também, pela boa vontade de devoções particulares, como era o caso do altar dedicado a S.

Caetano da capela do Espirito Santo e S. Pedro, que recebera em 1720 uma esmola de Cristóvão Jordão Maciel no valor de 80.000\$000 réis, enviada do Brasil por intermédio do mercador Manuel Moreira (97).

Ponto centenar de intersecção de duas vias de comunicação capitais na Província do Minho, a que seguia o leito do Lima e a que ligava a cidade de Braga ao Norte do reino e às rotas de Santiago, no sentido do vale do Vez, a vila de Ponte da Barca aparece, em princípios do séc. XVIII, profundamente envolvida na reforma da sua Igreja Matriz. Este templo, que devia ser o mesmo que resultou de uma grande campanha de reforma no séc. XVI, evoluiu, a partir daqui, em anarquia completa, pela agregação constante de capelas ao corpo principal. No séc. XVI construíram-se as capelas dos Barretos, mais tarde a dos Donatários, a família dos Magalhães de Menezes, e a capela de S. Gonçalo, fundada pelos Pimenta, da casa da Prova. Na 2ª metade do séc. XVII a Confraria do Santíssimo Sacramento conseguiu erigir capela própria, graças à choruda herança do cônego João Gomes Taveira, enquanto Gonçalo da Costa Correia e sua mulher doavam em 1656, um campo à recém fabricada capela de Sta. Catarina de Sena. A igreja paroquial, que resultava assim num espaço de planimetria e volumetria incoerentes, precisava de alterações radicais e de um impulso decisivo, dado finalmente em Junho de 1714 depois de algumas hesitações, quando o engenheiro Manuel Pinto de Vilalobos entregou o projecto do

novo templo, trabalho pelo qual cobrou a soma de 19.200\$000 réis (98) (figs. 9 a 13). As obras iniciaram-se em 1717, depois de alcançado um empréstimo de 200.000\$000 réis da Misericórdia, e seguiram um processo tranquilo. Em 1718 contratou-se o emadeiramento e tratou-se de dar satisfação às exigências de D. Rodrigo de Moura Teles, que impôs a extensão das empreitadas à capela-mor para melhor articulação estética entre os dois espaços. Quando D. Rodrigo visitou a vila no ano de 1723, a igreja não tinha ainda as duas torres laterais e o frontão da fachada não estava concluído. A torre norte, construída pelos pedreiros Manuel Luís, Manuel da Costa e Estêvão Moreira -o responsável pelo Convento da Penha, em Braga- estava acabada em 1728 (a segunda torre só viria a estar pronta em 1746), e o frontão, que aproveitava um antigo painel, era finalizado em 1738 (99). Os financiamentos para a nova Matriz, além do contributo decisivo assegurado no testamento do Arcebispo D. José de Bragança, cerca de 800.000\$00 réis, puderam contar com a imposição especial de cinco réis por cada alqueire de sal que se vendesse na vila e seu termo, lançada em 1690 por um prazo de cinco anos (100) e novamente confirmada, a pedido dos oficiais da Câmara e mais moradores, no ano de 1695 (101). Por fim, tiveram papel preponderante, os donativos oferecidos pelo patrono da Matriz, D. Fradique de Menezes (102).

*

*

*

Manifesta-se na sequência da acção artística de D. Rodrigo de Moura Teles a afirmação constante de um conjunto de valores homogéneos, expressos tanto em algumas das suas opções plásticas, como no substracto ideológico que as suportaram, afirmação a que o prelado quis associar-se nominalmente. As armas de D. Rodrigo passaram a saturar o espaço da cidade, inscritas em todas as obras que patrocinou, e são particularmente relevantes na associação à rede de distribuição de água que incrementou. No conjunto de fontes do escadório do Bom Jesus do Monte, todas pontuadas pelos sete castelos do seu brasão, interessa sobretudo reter os efeitos plásticos da água, complementando o tratamento escultórico do granito. Noutro contexto, a água permitiu veicular a ideia da magnanimidade do Arcebispo, que dela fazia dádiva aos cidadãos da cidade: para o abastecimento ao Hospital de S. Marcos fez D. Rodrigo construir uma fonte debaixo da arcaria do claustro. A bacia, encastrada em semi-círculo no muro, é animada, no espaldar, por duas pequenas cabeças aladas de "putti". As armas de D. Rodrigo dominam ao alto a peça que tem ainda gravada a inscrição: "O ILLMO. SENHOR D. RODRIGO DE MOURA TELES/ARCO PRIMAZ FEZ MERCE DESTA AGUA AOS 25 DE MAIO DE 1723". No mesmo ano, o que deixa

entrever a existência de uma linha condutora entre os dois factos, começava a funcionar o aparatoso chafariz do largo do Paço. Concebido como factor de animação e nobilitação de uma estrutura urbana, a que se agregava a função utilitária, o chafariz desenvolve a sua estrutura a partir da variação do tema do castelo, remetendo evidentemente para as armas do Arcebispo D. Rodrigo (fig. 5).

Sobre a "reescrita" simbólica do passado da cidade de Braga estribou-se grande parte da sua renovação. Operação a dois tempos, ou melhor, aplicada em dois planos diversos, ela desenterrou primeiro os sinais da ocupação romana e do governo "esclarecido" de D. Diogo de Sousa, reelaborando portanto as premissas da sua história. Este facto foi particularmente evidente quando D. Rodrigo "mandou reedificar com letras, as inscrições, que quasi se não lião nas columnas dos Imperadores Romanos, que estavam no Campo de Santa Anna junto à capella; e pôz de novo uma que em tudo gastou 60\$000 réis" (103), e ressalta no exemplo sempre presente de D. Diogo de Souza, a quem se devia "tudo o que tem esta Igreja [Catedral] e Cidade [de Braga] de precioso" (104), como disse um dia o Pe. Inácio de Carvalho exortando D. João de Sousa a reformar a Sé.

Depois, em âmbito diverso, D. Rodrigo preocupou-se em refundar a hagiografia e a história sagrada de Braga, cingindo-se agora ao plano da lenda. Operação mais vasta, já vimos como ela desenvolveu as potencialidades retóricas do

azulejos historiados de S. Vitor, nas capelas de S. Pedro de Rates e de S. Geraldo, e ainda no recurso sistemático a este tipo de revestimentos parietais, aproveitando neles o plasticidade da côr e os efeitos catequéticos, com incidência equivalente na celebração da história sagrada e nos relatos dos fastos contemporâneos do próprio Arcebispado (Igreja do Terço, Barcelos). O relançamento de Braga como palco e cenário da história sagrada passou ainda pela reconstrução da capela do Hospital de S. Marcos e pela nova igreja de S. Frutuoso de Montélios.

No Hospital que D. Diogo de Sousa havia fundado, levantou-se ao mesmo tempo, num arco de uma parede, o túmulo do Santo. Durante o pontificado de D. Rodrigo decidiram os fiéis "elevar daquelle humilde jazigo as Reliquias de S. João Marcos a mais nobre assento; para isso empreenderão a reforma da Capella mór da Igreja do mesmo Hospital (...). Gastarão-se alguns annos nesta primorosa fábrika, até que [foi] constituída já no último ponto da perfeição do seu aceyo, no anno passado de 1718" (105). A iniciativa, que pertencera em primeira mão à mesa da Santa Casa da Misericórdia de Braga, foi depois tomada por conta de D. Rodrigo, que além de patrocinar as obras e o riquíssimo caixão que recebeu as relíquias, organizou no dia 25 de Abril de 1718 um conjunto impressionante de festividades para comemorar o evento.

A história de S. Frutuoso é mais significativa. Quando Fr. Bento de Anseriz intentou fazer uma igreja no local do

templo moçárabe, D. Rodrigo não aceitou a proposta "por não se deperder a antiguidade da que havia" (106)! Mais tarde, já convencido, o Arcebispo passou autorização -e mais seiscentos e quarenta mil réis para a fábrica- "com tanto que sempre ficasse memória da antiga" (107), o que de facto foi feito e possibilitou que a primeira pedra se lançasse a 18 de Junho de 1728, pouco antes do passamento de D. Rodrigo. O culto da memória valia-se assim de todos os expedientes possíveis e envolvia-se mesmo em polémica com os protagonistas da "historiografia" joanina. Apostado na reimpressão do Breviário Bracarense, verdadeira sùmula de uma identidade individualizada, D. Rodrigo recusou liminarmente a eliminação dos passos mais controversos do passado da Diocese, ou seja, o material extraído das lendas e da credice comum, como o desejava o académico da Academia Real de História, D. Jerônimo Contador de Argote, o autor das Memórias para a História Eclesiástica de Braga (108).

A existência de um paradigma de intervenção arquitectónica não é tão evidente como a do modelo ideológico aplicado, embora haja traços sectoriais que indicam políticas preferenciais e escolhas relativamente unitárias. O mais importante neste campo parece-nos ser a recorrência de plantas centralizadas nas suas múltiplas variantes. No Bom Jesus de Barcelos -e nos planos concorrentes de Manuel Fernandes da Silva- definira-se uma opção clara por uma planta de cruz grega articulada por segmentos de muro

circulares e ritmados por pilastras que, se não continha as potencialidades dinâmicas da Igreja de Sta. Engrácia, não deixava de mostrar uma alternativa ao desenvolvimento tradicional da planta longitudinal. Na capela de S. Sebastião das Carvalheiras impusera-se um partido octogonal, na Guadalupe uma escolha mais requintada de planta circular, e na igreja antiga do Bom Jesus do Monte de novo uma planta circular. Não sabemos até que ponto a planta heptagonal de Santa Maria Madalena do Monte da Falperra, riscada por André Soares e construída entre 1753 e 1757 (109), deve alguma coisa ao templo que ali existia antes e objecto de uma campanha de obras custeada por D. Rodrigo de Moura Teles (110). Finalmente, para o Recolhimento das Convertidas, esteve a ponto de construir-se uma igreja sextavada, e para isso tinha-se já o azulejo comprado, por ser esta uma solução de maior decôro para um convento de freiras (111). Na sua maior parte, estes templos tiraram amplo partido do seu posicionamento paisagístico e, construídos em elevações - e valorizada por uma alameda arborizada, a Capela de S. Sebastião - a multiplicação virtual de pontos de vista pode ter concorrido para a escolha de plantas centralizadas, as que melhor garantiam uma leitura harmónica de todos os seus lados (112).

Esta insistência, no entanto, tem razões mais profundas e só pode ter resultado, na nossa opinião, de um amplo conhecimento de algumas obras da tratadística clássica,

nomeadamente de Leon Battista Alberti e de Sebastiano Serlio. No De re aedificatoria, tinha Alberti estabelecido uma preferência inequívoca pela planta circular, baseado tanto nos exemplos naturais como suportado pela especulação pitagórica e neo-platónica sobre a estrutura matemática e harmónica do mundo (113). Um valor idêntico era atribuído às formas poligonais, construídas, como bem mostrava Alberti, a partir da figura base do círculo. Apesar de não sancionados explicitamente pela autoridade de Vitrúvio, existiam vestígios de edifícios antigos que Alberti tomou por templos e que legitimaram a sua opção, amplificada ainda por alguns exemplos arquitectónicos cristãos da Alta Antiguidade. Este partido, que vingou e esteve na origem do intenso desabrochar de plantas centralizadas na Toscana, Lombardia e Roma, entre 1480 e 1520 (114), beneficiou depois da divulgação feita através das páginas do Quinto Libro de Serlio (fig. 14 e 15).

Ura, é espantoso verificar que na livraria do Paço Arquiepiscopal de Braga existiu, até pelo menos 1708, um exemplar da 1ª edição do tratado de Alberti (115), composta postumamente em 1485 na cidade de Florença por Niccoló di Lorenzo Alemanno, além do De architectura de Vitruvius. A influência de Serlio na arquitectura portuguesa, que apenas pode ser aqui aflowerada, foi também ela decisiva e profunda, desde o contacto pessoal de Francisco de Holanda, presenteado aliás com dois volumes da sua obra, até uma época significativamente tardia, com responsabilidade em obras tão

longínquas como a fachada do convento franciscano de Salvador da Baía (1708-1723) (116) e eco teórico nos Artefactos symmetriacos de Ignacio da Piedade Vasconcellos (1733) (117). John Bury percebeu bem o peso desta tradição "serliana", à qual se deve atribuir, em sua opinião, a inspiração capital de todas as plantas em cruz grega e poligonais construídas em Portugal entre 1675 e 1750 (118). Para este clima de permeabilidade, deve ter também contribuído o exercício arquitectónico dos engenheiros militares portugueses, de sólida preparação teórica e afeitos ao tratamento poligonal de planimetrias espaciais. Assim, a projecção técnico-artística de Manuel Pinto de Vilalobos junto dos Arcebispos de Braga pode ajudar a compreender a sistematização de algumas soluções, ligadas genealogicamente, numa complexa teia de relações, a exemplos vernáculos da arquitectura portuguesa. Veja-se o exemplo da familiaridade que G. Kubler sublinhou entre o Bom Jesus de Barcelos e a igreja da Serra do Pilar, em Vila Nova de Gaia (119) e a mesma relação que com esta última mantém decididamente o templo circular do Bom Jesus do Monte que Vilalobos construiu para D. Rodrigo de Moura Teles, já ressaltada por Robert Smith (120). É difícil vêr na concepção de todas estas igrejas, uma insinuação de valores barrocos e, na maioria dos casos, o que se focaliza aqui, é sobretudo um fenómeno de resistência, o peso da velha lição do maneirismo português que continuava a encantar encomendantes e a informar

programas de architectos (121). O reduzido esclarecimento e a simplicidade "regressiva" de alguns dos projectos então postos em prática está patente na fortuna que Manuel Fernandes da Silva alcançou. Veja-se os exemplos do Recolhimento das Convertidas e do Convento das Beneditinas de Barcelos, muito semelhantes no desenvolvimento chão dos seus muros, na acentuação fruste do portal e na repetição sem inventiva das cartelas ovadas flamenguizantes. Manuel Pinto de Vilalobos, que interpreta ainda velhas fórmulas, fá-lo porém com uma maior expressividade erudita e com um sentido de monumentalidade mais evidente.

A actividade de Vilalobos dentro do espaço político da diocese de Braga constituiu-se como a garantia da uniformidade architectónica e estética que os arcebispos quiseram imprimir ao seu território. O engenheiro perfilava-se assim como o elo de ligação possível entre centro e periferia, mesmo quando as relações de dominação artística cessavam, isto é, quando as encomendas edilícias não dependiam directamente do poder arquiépiscopal (122). Para a capacidade de abrangência de um espaço relativamente vasto, era decerto indispensável a mobilidade do engenheiro militar, uma itinerância que servia na perfeição a direcção técnica das obras do Arcebispado e que continuou inclusive para além do limite do pontificado de D. Rodrigo de Moura Teles, como o provam a "Medição da obra do celleyro e Aulla que se fes no

Convento de Nã Srã do Carmo desta villa [de Viana]" em Maio de 1731 (123), obra a cargo dos pedreiros Manoel de Oliveira e António Lopes Trindade e o parecer sobre o acrescento de um muro que as religiosas do Convento do Bom Jesus de Valença queriam levantar junto à muralha da vila, escrito em Junho de 1732 (124).

2.2- A Intervenção Real

2.2.1- O engenheiro militar e a cidade: Manuel Pinto de Vilalobos e a regulação do crescimento urbano

Há indícios de uma articulação clara de princípios urbanísticos na intervenção arquitectónica do engenheiro Manuel Pinto de Vilalobos, ou pelo menos, da maturação de uma ideia de cidade e da sua aplicação programática com integração sistemática dos seus elementos estruturantes. De facto, como engenheiro militar, Vilalobos confrontou-se não poucas vezes com a cidade como objecto de intervenção, mas apenas para solucionar problemas específicos colocados pelas obras de fortificação (125).

As guerras da Restauração, travada com Castela entre 1640 e 1668, e da Sucessão, quando Portugal apoiou a aliança anglo-holandesa contra os interesses franceses na crise dinástica espanhola, entre 1704 e 1715, constituíram-se como duas poderosas condicionantes do crescimento urbano. A elaboração de uma linha fortificada de defesa do Alto Minho durante o séc. XVII e o 1º decénio do séc. XVIII enquadraram assim algumas opções de gestão urbana que o engenheiro militar protagonizou, num trabalho preocupado sobretudo com a regulamentação estratégica e funcional e a construção de equipamento de apoio aos redutos militares.

No essencial e na sua configuração actual, as

fortificações do Alto-Minho estavam completas ao findar a guerra da Restauração, tarefa cuja direcção coube em grande parte ao engenheiro Miguel de Lescole, num esforço construtivo regido pelo Regimento de sua Magestade da forma que manda se tenha daqui em diante na receita e despeza do dinheiro applicado a fortificaçam desta provincia de Entre Douro e Minho (126), documento elaborado em 1657, consagrando a direcção unificada de todas as obras de defesa da provincia e que traduziu o enquadramento administrativo necessário para a sincronização de um tão vasto empreendimento. Num segundo momento, que coincide com a Guerra da Sucessão, procedeu-se a reestruturações pontuais, num trabalho caracterizado sobretudo pela actualização dos sistemas defensivos, em que se nota a assimilação precoce das inovações do Marechal Vauban, explicitamente assinaladas numa planta da vila de Valença, datada de 29 de Outubro de 1713 e assinada por Manuel Pinto de Vilalobos (fig. 16). Esta peça faz parte de um conjunto de documentos elaborado num estilo de relatório, cobrindo todas as fortificações do Alto-Minho num momento preciso -entre Outubro e Novembro de 1713-, com menção dos trechos construídos e de outros projectados, e com referências casuais a edifícios civis e religiosos das praças em questão (127).

O dispositivo de defesa do noroeste assentava em quatro grandes praças -Viana, Caminha, Valença e Monção- e compreendia ainda pequenas obras de fortificação que

completavam estes bastiões principais: estão neste caso o fortim de S. Francisco, concluído em 1663 pelo engenheiro General D. Francisco de Azevedo, 1 Km. a norte de Vila Nova de Cerveira, sobre o rio Minho (128), o forte de Cerveira, edificado sob a direcção de D. Francisco de Azevedo (129) e que estava concluído em 1667, a fortaleza da Insua que, situada numa ilhota da embocadura do rio Minho completava a defesa de Caminha, a de Melgaço com pequenas obras de defesa e o castelo do Lindoso, descrito em 1684 como "un pentagone fermé d'une bonne muraille, et qui est défendu par un petit fort irrégulier de cinq bastions" (130), estes dois redutos alcandorados nas fragas do Gerês, confiando sobretudo na sua posição estratégica privilegiada.

A praça mais importante era, é claro, a de Viana, na foz do Lima. Remontavam a D. Manuel as primeiras medidas de defesa da vila, quando em 1502 aí fez construir uma torre guarnecida de artilharia, reforçada na época sebástica, quando lhe foi acrescentada "uma cerca externa rectangular, cujos estudos preparatórios se iniciaram em 1567, tendo as obras começado em 16 de Maio de 1568 e durado até Junho de 1572" (131). Novo ciclo de alterações ao traçado processa-se a partir de 1589, com direcção de Filipe Terzi e acompanhamento de Tiburzio Spanochi e Leonardo Turriano, mas ao longo de todo o séc. XVII a fortaleza de Santiago da Barra sofreu ampliações regulares: o portal de acesso exhibe em lápide as datas de 1649 e 1654 -campanha que já foi atribuída

ao engenheiro Sebastião Pereira de Frias (132) -e a extensão das obras exteriores- como os dois revelins erguidos por Manuel Pinto de Vilalobos em 1700- faz já parte de concepções mais actualizadas ao nível do entendimento da fortificação (fig. 17).

Deve-se a Miguel de Lescole o essencial das modernas muralhas de Valença e de Caminha, reformuladas posteriormente, é certo, por Vilalobos (fig. 18) e, nesta vila, a sua presença é atestada desde 1654, quando para ali projectou um magestoso armazém, junto da Matriz (133).

Para a vila de Valença forneceu Miguel de Lescole uma planta de fortificação, obedecendo aos planos que o Conde do Prado para ali estabelecera (134). Num primeiro momento, correspondente à campanha de obras da década de sessenta, o polígono amuralhado limitou-se a envolver o aglomerado urbano, rigorosamente espartilhado no espaço desenhado pela muralha medieval. Miguel de Lescole pensou ainda em erguer, no outeiro do Bom Jesus, fronteiro à vila, um dispositivo adjacente de defesa que substituísse com vantagem a obra cornea de terra que se fizera apressadamente em tempo de guerra, e no ano de 1683 enviou ao Conselho de Guerra, afim de obter a necessária autorização, uma planta de Valença que incluía já a proposta de fortificação do Bom Jesus, o reduto da Coroada. Por se ter perdido o original ou porque a Vedoria do Minho não registou como convinha o parecer do Conselho, Manuel Pinto Vilalobos tirou uma "cópia da que o Mestre de

Campo Miguel de Lescol tinha desenhado para a Prassa de Valença e nos apontamentos que se acharão entre os seus papeis dizia a fizera presente a Sua Magestade que Deos Guarde no anno de 683" (135) (fig. 19). Por resposta passada em 24 de Setembro de 1691, o Pe. João Duarte, o engenheiro Francisco Pimentel e João Roiz Mouro, mandavam dizer que, como "Miguel de Lescolle era tam pratico e excellente Engenheiro como justamente reconhece o Conselho: e nós o veneramos igualmente como ele tinha desenhado e principiado esta fortificação: he de crer não tem nada que emendar nem reparar mais que seguir o seu dezenho" (136). Ao engenheiro Manuel Pinto de Vilalobos coube portanto dirigir a construção da Coroadá, segundo planta de Lescole. Em 1700 já a obra devia estar avançada pois data dessa altura a inscrição aposta no portal: "Pelos anos de Cristo de 1700 / imperando na monarquia /lusitana D. Pedro II nosso / Senhor e sendo Regente das / Armas desta Provincia / D. João de Sousa foi esta / obra erecta" (137). Em 1704, "porquanto para o progresso e continuação da Praça de Valença de que he empreiteiro Domingos Alvares do Rego e para a condução e governo da carruagem della he preciso pessoa de satisfação e zello que nella a sista (sic) para a mandar conduzir" era nomeado o Capitão mor da praça, Gonçalo Teixeira Velho (138).

A planta de Valença novamente feita em 1713 por Manuel Pinto de Vilalobos, dá conta já da obra concluída (fig. 16). Em relação ao projecto de 1693, devido a Miguel de Lescole,

foi introduzida uma tenalha ao mesmo tempo que se multiplicaram as obras exteriores da Coroada, pela adição de fossos e contra-escarpas e de uma estrada coberta.

Quando em 1704 rebentaram as hostilidades com a aliança franco-espanhola, na que passou a chamar-se a Guerra da Sucessão, a linha composta pelos fortes da Restauração estava operacional e constituiria uma vez mais a espinha dorsal da defesa do território português de noroeste mesmo se, durante o conflito, "as Provincias da Beira e Minho se conservarão sem cousa memorável, porque a guerra toda era pela parte do Alentejo" (139). O calcanhar de Aquiles, tinha sido até há bem pouco tempo atrás a razoável fragilidade que apresentavam as costas marítimas, sobretudo no espaço compreendido entre Caminha e Esposende (140), pois, a Sul, de Vila do Conde ao Porto, existiam ainda os fortes do tempo da Restauração, aos quais aparece igualmente associado o nome de Miguel de Lescole (141). Numa feliz jogada de antecipação "no Anno de 1701 governando as armas desta Provincia [do Minho] O General da artelharía D. João de Souza por ordem de Sua Magestade se deu principio a cinco Fortes na costa marítima desta Provincia nos lugares que se julgavão poder ter algũ acesso para desembarque" (142), medida que visava objectivamente a prevenção dos ataques de pirataria que assolavam aquelas paragens, mas que veio a mostrar-se oportuníssima na conjuntura política que de imediato se seguiu. A concretização dos planos de D. João de Souza foi deixada ao

Coronel engenheiro Manuel Pinto de Vilalobos, o qual não deixou de ter em conta algumas das opções tácticas que vinham a ser tomadas desde princípios do séc. XVII, decerto as que resultaram de um pedido do Dr. Monteiro Monterroio numa sessão da câmara de Viana, em 1638, para "que se faça redutos, plataformas nos desembocadouros no rego das fontes e montedor e rio Ancora pera depor peças de artilharia se necessario for, haver nelas vigias e guardas" (143), enquanto outros locais eram apetrechados com "fachos, acesos em tempo de ameaças" (144). Os cinco fortes, distribuídos entre a Foz do rio Ancora, Montedor, Carreço (fig. 20), Areosa e Esposende, foram decerto concebidos a partir de um modelo único, com uma incorporação mínima de variantes: estrutura em forma de estrela de quatro braços; a plataforma para a artilharia virada ao mar e desenhando uma linha recta ou convexa; o portal de acesso posicionado a este (145). Tanto pela modéstia das dimensões como pela própria precaridade dos materiais, estes fortins só podem ter sido pensados para responder a requisitos conjunturais e, por isso mesmo, foram mandados desactivar em 1716 -salvo o fortim de Ancora- por desisção (polémica) da Junta dos Três Estados (Vd. Doc. nº 7) (146).

Fora estas construções de raiz e como arquitecto militar, Manuel Pinto de Vilalobos apenas teve oportunidade de intervir pontualmente em obras já edificadas, ora minorando o desgaste provocado pelo tempo ora modernizando e

tornando mais eficazes as fortalezas no activo. Os primeiros eram trabalhos de rotina e manutenção, de periodicidade regular, e que cabiam inteiramente nas tarefas comuns do engenheiro mais graduado da Vedoria do Minho, como as reparações que em 1693 (147) e de novo em 1699 (148) o Conselho de Guerra determinava se fizessem na fortaleza da barra de Viana. Nos segundos havia um maior envolvimento "criativo" do engenheiro, contido em propostas de alteração de traçado que careciam de assentimento superior quando de envergadura considerável. Depois de uma inspecção ao Forte de S. João da Foz, na cidade do Porto, efectuada por ordem régia em 1694, Manuel Pinto de Vilalobos "foy (...) de parecer que a falça braga que hoje existe se levante mais seis palmos com a mesma grossura que tem. No que toca a frontaria que olha para o lugar [era de parecer] se continua-se (sic) esta também a parte do rebellim que cobre a porta athe altura do cordam e que da parte do mar se fizesse hua tenalha dobre que servira de bateria e que o fosso se fizeçe todo em hua mesma altura com sua entrada encuberta e parapeito e que o lagedo das plataformas da Artilharia que esta muito descomposto se assente de nível sobre argamaça", tudo mostrado em planta anexa e orçado em dez mil cruzados, e com a aprovação de Francisco Pimentel (149). Em 1700 porém, o Forte de S. João da Foz continuava em mau estado -bem como o de Leça- e o Mestre de Campo do terço pago da guarnição da cidade do Porto, Pedro de Vasconcelos e Sousa, dando conta da chegada

do engenheiro Vilalobos, esperava que se procedesse então aos reparos desejados e à construção de armazéns para munições na fortaleza de Leça (150).

Mas qual a relação desta complexa teia de vilas e cidades muradas, do gigantesco esforço de dotar o Minho de fortificações "modernas", com o desenvolvimento urbano? Qual o lugar do engenheiro militar nessa equação? A resposta só pode estar na concepção muito particular que estes técnicos tinham da cidade, ou seja, uma estrutura a defender, em que todos os elementos constituintes se organizam justamente em função de uma determinada estratégia militar. A intervenção devida ao engenheiro inscreve-se então em três níveis: a adaptação da fortificação à povoação, a construção de edifícios de apoio e, enfim, a gestão destes espaços.

A adaptação dos perímetros fortificados deve ser entendida como uma introdução de uma desregulação funcional nos sistemas urbanos. No Minho eles foram assim constantemente sentidos e ainda em tempos da guerra da Aclamação, no ano de 1665, Miguel de Lescole juntamente com os oficiais da Câmara e os Padres Carmelitas Descalços da cidade do Porto "eram conformes em que, para se continuar com as obras [de defesa] era necessário arruinar templos e três arrabaldes da mesma cidade" (151). Problema idêntico pôs-se em Monção, onde as ireiras de S. Bento se queixaram ao Rei, em 1669, de quererem tapar a sua cerca e não o consentir o Governador das Armas "porque no ditto sito estão as

trincheiras que os castelhanos fizerão e (...) porque [segundo as freiras] as ditas trincheiras são escuzadas a fortificação da Praça pella larga circunvalação e só os Castelhanos as fizerão para guarda do Convento e seu exercito" (152). Neste ponto Miguel de Lescole foi inflexível. Para não arrasar o convento, que ficava fora da proposta de fortificação contida na planta enviada para Lisboa em Outubro de 1668, era preciso conservar aquele lanço de trincheira, essencial para "retardar o inimigo a chegada do dito Convento e fazerlhe perder gente em ganhala, e dar tempo de retirar as Religiozas os ornamentos da Igreja e fatto dellas e finalmente minar e derubar o mesmo Convento por se achar iminente a praça" (153). Manuel Pinto de Vilalobos confrontou-se em Monção com a mesma situação porque deve-se-lhe a finalização daquele recinto fortificado (fig. 21), que em 1684 contava com uma tenalha de dois flancos e cinco plataformas correspondentes a tantas outras cortinas, esperando-se o acrescento de quatro bastiões e um meio-bastião (154). Em 1686 -no mesmo ano em que era despedido o capitão Sebastião de Sousa e Vasconcelos por causa de um erro cometido numa das cortinas de Monção (155)- o Convento de S. Bento era ainda um entrave de monta, pois o General Matias da Cunha era aconselhado a prosseguir as obras na parte que não prejudicasse o cenóbio (156).

Noutros sítios, a influência dos dispositivos de defesa não foi tão evidente. Em Viana, por exemplo, a ubicação da

fortaleza na ponta mais ocidental da barra estancou o desenvolvimento da vila para ocidente, pela criação de uma zona alargada de protecção que impedia na prática, por razões de segurança, a proximidade de qualquer construção. Miguel de Lescole proibia por isso, em Setembro de 1670, a construção de uma casa num outeiro que distava da fortaleza apenas 120 passos geométricos "que he mennos que o tiro de mosquette de Ponte em Branco e he capação (sic) de alogar (sic) em simo della huma Bateria de seis Pessas de artelharía e em mennos distença do que se costuma principair hum aproche" (157).

Se existiu algum projecto de conjunto elaborado por Manuel Pinto de Vilalobos no sentido de estabelecer uma estrutura urbana coerente e planeada, ele só pode referir-se à ocupação do espaço interno da nova fortificação de Valença. A Coroadá que, como vimos, resultou de um plano estabelecido por Lescole e depois adaptado por Vilalobos, começou a ser construída em finais da década de 80 e, na 1ª década de setecentos ainda ali deviam prosseguir os trabalhos. O pequeno aglomerado que ali surgiu é contemporâneo das obras de fortificação e isso mesmo é atestado pela contiguidade temporal de algumas portas cronografadas, distribuídas pelas datas de 1688, 1720 e 1723. O aglomerado, habilmente concentrado a oeste de modo a evitar a proximidade das muralhas expostas a Espanha, é desenhado a partir de um espaço central, resultante da articulação da capela do Bom Jesus e de uma praça fronteira. Precedido por uma vasta

esplanada, o característico Campo de Marte, imperativo natural para a progressão dos trabalhos defensivos, está ainda perfeitamente cingido por duas vias envolventes, orientadas segundo o eixo (S-N) dos dois acessos do recinto (fig. 22). No quarteirão construído a sul é evidente a tentativa de regularização volumétrica das fachadas -possibilitada antes de tudo pela divisão uniforme dos lotes- numa frente com um alinhamento em "continuum" de dois pisos apenas nobilitada pelos cunhais de cantaria. Ligada espacialmente à Coroadá, a nova malha era tornada possível pelo enquadramento prestado pela administração militar e, a própria Capela do Bom Jesus, que em contexto diverso era natural que dependesse de iniciativa local ou arquiépiscopal, era encomenda régia, "que a piedade de El Rey meo Senhor tinha mandado edificar sumptuosamente" -segundo escreveu o Arcebispo de Braga D. João de Sousa em 1701 depois de ter lançado a sua bênção ao novo templo (158).

A conversão das cidades e vilas do noroeste em importantes pontos fortificados e a sobrevalorização das suas funções defensivas fez nascer importantes núcleos de edifícios de apoio, implicando até uma redefinição de tipologias construtivas de mais fácil adaptação a novas funções. De maneiras diversas foram objectos que marcaram a envolvente urbana, impondo-se como modelos icónicos,

individualizando-se pelas suas dimensões ou apenas porque uma vez desactivados sofriam uma redistribuição funcional, intervindo por isso na própria organização espacial dos núcleos urbanos.

Este último fenómeno ocorreu de modo exemplar na Vila de Ponte de Lima. Em 1713 apareceram num ofício tabeliônico de Viana os procuradores dos oficiais da câmara daquela vila para desistir em nome da fazenda real de uns quartéis ali localizados. "Por razão de se acartelharem os soldados que na dita villa se alojavão por ordem do governador das armas nas proprias cazas dos moradores" (159), decidiu-se a construção dos quartéis "conprando (sic) cazas particullares que se Redeeificarão e Conçertarão pera isso, e porquanto o fora com a pax ficarão livres as ditas cazas de quarteis E desocupadas pera conservação dellas e se não arruinarem convinha da llas a aluguer" (160). Reportando-se estes factos à época da guerra da Sucessão, é verosímil pensar que foi Manuel Pinto de Vilalobos quem orientou as readaptações do conjunto de casas de Ponte de Lima. Fê-lo seguramente em Monção, em 1727, onde dirigiu as medições do quartel de cavalaria, "huma figura quadrada prolongada que com a do norte ao sul com cento e vintte e nove e meio palmos de comprido com sesenta e oito e tres quartos de Largo que [faziam] de area superficial oito mil noveçentos e tres E hum oitavo, palmos quadros, parte do nortte da sua largura com a dessida que desse para para a cortina e Rampas da Cortina das ortas da parte do Rio"

(161), no contexto da praça um edificio de qualquer modo imponente, "com treze ginellas sete portas huma chamine em huma escada exterior do lado que olha para galiza, com oito degraos de cantaria de oito palmos de comprido E na parte interior outra escada" (162), também este entregue pelos proprietários à fazenda real.

A concepção de edifícios utilitários, empobrecida a nível formal pela tipificação de soluções architectónicas, podia revelar-se mais interessante noutros aspectos, porque assentava na pesquisa de uma fórmula que conjugasse da melhor maneira três variáveis: funcionalidade, operacionalidade e custos reduzidos. Foi esta, de resto, a base projectual do Corpo de Guarda da cidade do Porto, encomendado a Manuel Pinto de Vilalobos em 1698. Uma planta preliminar resultou desde logo rejeitada por Francisco Pimentel e, "apesar de estar muito bem pintada", tinha o inconveniente de deixar a descoberto as acomodações dos soldados e "so o capitão e alferes ficão bem acomodados porque os poem cada hum em huma casa fechada" (163). O próprio Vilalobos preferia a este um outro projecto, na sua opinião, em tudo superior. As opções vincadas do engenheiro mostraram-se logo na determinação da zona de implantação, que passaria a ser em "frente das Cazas do Marques governador, que he capassissimo (...) capax das funções militares que em nenhũa outra parte se podem naquella Cidade executar commoumente" (164) (Doc. nº 8), sobretudo em comparação com a alternativa possível, na Rua Nova, solução

rejeitada por ser "Citio mais restrengido e impraticavel de nelle asestir goarda e muito menos de poder entrar e sair pla (sic) occurrencia mercantil, e concursso das feiras naquella paragem" (165). Ao Corpo de Guarda, edificio de "quoazi (sic) 190 palmos de largo, e tantos, ou mais de comprido" (166), entendeu Vilalobos adossar "hú tronco para prizaõ dos soldados, na conciderassão de ometir controversias da cadeya publica sendo nessessario punir algus delles", principio elementar de concentração das funções militares em espaços perfeitamente delimitados e apartados do centro civico. Quanto à avaliação dos custos dos materiais, a opção de Vilalobos jogava na rentabilização do projecto a longo prazo e, em vez do uso de pedra e barro, defendido pelo Sargento mor Francisco da Veiga Cabral, é dada preferência à pedra e cal, porque nas "reais obras he sempre mais conveniente propender Para a duração dellas prencipalmente quando não obrigaõ a demaziado custo" (167).

O principio da concentração zonal dos "serviços" ligados ao aparelho militar apareceu no projecto de Manuel Pinto de Vilalobos para a construção de um armazém de palha na vila de Viana. Datado de Agosto de 1691, o documento inclui além das plantas de dois pisos e um alçado (fig. 23), uma extensa memória descritiva (Doc. nº 9). Pensado para ser implantado junto dos quartéis, era-o por que se evitava assim "poderasse do Armazem devertir algũ do mantimento com a continua asistencia das sintinellas" (168). O orçamento implicava o

dispêndio de uma soma de dois mil cruzados, o que correspondia de facto a um edifício de proporções modestas, com os acessos desenvolvidos no exterior a partir de um pequeno pátio interno, destacando-se do conjunto apenas os cunhais em cantaria e o desenho erudito da cornija da porta. Subjacente a uma discreta proposta formal, existe uma curiosa reflexão que faz moldar a forma à função e avançar uma novidade tipológica, servindo o "sobrado para a sevada, e suas ginellas nelle para se arejar e secar das humidades, e por baixo Almazem para a Palha" (169), rejeitando-se portanto o hábito tradicional de partilhar por pisos os edifícios, entre espaços de habitação e de armazenagem: "evitasse o dano a que provavelmente estão sujeitos os mantimentos, morando (como morão) por cima destas loges varios moradores, e com o trafego de suas cazas e familias, e sendo os sobrados de taboado e velhos não he possivel deixar de lhe cabirem agoas e immondices em cima" (170).

A atenção prestada por Vilalobos aos mecanismos de produção e distribuição do milho painço -níveis de produção mantidos artificiais por imposição real e falsificação feita pelos intermediários- completa a memória em apêndice, reforçando a ideia da urgência da construção de um armazém. É de sublinhar o carácter desta argumentação: por um lado, o hábito de justificar em pormenor o projecto, responsabiliza o engenheiro perante o seu trabalho, por outro obriga-o a reforçar por vários meios a sua capacidade de argumentação.

Deste modo, o que se afirma aqui, é a redução do projecto a uma habilidade técnica, marcada pela optimização das suas condições de execução material.

Em termos quantitativos, foi na gestão dos espaços urbanos que mais se mostrou a intervenção de Manuel Pinto de Vilalobos, diluída entre tentativas de ordenar o crescimento, e arbitrar a ocupação crescente das áreas sob jurisdição militar, numa época em que a guerra surgia, directa ou indirectamente, como o mais poderoso factor exógeno a condicionar o desenvolvimento das cidades e vilas setentrionais.

Foram já sublinhadas, como consequência imediata do talento militar de Vauban, de quem o engenheiro Vilalobos foi, entre nós, um dos mais precoces epígonos, a influência decisiva das fortificações na estrutura das cidades (171). A proliferação das obras exteriores, por exemplo, separou-as dos arredores, "car des zones non aedificandi élargissent encore le périmètre isolant l'agglomération" (172), enquanto, noutros casos, os recintos funcionaram como verdadeiros espartilhos à expansão extra-muros (173). A força destes imperativos deve Viana o obstáculo invisível que travou a sua progressão para poente, deixando nascer entre o seu limite e a fortaleza de Santiago uma verdadeira terra-de-ninguém, bem como Monção e Valença não transpuseram, até épocas bem recentes, o traçado da sua linha de defesa. A delineação

desta política não obedeceu porém a uma estratégia pré-concebida, jogando-se antes no efeito cumulativo de medidas pontuais.

Nada mais arredado dos desígnios de Vilalobos do que permitir a transgressão dos princípios básicos de defesa dos sítios. É da sua lavra, decerto, o indeferimento passado em 1695 aos Irmãos da Misericórdia de Caminha para derrubarem um torreão da muralha antiga afim de aproveitarem a pedra para a edificação da igreja, mesmo reconhecendo que o objectivo real era "ficar hum lanço da varanda com vista mais franqueada" (174), uma aspiração urbanisticamente meritória mas, na opinião do técnico, inexecutável. Outro caso modelo reporta-se ao ano de 1729. No dia 29 de Junho, o Coronel engenheiro Manuel Pinto de Vilalobos assinava um documento em que denegava as pretensões de um habitante de Viana, Paulo Alvares de Oliveira, sobre algumas das serventias da sua casa, construída de encosto à muralha da vila (Doc. nº 10). A argumentação de Vilalobos atacava, em primeiro lugar, "hum indubitavel principio e he que os Muros de qualquer Villa, ou Cidade, ainda que as tais sejam donatárias são in solidum de Sua Magestade que Deos Guarde e delles se não pode uzar sem premiação do mesmo Senhor pello seu Conselho de guerra a quem pretence, ouvindo os senhores Governadores das Armas como supereintendentes das Fortificações das suas Provincias" (175). O súbdito Oliveira, que queria sobretudo introduzir melhoramentos na morada, invocava a abertura de um precedente

para a reforma da Capela da Irmandade de N^a Sr^a da Piedade, situada dentro de uma torre da muralha antiga e muito danificada por infiltrações, cuja autorização havia sido passada, ainda no tempo de D. Pedro II, por D. Catarina de Bragança, regente. Neste, como em outros episódios, há uma rigorosa valorização do "lugar" de que fala o sujeito da locução, organizando o discurso do funcionário régio -e vimos a responsabilidade da Aula de Fortificação na emergência desta injunção- a partir da consideração do primado absoluto dos interesses patrimoniais e logísticos da Coroa, que era suposto ele representar.

Engenheiro e arquitecto, regulador do crescimento urbano, Vilalobos desdobrava-se nas suas funções e, em 1718, aparece mesmo a medir e avaliar um terreno situado no interior da fortificação de Vila Nova de Cerveira e que os Próprios queriam vender em hasta pública porque não fazia "prejuizo a ffortifficaçam por fficar dentro della sem Empedir a deiffença nem (...) o transito della Muralha por as funções millitares" (176).

Situação paradoxal, a identificação do engenheiro militar como representante da Coroa teve grande responsabilidade na ligação efectiva de Manuel Pinto de Vilalobos ao programa mecenático dos Arcebispos de Braga. Querendo patrocinar campanhas de obras em diversos edifícios dependentes da administração arquiépiscopal, os prelados bracarenses careciam amiúde da autorização do Governo das

Armas, representante legítimo do poder central e responsável pelas parcelas territoriais abrangidas pelas obras de fortificação. Problema delicado, foi por D. João de Sousa correctamente entrevisto quando se declarou impotente para resolver a ampliação da sacristia da Matriz de Viana, que "não poderia ter lugar a sua execução, havendo de se romper o muro da Vila, aonde não se estende a minha jurisdição" (177). Associar Vilalobos a este programa decorria assim de uma opção deliberada para facilitar os trâmites legais de intervenções particulares, reduzindo impasses dilatatórios em obras que se queriam rápidas e chegando com maior rapidez às fontes de decisão. Vejamos alguns momentos característicos dessa estratégia. No parecer que Manuel Pinto Vilalobos redigiu em 24 de Março de 1698 sobre o conserto do cano de água que servia as clarissas de Caminha, entupido pelas obras da fortaleza de S. Rodrigo, defendia-se o remédio "não tanto pela conveniencia das Religiozas como tambem por senão extravazar agoa que com a unidade aruinara induvitavelmente a muralha por ser (...) de pedra e barro" (178). Em 1732 o engenheiro reprovava uma intervenção pretendida pelas freiras do Convento do Bom Jesus de Valença "porque se não deve premetir as Relegiosas fabrique (sic) e levantem o muro da sua cerca sobre o muro que he de Sua Magestade (...) ademais que a pedra delle plo contrato que se fes com o Empreyteiro da obra se lhe da para ella com desconto e a deste muro não deixei tirar pella reservar para o Baluarte das Loges que

esta empreiteiro" (Doc. nº 11) (179), não deixando porém de observar, em tom conciliatório, "não ser conveniente as Relegiozas fazer despesas em fazer e desfazer e em tornar a mudar o muro que fizeram" (180).

Outras razões levaram Manuel Pinto a Monção em Abril de 1701, anuindo a que as freiras de S. Francisco construíssem um muro de protecção ao Convento, agora porém em resposta a uma solicitação do próprio D. João de Sousa, Arcebispo de Braga (181). A posição de Vilalobos oscilava pois entre dois pólos de obediência e, mesmo tendendo para a conciliação prática dos interesses régios e das aspirações arquiépiscopais, subsistiram sempre como vectores orientadores do seu discurso, a defesa do espaço público -isto é, do Rei- e o princípio da subordinação desse espaço à disciplina da engenharia militar.

NOTAS

(1)- A.N.T.T., Manuscritos da Livraria, D. Luís de Souza/Cartas de Roma (nº 1630), fl. 66 e segs.

(2)- B.N.L., D. Luís de Souza, Cod. 613 (Res.), fl 38 vº.

(3)- Bernardino José de Sena Freitas, Memórias de Braga, Tomo II, Braga, 1980, pág. 41.

(4)- Rafael Moreira, "Miguel de Lescole" in Dicionário da Arte Barroca em Portugal, Lisboa, 1989, pág. 259.

(5)- Ou, nas palavras de um seu contemporâneo, "hum templo cuja grandeza fara perpetua a sua memoria" (B.N.A., 54-VIII-6, doc. nº 151).

(6)- Flávio Gonçalves referiu-se à igreja de S. Vitor como "um documento do mais alto significado e não apenas no âmbito da arte portuguesa, mas até a nível mundial" (Flavio Gonçalves, "As Obras Setecentistas da Igreja de Nossa Senhora da Ajuda de Peniche e o seu enquadramento na Arte Portuguesa da 1ª metade do sec. XVIII" in Boletim da Assembleia Distrital de Lisboa, III Série, nº 89, 1ª Tomo (1983), pág. 259.

(7)- Robert Smith, Três Estudos Bracarenses, Braga, 1972, pág. 12.

(8)- Idem, pág. 7.

(9)- A.N.T.T., Manuscritos da Livraria (nº 430), Memórias da Congregação do Oratório da Cidade de Braga.

(10)- Cf. doc. cit. nota (5).

(11)- Maia Ataíde, João Antunes Architecto * 1643-1712, Lisboa, 1988, pág. 14.

(12)- Existiu um grande envolvimento de D. Luís no engrandecimento da Casa de Sesimbra. De Roma sabe-se que trouxe uma "bella pintura e a colocou na quinta em que naceo ao calhariz onde ... (palavra ilegível) com varias estatuas de pedra especial e outras pinturas de bom gosto com que inriqueceo e faz com que a quinta na riqueza destes monumentos e soberbo dezenho tenha o primeiro lugar entre todas as das Espanhas (Frei Manuel da Ascensão, Continuação do Cathalogo dos Arcebispos de Braga, B.N.L., Cod. 1581, s/ind. de fl.).

(13)- B.N.A., 54-VIII-6, doc. nº 155.

(14)- Formou-se de facto uma comissão no período de Sé vaga "composta do Rev. Doutor Jerónimo Ferreira,

desembargador da Relação de Braga, e procurador-geral da Mitra, e os cônegos prebendados Revs. Gonçalo de Araújo e Brito e Domingos Ferreira Santarém" (R. Smith, op. cit., pág. 6).

(15)- B.N.L., Cod. 163 (Res.), fl. 51.

(16)- B.N.A., 54-VIII-24, doc nº 39.

(17)- Manuel Braga da Cruz, "A Sé de Braga" in Bracara Augusta, Tomo XXX, fasc. 70 (82), Julho-Dezembro de 1976, Braga, pág. 5.

(18)- Os azulejos foram datados de 1715, por aproximação estilística. Vd. J.M. dos Santos Simões, Azulejaria em Portugal no Séc. XVIII, Lisboa, 1979.

(19)- Aurélio de Oliveira, "Contribuição para o estudo dos elementos architectónicos seiscentistas da Real Colegiada de Nossa Senhora de Oliveira", in Actas do Congresso Histórico de Guimarães e Sua Colegiada, Vol. IV, pp. 262-297, Guimarães, 1981.

(20)- "Em defesa da Sé Primacial" in Diário do Minho, 7 de Maio de 1920.

(21)- A.N.T.I., C.G., Livro de Registo de Patentes, Alvarás, Cartas e Ordens nº 42, fl. 206 vº.

Em 1693 o Arcipreste pedia para igualmente poder fazer uso da pedra da muralha (A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 53, Consulta de 25 de Janeiro de 1694). Nova autorização é passada em 28 de Maio de 1694 (A.N.T.T., C.G., Livro de Registo... nº 45).

(22)- Carta de D. João de Sousa para o Arcipreste de Viana (B.N.A., 51-IX-40, fl 3vº.).

(23)- Carta de D. João de Sousa para a Câmara, Capitão e Alcaide-Mor da Villa de Vianna (B.N.A., 51-IX-40, fl. 3).

(24)- José Augusto Ferreira, Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga (séc. III- séc. XX), Tomo III, Braga, 1932, pag. 204.

(25)- Os orçamentos de Manuel Pinto de Vilalobos foram remetidos ao Arcebispo em 9 de Agosto de Agosto de 1695 (B.N.A., 54-VIII-6 nº 137(1)).

(26)- Sobre o parecer de Francisco Pimentel ver o Cap. I (1.1.) nota (6).

(27)- Cf. a "Cópia do papel que os vereadores de Barcelos deram ao Illustrissimo Arcebispo Primaz sobre as mudanças das Freyras de S. Bento de Monção para a ditta villa (B.N.A., 54-VIII-53[6]).

(28)- Doc. cit. nota (23).

(29)- Doc. cit. nota (5).

(30)- Idem.

(31)- Cf. Cap. III (3.1.)

(32)- Ayres de Carvalho, op. cit., (Quadros dos "Mestres da Aula de Architectura Civil dos Paços da Ribeira, hors-texte).

(33)- B.N.A., 51-IX-40, fl. 44.

(34)- B.N.A., 51-IX-40, fl. 95.

(35)- Carta de D. João de Sousa para o Abade de S. Nicolau (Porto). B.N.A., 51-IX-40, fls. 39vº e 40.

(36)- B.N.A., 54-VIII-16 nº 244, Carta de 26 de Março de 1703. Sobre o mesmo assunto existe uma outra carta datada de 12 de Junho que parece atribuir o programa iconográfico ao Pe. Custódio Velho (B.N.A., 54-VIII-16 nº 247).

(37)- Robert Smith, "A Sacristia do Tesouro da Sé Primacial" in Bracara Augusta, vol. XXIV, Fasc. 57-58 (69-70), Janeiro-Dezembro de 1970, pág. 10.

(38)- Sousa Viterbo, op. cit., Tomo III, pag. 232.

(39)- José Augusto Ferreira, op. cit, pág. 215.

(40)- Viterbo, op. cit., vol III, pp. 232-233.

(41)- Embora assinado por Manuel Pinto de Vilalobos, tivemos dificuldades em reconhecer a sua ortografia (B.N.A., 54-VIII-21 nº 62).

(42)- Doc. publicado em Viterbo, Tomo II, pp. 282-283.

(43)- B.N.A., 54-VIII-20, nº 463.

(44)- A carreira de Manuel Fernandes da Silva inicia-se na estreita dependência da de seu pai. Ambos constroem em 1693 a torre da igreja de Sta. Cruz de Braga cujas tribunas serão pouco tempo depois arrematadas por Manuel Fernandes. Em Guimarães o mestre pedreiro contrata em 1697, a obra da capela de Sta. Maria Madalena na Igreja de S. Domingos (Maria Adelaide Pereira de Moraes, "Velhas Casas, VIII - Casa do Cano ou do Salvador" in Boletim de Trabalhos Históricos, vol. XXXII (1982). Em Braga aparece a partir daqui envolvido nas construções da igreja da Congregação do Oratório (1703), do forro do claustro de Nã Srã do Pópulo (1707), do zimbório e da fenestração da Sé (1713-1715) e da fachada de S. Vicente de Braga (1719), que aparece por vezes atribuída a Manuel

Pinto de Vilalobos, o que não é de todo verosímil (fig. 42).
Dados apurados em Robert Smith, "A Casa da Câmara de Braga (1753 e 1756)" in Bracara Augusta, vol. XXII, Tomo II, Janeiro-Dezembro de 1968, nº 51-54, pág. 313. Ainda segundo Robert Smith, pode-se-lhe atribuir a paternidade da igreja beneditina de Sto. André de Rendufe, reconstruída entre 1716-1719 (Robert Smith, "Santo André de Rendufe/Subsídios para a História da sua Igreja durante o Século XVIII", in Bracara Augusta, vol. XXIII, Julho-Dezembro de 1969, nº 56 (68), pp. 7-106.

Em 1720 Manuel Fernandes da Silva aparece ligado à fundação e construção da Igreja da Penha de França (A.D.B., Inventário Monástico e Conventual, F 129, doc. nº 959). Smith, que desconhecia a existência deste documento, não considera um possível envolvimento inicial deste pedreiro naquele empreendimento. A obra foi depois entregue, segundo Robert Smith, ao pedreiro maiato Estevão Moreira.

Em 1728-29 fez a Igreja da Concelção, tendo também trabalhado em Tibães, sua última obra documentada.

Era preciso estabelecer o contributo destas dinastias de pedreiros para a cristalização de uma dada linguagem formal, já que a sua actividade se caracteriza mais por uma estrutura reprodutiva do saber do que pela sua perversão. A historiografia da arte portuguesa carece de estudos sobre figuras como a de Pascoal Fernandes e seu filho.

Para a região do Minho existe já uma abordagem que importa considerar e que enquadra o problema na consideração da

actividade ininterrupta de uma família de canteiros, desde princípios do séc. XVI ate ao séc. XVII, além de mostrar a irradiação de uma arte que inscreveu no mesmo espaço de intervenção um território que ia de Lamego a Santiago de Compostela (António Matos Reis, Lopes, Uma família de artistas em Portugal e na Galiza, Viana do Castelo, 1989).

(45)- B.N.A., 51-IX-40 (fl. 125).

(46)- Idem, fl. 167vº

(47)- Idem, fl. 89vº.

(48)- Entrada que fizeram os Vianezes ao Arcebispo de Braga D. João de Souza (B.N.L., Sec. de Reservados, Cod. 682, fl. 19. O Cod. 749 da mesma Biblioteca faz uma descrição em tudo coincidente com esta).

(49)- António Matos Reis, "A Arte na arquidiocese de Braga, sob a égide do Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728): o estilo, as obras e os artistas" in A Catedral de Braga na História e na Arte (Séc. XII-XIX), vol. II/2, Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da dedicação da Sé de Braga, pág. 374.

(50)- António Machado Vilasboas, Relação e Descrição da Cidade de Braga, Ex. ms. (B.N.L., Secção de Reservados, Cod. 11226), fls. 27 e 27v2.

(51)- Os azulejos foram datados de 1717. Santos Simões, op. cit., pág. 102.

(52)- António Vilasboas, idem. ibidem.

(53)- A.N.T.T., C.G, Consultas, Maço 73A, Consulta de 9 de Outubro de 1714.

(54)- Bernardino José de Sena Freitas, op. cit., vol. I, pág. 306.

(55)- António Matos Reis, op. cit, pág. 379.

(56)- Doc. cit em José Augusto Ferreira, op. cit. pág. 123.

(57)- V. José Fernandes Pereira, "Cidade de Braga" in Dicionário da Arte Barroca em Portugal , pp. 97-98.

(58)- Esta planta foi recentemente descoberta na Biblioteca Nacional da Ajuda. A assinatura está parcialmente rasurada mas percebe-se bem o desenvolvimento: "André Ribeyro Soares da Sylva". Por representar já a capela de Nossa Senhora da Torre não pode ser anterior a 1755 e é provável que tivesse sido elaborada nos anos que medearam entre aquela data e os princípios da década de sessenta, quando André Soares passou a desenvolver a sua actividade fora da cidade de Braga.

(59)- Manuel José da Silva Thedim, Diário Bracarense, 1764, fl. 95.

(60)- Este dado foi comunicado oralmente a Bernardo Ferrão por Eduardo Pires de Oliveira. Cf. Bernardo Ferrão, Projecto e Transformação Urbana do Porto na época dos Almadas 1758-1813, Porto, 1989, pág. 51.

(61)- Eduardo Pires de Oliveira, Estudos Bracarenses/As Alterações Toponímicas (1380-1980), Braga, 1981, pág. 82.

(62)- Idem, pág. 91.

(63)- Idem, pág. 89.

(64)- Idem, pág. 58.

(65)- José Eduardo Horta Correia, "Urbanismo" in Dicionário da Arte Barroca em Portugal, pp. 507-513. Cf. tb. Idem, "Urbanismo em Portugal", in Dicionário Ilustrado da História de Portugal, Lisboa, vol. II, 1986.

A hipótese avançada por Bernardo Ferrão de filiar o Campo Novo na tradição espanhola seguida na obra portuense, não parece muito convincente.

(66)- Marie-Thérèse Mandroux França, "Quatro Fases da Urbanização do Porto no Século XVIII", Sep. do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, 2ª série, vol. 2, 1984.

(67)- Vd. Cap. 1.

(68)- Marie-Thérèse Mandroux França, op. cit., pág. 4.

(69)- Idem, pág. 3.

(70)- A.D.B., Coleção Cronológica, Cx. 56.

(71)- Idem.

(72)- Augusto Ferreira, "Ampliação e transformação do edifício do Hospital de S. Marcos de Braga no séc. XVIII,

segundo as plantas do Engenheiro Manuel Pinto de Vilalobos e do Arquitecto(?) Carlos António Leoni, in Lumen, nº 5, 1939, pág. 266.

(73)- Manuel José da Silva Thedim, op. cit, fl. 89.

(74)- Sobre os azulejos das Carvalheiras cf. Santos Simões, op. cit., pág. 100.

(75)- Mário Barata, "Nota sobre a Igreja de Nã Sra de Guadalupe de Braga relativamente ao surto dos espaços curvilíneos na arquitectura setecentista lusa e brasileira" in Bracara Augusta, Braga, Tomo XXXII, Fasc. 73-74 (85-86), Janeiro-Dezembro de 1978.

(76)- Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Barcelos, Lisboa, 1990, pp. 75-76.

(77)- Idem, pág. 77.

(78)- José Maria Gomes Alves, Património Cultural e Artístico de Guimarães, Guimarães, 1981, pág. 59.

(79)- Thedim, op. cit., fl. 95.

(80)- Júlio Montalvão Machado, art. cit.

(81)- Thedim, op. cit., fl. 95.

(82)- Mónica Massara, Santuário do Bom Jesus do Monte - Fenómeno Tardo Barroco em Portugal, Braga, 1988, pág. 37.

(83)- Ana Cristina Leite, op. cit, vol. III, pp. 12.

(84)- A planta da igreja tem alimentado uma razoável polémica, talvez desnecessária. O único documento gráfico que a representa, um rigoroso desenho de Carlos Amarante (1789), mostra sem sombra de dúvida um templo circular. Alguns autores crêem-na elíptica, o que nada confirma (Alberto Feio, Carlos Amarante uma Figura Nacional - Insigne Arquitecto e Engenheiro (1748-1815), Braga, 1950, pág. 16; German Bazin, Aleijadinho et la sculpture baroque du Brésil, Paris, 1963; com algumas reservas, John Bury, "Arquitectura e Arte no Brasil Colonial, S. Paulo, 1991, pág. 111; Massara, op. cit., alinha primeiro pela planta elíptica (pág. 41), optando depois pela hipótese da planta circular, escorando-se na opinião de Mário Brarata.

(85)- Leonor Ferrão, "Obelisco", in Dicionário da Arte Barroca em Portugal, Lisboa, 1989, pp. 325-326.

(86)- José Fernandes Pereira, "Bom Jesus do Monte, Santuário do", Idem, pp. 93-96.

(87)- José Fernandes Pereira, "Retórica da Fé - Simbolismo e Decoração no Escadório dos Cinco Sentidos" in Claro-Escuro, nº 1, Lisboa, 1988, pp. 17-32.

(88)- German Bazin, "Réflexions sur l'origine et l'évolution du baroque dans le Nord du Portugal" in Belas-Artes, Lisboa, 1950, pp. 3-13.

(89)- Bazin, Aleijadinho..., pág. 217.

(90)- Alberto Feio, Bom Jesus do Monte, Braga, 1984 (2ª ed.), pág. 47.

(91)- Mónica Massara, op. cit., pág. 51.

(92)- José Fernandes Pereira, art. cit., pág. 31 (nota 21).

(93)- A.D.V.C., Notas de Tabelião, 19 Ofício, 4.33.4.30., fls. 168 a 170.

(94)- Idem.

(95)- A.D.V.C., Notas de Tabelião, 29 Ofício, 4.34.1.19., fls. 252vº a 254.

(96)- A.D.V.C., Notas de Tabelião, 59 Ofício,

4.33.1.15., fls. 74vº e 75.

(97)- Idem.

(98)- Pe. Avelino Jesus da Costa, "A Matriz de Ponte da Barca" in O Povo da Barca, 45º ano, nº 31, 24 de Agosto de 1944, pp. 7 e 8.

(99)- Idem.

(100)- A.N.T.T., Chancelaria de D. Pedro II, Livro 20, fl. 365 e 365vº.

(101)- Idem, Livro 22, fl. 300.

(102)- Avelino Jesus da Costa, art. cit.

(103)- Consta da relação das despesas pias de D. Rodrigo (Bernardino José de Sena Freitas, op. cit, vol. I, pp. 306-309).

(104)- Cf. nota (5).

(105)- Antonio de Mariz Faria, Peregrino Curioso da Vida, Morte, Trasladação & Milagres do Gloriosissimo Senhor S. João Marcos, Lisboa, 1721.

(106)- Frei Francisco de Santiago, Chronica da Santa

Provincia de N^a Senhora da Soledade, Lisboa, 1762, pág. 505.

(107)- *Idem*, pág. 506.

(108)- Bernardino José de Sena Freitas, *op. cit.*, vol.4, pp. 290 e segs.

(109)- A reconstrução da igreja de Sta. Maria Madalena da Falperra, segundo projecto de André Soares, valeu-se de grande parte do material remanescente do templo primitivo, e não é de todo impossível que tenha assente os seus alicerces sobre a estrutura original. O contrato para a nova obra está publicado em Robert Smith, André Soares, Braga, 1973.

(110)- A indicação consta de uma Folha de pagamentos dos mezes de Novembro e Dezembro de 1710 (A.D.B., Colecção Cronológica, Cx. 56). Entre outros encargos aparece este com "os officiaes da Magdalena St^a do Monte para a fabrica cento e sincoenta reis deste quartel a respeito de 600 reis cada anno" (fl. 5). Na mesma folha foram lançados os salários de mais 61 pessoas, entre as quais se podem contar 16 músicos, o que dá conta da relativa projecção da "côrte" arquiiepiscopal.

(111)- Carta de Custódio de Azevedo Proença para o Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (A.D.B., Inventário Monástico e Conventual, F 129, doc. nº 959).

(112)- A possibilidade que estas igrejas apresentavam de serem vistas de todos os lados e a sua consagração como monumentos comemorativos constituem duas características que foram também relevadas para o conjunto de templos centralizados renascentistas de Prato, Todi e Montepulciano (Wolfgang Lotz, La Arquitectura del Renacimiento en Italia/Estudios, Madrid, 1985, pág. 69).

(113)- A abordagem clássica a este problema continua a ser a de Rudolf Wittkower, Architectural Principles in The Age of Humanism, London, 1988.

(114)- André Chastel, Art et humanisme à Florence au temps de Laurent le Magnifique, Paris, 1982.

(115)- A descrição da biblioteca tem como base o "Inventario (...) de todos os livros que estão na casa da livraria da Santa See desta dita cidade", mandado fazer em 1612 por D. Fr. Aleixo de Menezes. Em 1708 muitos deles levaram descaminho... (Avelino Jesus da Costa, A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga nos sécs. XV a XVIII, Braga, 1985.

(116)- A fachada da igreja segue um protótipo apresentado no Quinto Libro de Serlio (John Bury, Arquitectura e Arte no Brasil e Colonial, S. Paulo, 1991).

(117)- Pe. Inácio da Piedade Vasconcelos, Artefactos

Simetria e Geométricos, Lisboa, 1733.

(118)- John Bury, "Introduction to the art and architecture of Portugal" in Blue Guide Portugal, London, 1984.

(119)- George Kubler, A Arquitectura Portuguesa Chã -Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706, Lisboa, s.d., pág. 163.

(120)- Robert Smith, "Três Artistas de Braga (1735-1775)" in Bracara Augusta, vol. XXVII, t. II, nº 64 (76), pp. 496-7 (nota 71).

(121)- A "desbarroquização" da visão das planimetrias centralizadas da arquitectura religiosa portuguesa seis e setecentista, foi também proposta por Paulo Ribeiro Baptista, A Planimetria de Algumas Igrejas Octogonais dos Séculos XVII e XVIII, Trabalho para a cadeira de História da Arte Moderna do Mestrado de História da Arte da F.C.S.H. da U.N.L.

(122)- Para uma profunda reflexão sobre o instrumento operativo "centro/periferia" vd. Carlo Ginzburg, A Micro-História e Outros Ensaios, Lisboa, 1989, Cap. 1.

(123)- A.D.B., Inventário Monástico e Conventual, C 49.

(124)- A.D.B., Inventário Monástico e Conventual F 675, doc. nº 673 A.

(125)- Cingimo-nos neste capítulo à intervenção de Manuel Pinto Vilalobos na região de Entre Douro e Minho. Sabemos porém que teve responsabilidade em obras de fortificação em Trás-os-Montes e na Beira. De qualquer modo, o valor técnico deste engenheiro militar fica comprovado pela participação que teve no grupo restrito a quem foi entregue a direcção da fortificação de Lisboa. No arquivo da Casa Cadaval conserva-se ainda uma "Planta da cidade de Lisboa no tocante a sua Fortificação, e Emendas nella propostas e acentuadas pelos Engenheiros Francisco Pimentel, Manuel Mexia da Silva, Manuel de Azevedo Fortes, Antonio Velho de Azevedo, Manuel do Couto & Manuel Pinto de Vilalobos, na ultima vestoria que por orde de Sua Magestade que Deus guarde se fes no anno de 1700. A planta em ponto menor fes o cappitam Antonio Velho de Azevedo, a que vai em mayor ponto devidida em partes pera melhor preceção fes o sargento mor Manoel Pinto de villa Lobos em Janeiro de 701" (Martinho da Fonseca, "Catálogo Resumido da Precioza collecção de manuscriptos da casa Cadaval", sep. do Boletim da Sociedade de Bibliófilos Barbosa Machado, Lisboa, 1915). Mais do que a capacidade formativa da Aula de Fortificação -donde era oriunda a maioria destes engenheiros- este facto não deixa de revelar o sucesso da "nacionalização" dos quadros técnicos da engenharia militar portuguesa em finais do séc. XVII.

Um outro episódio, de contornos não esclarecidos, prende-se com a planta riscada por Vilalobos para uma "fortaleza que se hade fazer na Praia Grande de Santos", no

Brasil, datada de 1712 (localizada pela Arq^a Renata Araújo no A.H.U., "Cartografia Manuscrita", nº 1060). Que Manuel Pinto nunca foi ao Brasil é um ponto assente e, por isso, é de crer que este projecto tenha um valor exemplificativo e não se destinasse a ser efectivamente executado.

(126)- B.N.L. (Res.), Col. Pombalina, Cod. 472. O documento está integralmente publicado em Horácio Santos, Cartas e Outros Documentos da Época da Guerra da Aclamação, Lisboa, 1973, pág 351 e segs.

(127)- Existe na Biblioteca Nacional (Secção de Iconografia) um nutrido conjunto de plantas de fortificações, assinadas ou atribuídas a Manuel Pinto de Vilalobos. Estão individualmente referidas em Aires de Carvalho, Catálogo da Colecção de Desenhos, Lisboa, 1977, pp. 120-124.

- "Castello de Viana (Cota: D. 237 V)

- "Monção" (D. 238 V)

- "Caminha" (D. 239 V)

- "Villa Nova de serveira" (D. 240 V)

- "Castelo de Lindozo" (D. 241 V)

- "Melgaço" (D. 242 V)

- "Valença" (D. 174 A)

- Cópia da espécie D. 239 V. Atribuível a um discípulo (D. 243 V)

- Cópia da espécie D. 238 V (D. 245 V)

- "Planta do Castello de Lindozo" (D. 230 P)

- "Fortaleza da Insua" (D. 230 P.)
- "Perfil do Forte de N. Sra. da Conceição" (D. 247 V)
- "Fortaleza de Viana" (D. 175 A)
- "Planta da Praça de Chaves" (D. 176 A).

(128)- Luís Figueiredo da Guerra, Castelos do Distrito de Viana, Coimbra, 1926.

(129)- Idem.

(130)- Joaquim Veríssimo Serrão, Uma Relação do Reino de Portugal em 1684, Coimbra, 1960.

O texto é atribuído por J. V. Serrão ao diplomata Colbert de Trocy mas é interessante verificar o modo informado como é apreciada a arquitectura militar.

(131)- António Matos Reis, Filippo Terzi à Luz dos Documentos - A Fortaleza de Santiago da Barra em Viana do Castelo, Viana do Castelo, 1987. Sobre o mesmo assunto consultar também Alberto Antunes de Abreu, O Castelo de S. Tiago da Barra, Viana do Castelo, 1986.

(132)- O envolvimento de Sebastião Pereira de Frias é referido por Paulo Varela Gomes e João Vieira Caldas, Viana do Castelo, Lisboa, 1990, pág. 66. No entanto e segundo o documento citado por Sousa Viterbo (op. cit., vol. I, pág. 387), Sebastião Pereira de Frias apenas colaborou nas

fortificações de Caminha, Valença e Vila Nova de Cerveira.

(133)- B.N.L. (Res.), Mss. 5, nº 3. Memórias Paroquiais do Pe. Luís Cardoso para a Composição do Dicionário Geográfico-Caminha, elementos coligidos pelo Pe. Gonçalo da Rocha de Moraes].

(134)- Rafael Moreira, "Do rigor teórico à urgência prática: a arquitectura militar" in História da Arte em Portugal, vol. 8, Lisboa, 1986, pág. 78.

(135)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 50A, Consulta de 24 de Setembro de 1691.

(136)- Idem.

(137)- Transcrita em A. Lopes de Oliveira, Valença do Minho, s.l., 1978, pág. 162.

(138)- A.N.T.T., C.G., Livro da Vedoria do Minho, nº 233, fl. 189.

(139)- António Caetano de Sousa, História Genealógica da Casa Real Portuguesa, Tomo VIII, Coimbra, 1951, pág. 68.

(140)- Sobre o fortim de Esposende existe uma nótula sem novidades. Cf. Bernardino Amândio, O Forte de S. João

Baptista e o Farol de Esposende, Celanus, 1982.

(141)- Rafael Moreira, op. cit.

(142)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 75, Consulta de 5 de Fevereiro de 1716.

(143)- Cit. in Manuel António Fernandes Moreira, Os Mercadores de Viana e o Comércio do Açúcar Brasileiro no Século XVII, Viana do Castelo, 1990, pág. 72.

(144)- Idem, Ibid.

(145)- Estanislao Fernández de la Cigolla Nuñez, "Teoría y Proyecto sobre las Fortificaciones Militares al Norte del Duero" in Actas do 19 Congresso Internacional Sobre o Rio Douro, Vila Nova de Gaia, 1987, pp. 323-329.

(146)- A.H.M., 1ª Divisão, 3ª Secção, Cx.3, nº 10. Trata-se de um parecer relativo à conservação dos "fortes de Marinha" da Provincia do Minho, em que a Junta dos Três Estados, por resolução de 22 de Abril de 1716, opta pela extinção daqueles pontos estratégicos.

(147)- A.N.T.T., C.G., Decretos, Maço 52, 21 de Fevereiro de 1691 (nº 3).

(148)- Idem, Maço 58, 4 de Abril de 1699 (nº 14).

(149)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 60, Consulta de 25 de Agosto de 1701.

(150)- Idem.

(151)- Cristovão Ayres, op. cit., vol. XIV, pág. 175.

(152)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 29, Consulta de 29 de Janeiro de 1669.

(153)- Idem.

(154)- Joaquim Veríssimo Serrão, op. cit.

(155)- Viterbo, op. cit, vol. III, pág. 77.

(156)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 45, Consulta de 28 de Maio de 1686

(157)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 30, Consulta de 18 de Novembro de 1670.

(158)- B.N.A., 51-IX-40 (52).

(159)- A.D.V.C., Notas de Tabelação, 52 Ofício,

4.33.1.19, fls. 4 e 5vº.

(160)- Idem.

(161)- A.D.V.C., Notas de Tabelião, 5º Ofício,
4.33.1.25, fl. 98vº a 100.

(162)- Idem.

(163)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 57 A, Consulta de
8 de Julho de 1698.

(164)- Idem.

(165)- Idem.

(166)- Idem

(167)- Idem

(168)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 50, Consulta de
10 de Outubro de 1691.

(169)- Idem.

(170)- Idem.

(171)- Louis Grodecki, "Vauban Urbaniste" in Le Moyen Age Retrouvé, Paris, 1991.

(172)- Idem, pág. 339.

(173)- Idem, ibid.

(174)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 54, Consulta de 30 de Abril de 1695.

(175)- Idem, Maço 89, Consulta de 19 de Janeiro de 1730.

(176)- A.D.V.C., Notas de Tabelaço, 5º Ofício, 4.33.1.22, Fls. 114vº a 115vº.

(177)- B.N.A., 51-IX-40 (61-62).

(178)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 57A, Consulta de 11 de Julho de 1698.

(179)- A.D.B., Fundo Monástico e Conventual, F 675, doc. nº 673 A.

(180)- Idem.

(181)- B.N.A., 54-IX-40 (80vº e 84).

CAPÍTULO III- AS OBRAS

3.1- A engenharia militar e a transformação do território: o caso das campanhas de Manuel Pinto de Vilalobos

Uma das áreas específicas de intervenção do engenheiro militar foi, nos sécs. XVII e XVIII, a manipulação racionalizada do espaço no quadro de programas intensivos de obras públicas. A actividade dos engenheiros nestas tentativas de transformar e afeiçoar o território remontam porém atrás e entroncam mesmo numa tradição que fazia, dentro das suas possibilidades operativas, a síntese das experiências italiana e holandesa.

As obras de engenharia hidráulica constituíram, a par da fortificação e da artilharia, objectos privilegiados dos dois principais percursos da engenharia moderna: Francesco Di Giorgio Martini e Leonardo da Vinci. Mas mesmo nos tratados de arquitectura de Filarete e Alberti existem aproximações a alguns temas de engenharia, embora menos sistematizados -como a construção de portos, por exemplo (1). Os holandeses, confrontados com as características do seu posicionamento geográfico haviam desenvolvido desde o séc. XII todo um sistema de protecção das terras conquistadas ao mar (2) ao mesmo tempo que potenciavam as suas capacidades agrícolas. A conjugação destas duas "escolas" não resulta de

uma análise aleatória e é certo que ela trabalhou a formação e o desenvolvimento da engenharia militar portuguesa nas suas componentes prática e teórica: a tradição italiana a um nível erudito, possibilitada pela hermenêutica constante dos seus textos fundadores (3), a holandesa que aparece, como veremos, referida a dois projectos do Porto e Viana do Castelo, insinuando-se mais ao nível de um imaginário construído pelos intensos contactos comerciais com o Norte da Europa (4).

Entre nós, é no séc. XVI que se situam as primeiras grandes obras de hidráulica que, se informadas por vezes de uma experiência adquirida desde as arroteias medievais, não deixam de mostrar a influência decisiva de um corpo de conhecimentos codificados que só a engenharia podia garantir. A grande obra de alteração do Tejo, levada a cabo em meados de quinhentos e responsável pela alteração do curso do rio em 10 km, só foi decerto possível graças à intervenção de engenheiros experimentados (5) enquanto os projectos extraordinários do engenheiro militar Leonardo Turriano para a "limpeza" da barra de Lisboa, apresentados em princípios do séc. XVII, dão conta dos avanços finisseculares nesta matéria (6).

De um conjunto de experiências bastante extenso ficou a Aula de Fortificação depositária, já que cometia aos engenheiros militares a orientação de obras de engenharia de grande dimensão e são eles que aí aparecem continuamente envolvidos. Foi como receptor deste corpo doutrinal coerente,

temperado pela formação prática de Miguel de Lescole que Manuel Pinto de Vilalobos conseguiu projectar-se como um dos mais destacados intervenientes em obras de engenharia hidráulica de finais do séc. XVII. É de facto, ainda na órbita da actividade do Mestre de Campo da província do Minho que se inscrevem os primeiros passos de Vilalobos.

Em 1684, apenas um ano volvido sobre a sua chegada a Viana do Castelo, Vilalobos deve ter acompanhado Lescole nos trabalhos que efectuou no rio Lima, a montante da vila de Ponte de Lima, com o objectivo de facilitar a navegação até ao Lindoso e beneficiando deste modo as populações da Barca, Arcos de Valdevez e Soajo. As exigências do engenheiro não eram grandes: um orçamento exequível de cento e setenta mil reis, na opinião de Lescole, um prazo curtíssimo de empreitada, para o qual bastavam dois dias, e a disponibilização de 600 homens que podiam ir buscar-se as Ordenanças (Doc. nº 12). As "conveniências e utilidades" desta obra beneficiavam sobretudo um segmento social da população da região, aquela que Juizes e Vereadores representavam e que explicitamente se obrigava a custear as despesas necessárias (7).

Miguel de Lescole, que em 1685 foi obrigado a acorrer a Vila do Conde para reparar as fortificações e a barra da vila (8), não deve também aqui ter prescindido da colaboração de Vilalobos, tanto mais que estes primeiros anos corriam como preparação suplementar para o engenheiro português, já

entretanto envolvido em experiências afins. A juzante, no ponto exacto onde o Lima se espraia e se perdia no mar, os problemas eram outros. Era preciso dotar Viana do Castelo de um porto seguro, infra-estrutura essencial para a actividade económica da vila, espaldada no intenso tráfego marítimo que ligava, a partir de Viana, o Norte da Europa e os Estados do Brasil (9). As obras do cais começam na 2ª metade do séc. XVII marcadas por uma nítida autonomia em relação à estrutura da engenharia militar vianense e até criando zonas de conflito virtual. Em 1669, Miguel de Lescole queixava-se de que os "officiaes da Camara da villa de Viana se valião da pedra que se tinha quebrado nos fossos da fortificação della para a fabrica de hum cais que vão fazendo" (10), obra para a qual a vila e o seu termo descontavam a partir de 1670 o real de água (11). O envolvimento de técnicos ligados à engenharia militar devia entretanto processar-se paulatinamente já que às necessidades de um capital de conhecimentos técnicos que só estes dominavam, colava-se o entendimento da obra como parte do sistema de defesa da embocadura do rio. Em 1681 estavam os trabalhos adjudicados a João Alvares do Rego, mestre empreiteiro das praças-forte de Caminha e Monção e discípulo ocasional de Miguel de Lescole, a quem este introduzira rudimentos de aritmética e geometria prática e os primeiros livros dos Elementos de Euclides (Doc. nº 3) (12). O grau de intervenção na barra de Viana ultrapassava entretanto a dimensão da obra do cais para abranger, num

mesmo plano integrador, ambas as margens, e para remediar a outros inconvenientes, como o do progressivo assoreamento do rio. Para o Cabedelo, limite ocidental da margem sul, estava também prevista uma obra, que Manuel Pinto Vilalobos dirigiu antes de 1698 e que devia consistir na construção de um pequeno molhe que abrigava a barra das investidas das marés (13). Nos alvares do novo século, o estaleiro do porto continuava activo. Procedia-se agora à construção de uma estacada para contornar a acumulação de depósitos de areias que dificultavam as manobras dos navios, ao mesmo tempo que se contratava o fornecimento de pedra para a obra de cantaria do novo cais. A estrutura militar de Viana encarregara-se já de controlar as diversas fases do projecto: desde o corte das madeiras e a sua colocação, até à vigilância da estacada "para impedir as ruínas que lhe cauzão os navios quando a ella se amarrão" (14), tudo feito sob a direcção imediata do ajudante de engenheiro António Bernardes, cabendo a responsabilidade final, pela lógica da hierarquia, a Manuel Pinto de Vilalobos. Esta tarefa, que se iniciara antes de 1708, e que em 1709 ainda não estava concluída, corria paralela ao avanço do cais. Neste ano, os mestres pedreiros Feleciano Alvares do Rego, Luís Alvares do Rego e Manuel de Crasto ajustavam com os responsáveis dos trabalhos o corte de duas mil pedras grandes, de oito palmos e meio de comprido, e de mais quatro mil pequenas, de cinco palmos de comprido (15). Extraída a matéria-prima dos montes vizinhos, aí seriam

cortadas e vistas pelo engenheiro responsável, antes de serem transportadas em carros até à vila (Doc. nº 13).

Em 1710 não devia ser satisfatório o estado da empresa. Ou por demora da fábrica ou pelo agravamento das condições do leito do rio, a verdade é que os mercadores de Viana se sentiam profundamente lesados nos seus interesses, pela pouca praticabilidade da barra. A única solução pertinente parecia "mandar vir hum Engenheiro intelligente (...) em semelhante fabrica dos estados da Hollanda para se seguir a sua direcção" em vista do que se reclamava do rei uma autorização para a sua contratação (16). Este propósito, que só agora era transmitido superiormente, fôra fixado em 1704 pelos "homens de negocios portuguezes e estrangeiros, assistentes nesta vila" (17), que assinaram então o compromisso de arcar com as despesas dali decorrentes, as quais deviam proceder de percentagens retiradas dos produtos importados e exportados através do porto de Viana, demitindo-se eles de qualquer isenção ou privilégio e submetendo-se à justiça e arbítrio do recebedor da contribuição prometida.

As pressões dos homens de negócios e os próprios interesses económicos da Coroa faziam acelerar o processo. Um novo contrato, concluído em Junho de 1711 e assinado pelos carpinteiros Francisco Fernandes Cerdal e Francisco Goncalves Batinha e pelos pedreiros Jerónimo de Oliveira, José Pires Rodrigues e Manuel Pires Calhastro assegurava a continuidade dos trabalhos: nova estacada, para as fundações da estrutura,

e finalmente o assento da pedra "conforme a arte e boa disposição do engenheiro" (18). Além dos pagamentos devidos, acordados pelas partes no articulado do documento notarial, aos outorgantes devia-se-lhes ainda entregar "todos os engenhos que ha com obrigação de elles (...) os tornarem a entregar na mesma forma de sorte que prioritando [?] todos ou alguns dos ditos engenhos (...) o faram elles (...) a sua custa" (doc. nº 13a). O complexo portuário não estava todavia completo em 1718 e de novo, o pedreiro Jerónimo de Oliveira arrematava uma parte da empreitada, a do Cais do Rapello (19).

É difícil avaliar o alcance dos metodos empregues pelos engenheiros militares e a sua contribuição para a resolução dos problemas do estuário. De qualquer modo, a capacidade técnica sobrepunha-se neste caso a continua acção do mar e não se cortando o mal pela raiz, todas as intervenções relevavam sempre de um carácter circunstancial. Por isso, não é de estranhar que tantos anos mais tarde, em 1762, João Bautista de Castro observasse que da "ponta do Norte [da Foz] ha hum recife, que corre ao Sul, e dá capacidade para ancorararem embarcações não muito grandes, porque hoje está mais entupida de areias" (20).

A questão da navegabilidade no rio Douro constituiu a outra grande preocupação dos engenheiros do Minho em finais do sec. XVII. Mais uma vez o problema bifurcava-se em duas vertentes distintas: por um lado exigia-se a limpeza do seu

curso, por outro, o melhoramento da sua barra. O que está em causa é novamente a injunção das condições de circulação de pessoas e bens e de viabilidade de um complexo de defesa.

"Os grandes perigos que há na navegação do rio Douro, em que naufragão muitos barcos não só com perda das fazendas mas com risco das vidas das pessoas" (21) despertaram o poder central para tomar as medidas necessárias à normalização da situação. O decreto passado em Lisboa a 9 de Maio de 1687 fazia-se já eco dos pareceres dos engenheiros do Minho e dos melhores que havia na Corte e autorizava a destruição das penedias e das pesqueiras, dispositivos rudimentares de pesca que asseguravam rendimentos marginais às populações ribeirinhas (22). Em 1689 faziam-se vistorias para avaliar a exequibilidade da obra e em 1691 Manuel Pinto de Vilalobos e o ajudante António Bernardes deviam iniciar o derrube das rochas (23). Não se tratava agora de uma intervenção no domínio específico da engenharia hidráulica: era como oficiais de artilharia que os engenheiros prosseguiam neste desempenho, colocando cargas explosivas em pontos escolhidos.

Na cidade do Porto, a amplitude das queixas espelhava a gravidade da situação. A Câmara pedia ao rei, em 1682, o concurso de Miguel de Lescole para fazer um paredão desde o Anjo à Afurada porque o julgava o único capaz de o realizar (24) e porque de qualquer modo, a deslocação, em 1681, do lente da Aula de Fortificação de Lisboa, Francisco Pimentel, mostrara-se improdutiva (25). O Bispo, por seu turno,

transmitia a preocupação de um grupo de "Mercadores (...) assim naturaes como estrangeiros considerando que a sua conveniencia era inseparavel da utilidade da Coroa" (26), isto em 1685, para reincidir na mediação no ano seguinte (27). Os alvitres sucederam-se: a Coroa confiava na ciência do Pe. João Duarte e do engenheiro Mateus do Couto, para quem o remédio não devia aplicar-se à barra mas às embarcações, não deixando as de menor calado franquear a foz (28). O Bispo pedia expressamente ao architecto João Antunes e ao Pe. João dos Reis, matemático alemão, que obviassem à situação (29). De "motu proprio", o inglês (?) B. Arson apresenta em 1687 um Memorial (onde) se compromete a desentulhar das areias a barra do Porto, seja por empreitada ou a conta da Camara do Porto e com a mesma traça abrir a barra antiga" (30). Outros estrangeiros ainda, avançaram os seus projectos, ora defendendo a facilidade da obra dizendo que "fazendose duas Barcas com seus guindastes dentro dellas podem hir pedras bem grandes", ora complementando-a com um "fortim a modo de diamante", ora adiantando que apenas um engenheiro do Norte da Europa conseguiria responder a contento (31). Em 1714 as diligências continuavam, pedindo o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte-Real que se mandasse um técnico examinar as condições da barra do Pôrto (32). A Corôa havia ainda de demonstrar o seu interesse, bastante mais tarde, quando em 1729 "El-Rey D. João V mandou à cidade do Pôrto os engenheiros José Fernandes Pinto e Dionísio de Castro, para,

em companhia de um curioso chamado Manuel Rodrigues, levantarem uma planta exacta da barra do Rio Douro e indicarem os meios de remediar as dificuldades que então existiam para a navegação" (33).

Não sabemos se o engenheiro Vilalobos teve algum papel em todo este processo. Ao Porto deslocava-se amiúde -as suas competências abarcavam o partido militar da cidade- e, pelo menos, projectou um molhe para a vila fronteira de Matozinhos (34). Logo, não pode ter deixado de seguir o desenlace de um episódio de reprodução tão ampla. Pela sua complexidade e pelas personagens envolvidas, a questão da barra do Douro constituiu um episódio notável da engenharia portuguesa contemporânea e foi com certeza um terreno ubérrimo de experimentação, uma espécie de lição prática das virtualidades e limites de um saber.

Igualmente no Mondego fez Manuel Pinto de Vilalobos trabalhos de pequena monta, apenas uma vistoria, como refere (35), ou algo mais, dando possivelmente continuidade a um cais de acostagem que Miguel de Lescole começara em 1672 e a respeito do qual tinham sobrevivido irregularidades financeiras (36). O contributo de Manuel Pinto de Vilalobos para os trabalhos hidráulicos no rio Mondego deve ter coincidido com a obra de "encanamento" que o engenheiro Manuel de Azevedo Fortes para ali projectou e pela qual recebeu um padrão em 1702, obra aliás pouco posterior à alteração do leito do Lis, em Leiria, que também lhe é

atribuível (37). Esta possibilidade, que implica a configuração de uma rede de contactos interactivos entre os engenheiros militares, uma rede aberta note-se, marcada pela circulação de experiências e pelo policentrismo das abordagens técnicas, é realçada pelo protagonismo de Azevedo Fortes.

Outro significado tem a construção do monumental aqueduto de Vila do Conde. Em 1704, o então Tenente-General Manuel Pinto de Vilalobos foi chamado pela Madre Abadessa do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde para tratar da condução de água ao cenóbio das religiosas. A primeira metade do séc. XVII remontava a tentativa de construção de um aqueduto, inconcluso a partir de 1636 e após se terem ali aplicado importantes somas.

Analisando a possibilidade do intento, depois da concordância do capitão portuense Domingos Lopes (38) e da inspecção às ruínas da construção mais antiga, Vilalobos apresentou um orçamento corrigido de 14.560.000 reis, em 13 de Outubro de 1705 (39).

A Memoria que D. Bárbara Micaela de Ataíde redigiu, permite seguir a construção do aqueduto: "por direcção do Engenheiro Manoel pinto se pos esta obra a lancos vindo toda a agoa pello Cham athe Cazal de monte e so levantada em repuchos, e dahi para o mosteiro em arcos servindo os velhos que antigamente estavao feitos co os mesmos repuchos por sima delles para suprir a altura que lhes faltava". Começada a

obra, só em 1714 seria dada por concluída, não sem ter conhecido um processo atribulado: insuficiências financeiras, alternância sucessiva de empreiteiros e erros projectuais atribuídos pela Madre Abadessa a Manuel Pinto de Vilalobos. Fazer a água vencer os desníveis do terreno tornou-se o pomo de discórdia entre encomendante e engenheiro, mas é pouco provável que a solução de complicados problemas de mecânica hidráulica tivesse sido achada pela Superiora, o que deve sim resultar da própria estratégia de composição de uma piedosa memória auto-glorificante.

Ao delinear a obra do aqueduto -que tinha mais de 900 arcos distribuídos por 6km - Vilalobos ateve-se a um minimalismo funcional (fig. 24), ditado pelas difíceis condições económicas em que o projecto se enredou e pela conformidade a uma pré-existência, ou seja, aos restos da obra de princípios de século.

Desenha-se a partir destes dados uma curiosa equação. O engenheiro militar seiscentista assume uma intervenção pragmática como intérprete de um extenso programa de obras públicas. A transformação do território respondia antes de tudo à conjunção dos interesses económicos da Coroa e da burguesia mercantil, na defesa de um espaço regularizado onde a circulação e a troca de mercadorias se pretende maximizar, o que não representa mais do que o emergir de um sistema económico informado pelo mercantilismo (40). Para isto, só a

engenharia militar podia apresentar uma solução integrada: capacidade de organização e enquadramento de uma mão-de-obra muito extensa, metodologia projectual rigorosa, manipulação tecnológica apurada materializada no recurso a conhecimentos de hidráulica, geometria pura e aplicada, estereotomia, desenho e construção de mecanismos, criação de instrumentos especializados e literatura técnica de suporte ao seu manejo. Ao engenheiro Manuel Pinto de Vilalobos por exemplo, deve-se uma abundante contribuição poligráfica: compôs um Tractado das prerrogativas, natureza e admiraveis qualidades do Ponto (41), versando talvez a utilização de um instrumento de medições topográficas; interessou-se pelo movimento e queda dos graves pelo que traduziu do latim a obra de Torricelli; não descurou a afloração de um género mais marginal mas muito em voga na altura, na linha da mera "curiosidade", representado pelo Calendario e Lunario prepetuo que escreveu em 1724 (42); a sua especialidade inspirou-lhe umas Liçoens da Artilharia, um volume de Arquitectura Militar e um outro sobre as Incumbencias do Posto de Mestre de Campo General, entre outros títulos; e, num assomo de abrangência, verteu para português uma Encyclopedia ou discurso e lição universal de todas as artes e sciencias (43), versão portuguesa dos Tableaux accomplis de tous les arts liberaux, do francês Nicolas Bergeron, verdadeira prova de um "aggiornamento" técnico-científico com o seu século e com os progressos instrumentais e conceptuais da engenharia militar.

3.2.- A arquitectura de Vilalobos: do maneirismo ao proto-barroco

A vitalidade económica do porto de Viana durante o séc. XVII é um facto incontroverso. Com base na estruturação do comércio atlântico, no incremento da produção vinícola e na introdução da cultura do milho, esboça-se de facto um crescimento sustentado que conseguiu inclusive evitar alguns bloqueamentos conjunturais.

Destes factores, a pujança das rotas que ligavam o Brasil a Viana, e a projecção da vila como entreposto dos interesses comerciais e financeiros de países do Norte da Europa parece ser aquele que mais contribuiu para o desenvolvimento económico da vila.

Respondendo ao aumento substancial da produção do açúcar brasileiro, foi em redor desta mercadoria que se fixou de preferência a actividade dos mercadores de Viana até à viragem dos anos 80 do séc. XVII (44). A construção naval, de grande tradição local, estimulou em parte a capacidade concorrencial dos vianenses, lançando no tráfego atlântico embarcações de pequeno e médio porte mas bastante rápidas. Junto à capela de Sta. Catarina, em Viana, vieram mesmo instalar-se, em inícios de seiscentos, novos estaleiros, alternativa aqueles que D. Manuel criara em 1504 não longe do convento de S. Bento, e concorrentes da sólida actividade naval implantada em Vila do Conde. Facilidades em atrair investimentos e o afinamento de mecanismos de crédito

completam um quadro de prosperidade que se alargou naturalmente ao "hinterland", fazendo-o participar dos benefícios da riqueza em circulação.

A conversão da nobreza ao trato mercantil, que foi normal durante todo o séc. XVI, assumiu-se particularmente significativa na praça de Viana no séc. XVII, quando a tendência geral apontava, no resto do reino, para um retôrno à terra. O levantamento integral dos contratos de fretamento de navios, já feito (45), mostrou como na composição do capital fixo e circulante existia de forma recorrente uma estreita associação de interesses, que segmentava na vertical, o tecido social. É possível no entanto que, como no resto do país, a movimentação deste rendimento "não obstante de início impulsionar correntes mercantis-financeiras, mal atingia certo volume tornava-se estática mercê da imobilização perpétua dos capitais-base" (46).

Em Viana, as mais-valias obtidas no trato mercantil aplicaram-se sobretudo no investimento fundiário, e "duas terças partes dos livros de tabeliães (...) estão preenchidos com escrituras de compra e venda de terras (...). Monção, Reíndios e Moreira do Lima são áreas de investimento na cultura do vinho e ganadaria. Todo o Litoral, desde a Foz do Ancora até ao Cávado, florescia o trigo nas suas veigas. Nos planaltos e meia-encosta do Interior, aliados ao terreno de regadio, cultivava-se o pão meado ou terçado, composto por uma parte de centeio e outra de milho" (47).

A crise do comércio açucareiro da década de 80 só pode

ter acentuado este movimento de ruralização, potenciado pela introdução da cultura do milho, bem acomodado ao clima húmido da região e a partir do séc. XVII, como referiu Manuel Severim de Faria, "o mantimento mais ordinário para a gente vulgar, quase em toda a Beira e Entre Douro e Minho [...] [e] como as searas são de regadio nunca faltam; e fundindo muito, vem a ser o mantimento muito barato, com que o povo fica de todo abastado" (48). Que vínculo existiu entre este movimento e a fixação tipológica do solar minhoto, consagrado pelas intensas campanhas de obras que se arrastaram por este final de século e por grande parte do séc. XVIII? Não o sabemos, mas é bem provável que como a deslocação do eixo económico da Veneza quinhentista para o investimento na "terraferma" proporcionou o contexto em que Palladio apurou a concepção da "villa" (49), assim, no Minho, podem ter-se criado as bases de uma renovação arquitectónica específica. Em Viana, pelo menos, é impossível identificar qualquer regressão nas encomendas edilícias com as oscilações do comércio ultramarino, o que demonstra que a acumulação de capital e porventura a diversificação das suas aplicações pagou o fluxo de construções civis e religiosas de que o engenheiro Manuel Pinto de Vilalobos foi um dos principais protagonistas.

3.2.1.- A arquitectura religiosa

A mais complexa incursão de Manuel Pinto de Vilalobos nos domínios da arquitectura religiosa é, por sorte, a que melhor está documentada, sendo possível seguir a par e passo as peripécias da sua construção. A mais antiga referência aos projectos de reedificação da igreja da Misericórdia do porto de Viana remonta a 1704, contida na petição que os habitantes da vila endereçaram ao Conselho de Guerra e que Vilalobos apreciou positivamente, por não causar dano à muralha (50). Em 15 de Julho de 1714, o processo entretanto despoletado mantinha-se num impasse e, porque nada estava ainda decidido, a Mesa da Santa Casa, reunida sob a direcção do Provedor Guilherme Rubim Ferreira, temia o mau estado das paredes e do tecto da igreja antiga (51). O grupo de peritos chamados a pronunciar-se sobre a situação, reuniu-se logo depois, no dia 25, e Manuel Pinto de Vilalobos e o mestre Domingos do Rêgo, de entre um conjunto de técnicos onde se incluíam os pedreiros Jerônimo e Manuel de Oliveira, Manuel Pires Calhastro e Fernandes Cerdal, encarregaram-se de um exame atento às condições de segurança do velho templo, achando por bem que "se devia mandar tirar a telha, madeiramentos, azulejos e mais petrechos, ficando as paredes sempre em pé, escorando-se novamente para maior segurança até se dar princípio à nova obra, atendendo a que era assim mais conveniente por razão dos fechos das mesmas paredes que, desta forma, assim ficavam emparando as varandas do

Consistório da mesma Santa Casa" (52).

Apesar dos interesses em jogo, só em 1716 ficou assente proceder-se à reedificação da igreja, mediante um empréstimo de 3.000 cruzados -por ter falecido o concurso régio- e segundo planos encomendados ao engenheiro Manuel Pinto de Vilalobos, que para o efeito elaborou uns Apontamentos para a obra de cantaria da Capella Mor da Igreja da Misericórdia desta villa e um orçamento de Pressos que me parece poderá ser rematada esta obra da Santa Caza da Misericórdia (53). O primeiro documento, que era originalmente acompanhado de quatro plantas, entretanto desaparecidas, debruçava-se em detalhe sobre as medidas dos vários elementos da capela-mor e da cúpula da capela-mor, materiais a utilizar, pormenores do desenho arquitectónico e outras especificações de carácter técnico. Era por isso um "instrumento de estaleiro" para ser cotejado com as plantas que o completavam e para os quais remetia continuamente o texto. No último trimestre de 1716 arrancava a obra, entregue ao mestre pedreiro Jerónimo de Oliveira e com um custo estimado pelo engenheiro em um conto quatrocentos e trinta e três mil duzentos e quarenta reis, o que não ficou muito aquém do custo real, depois de adicionados alguns gastos não contemplados na projecção das despesas.. Concluído o templo no ano de 1718, Vilalobos efectuou ainda duas medições, a primeira a 6 de Julho de 1718 e a seguinte entre 3 e 17 de Junho de 1719, peças essenciais para o controlo do trabalho final e para os naturais ajustes com o empreiteiro (54), complementadas pela avaliação da obra

da cúpula que o pedreiro de Braga, Manuel Fernandes da Silva, efectuou em Junho de 1719.

No seu prospecto geral, a igreja da Misericórdia de Viana harmoniza-se com as soluções planimétricas então comuns na região e que insistiam na continuação de plantas longitudinais, de uma só nave, altares laterais à face, ausência de transepto e capela-mor muito profunda. Um toque inédito é dado pelo recurso à cúpula, em "meia-laranja" e com a calote segmentada por cornijas, acusada no exterior apenas pelo volume, muito acentuado, da lanterna (figs. 25 e 26). Não é de excluir a hipótese de que, na origem deste organismo, encontremos a solução ensaiada por João Antunes na lanterna da capela do Bom Jesus de Barcelos, terminada cerca de 1710 e obrigatoriamente conhecida de Manuel Pinto de Vilalobos. A proposta do arquitecto de Lisboa resolvia-se porém numa maior elegância de proporções, revelando-se mais rica no desenho dos pormenores arquitectónicos, no ritmo criado pela alternância de pilastra e vão, e pelos ressaltos do entablamento (fig. 27). Na estrutura da Misericórdia de Viana, pelo contrário, domina uma simplificação radical de pormenores, e o que sobrava ali em leveza é aqui amplificado em robustez, como se à lanterna não estivesse cometida uma afirmação plástica mas apenas o desempenho funcional de constituir um ponto de luz.

É aliás "para dentro" que todo o edifício é pensado. Escamoteado no volume, ordenando-se os alçados pelo alinhamento da rua, subalternizado ainda pelas

originalíssimas "loggiae" quinhentistas que Vilalobos não quis desvalorizar, a igreja não apresenta uma fachada individualizadora, organizando-se o acesso lateralmente por um portal de colunas coríntias e frontão curvo interrompido, única nota de animação a trair talvez uma mão diferente, já que é estranho, no seu desenho, à restante intervenção do engenheiro. Limitada ao espaço disponível, pouco mais que o correspondente à igreja velha (55), a implantação discreta da Misericórdia obedeceu a critérios de harmonização urbanística, sistematizados numa operação dupla de integração e de regularização: a integração, como resultado da repetição de motivos decorativos num âmbito espacial que transcende o próprio edifício da igreja; a regularização, pela correspondência exacta de volumes entre a igreja e parte do quarteirão envolvente.

Importa vêr de perto o primeiro caso, que se reporta tanto à distribuição estudada de um aparelho de cantaria almofadada, como ao "continuum" do friso que percorre o entablamento das "loggiae" e do alçado sul da igreja. A precedência da utilização do almofadado, de forte sabor classicizante, coubera ao projecto de remodelação que Manuel Pinto de Vilalobos traçara para o Palácio Távora, aplicando-o no tratamento das pilastras, no embasamento da frontaria e no friso da cimalha, estendendo-o mesmo à fachada norte e a capela (fig. 57a). Posteriormente, ao delinear alguns apontamentos interiores da igreja da Misericórdia, Vilalobos retornou a este tema na marcação da porta da sacristia e na falsa porta,

exactamente oposta, que compôs para manter a simetria e servir de enquadramento ao túmulo de António Monteiro Maciel, em efeito de grande expressividade decorativa (fig. 28). O almofadado transportou-o depois Vilalobos para o exterior. Ousou "mexer" no edifício da Santa Casa, "entalando-o" entre duas pilastras gigantes de juntas fendidas (fig. 29), cercou os vãos da fachada sul do templo com uma finíssima barra almofadada (fig. 30), recorreu ao mesmo motivo no respectivo embasamento e, ao intervir ainda na frontaria do Hospital, virada a oeste, dilatou da mesma forma as molduras dos vãos, fraccionando a continuidade do muro em poderosos afloramentos de cantaria lavrada (figs. 31 e 32). A identidade formal de todo o arruamento, a garantir uma intervenção de forte sentido urbanístico, foi particularmente perseguida no caso particular da igreja e da Santa Casa da Misericórdia. Além do recurso aos almofadados e do alinhamento dos alçados, arquitrave, friso e cornija contínuos (fig. 33), conferem ao conjunto uma nota inegável de harmonia.

A unidade que ressalta da Igreja da Misericórdia de Viana resulta, em parte, das condições de execução da empreitada, extremamente rápida e sob a orientação de uma direcção única. Se a tomada de decisões foi feita muitas vezes pela consulta dos mesários, é capaz que de Manuel Pinto de Vilalobos partissem sugestões de agenciamento geral. A decisão de azulejar o templo, inspirada pela irradiação da moda dos revestimentos historiados a partir da cidade de Braga, submetida em Setembro de 1719 a apreciação formal dos

irmãos -cujas opiniões ainda se conservam (56)- foi facilitada por uma rede de contactos que só Vilalobos podia manter e controlar. Foram feitas as medidas da superfície a cobrir e elaborou-se uma planta, após o que foram enviadas para Lisboa, ao engenheiro José da Silva Pais, para que se informasse de orçamentos (57). A escolha, que continuava uma tradição de confiança depositada na oficina da família Oliveira Bernardes, revela a coerência dos desígnios de Manuel Pinto de Vilalobos tanto como o responsabiliza pela definitiva aceitação, no Minho, da igreja barroca de ouro e azulejo (58).

Ao mesmo tempo que se estabelecia a encomenda para o azulejamento, prepravam-se os contratos para os retábulos e para a pintura dos tectos. Ao entalhador Ambrósio Coelho, de Barcelos, é devida a talha do retábulo do altar-mor, ajustada a 28 de Setembro de 1718, e pelo menos os altares colaterais dedicados a Santo António e a Nossa Senhora da Misericórdia (59). Em 1721 proporcionou-se a pintura dos tectos da nave e, sujeita a votação, determinou-se que fosse de «brutesco» (60), pedindo-se ao pintor vimarenense Manuel Gomes que "fizesse hũ risco para se ver, o qual vindo e fazendo tal risco pareceo admiravel à Meza e tão bem o Coronel Engenheiro Manuel Pinto VilaLobos que muito o aprovou" (61). A empreitada, orçada em trezentos mil réis, correspondia à superfície compreendida entre "o arco mayor the o fim do Coro (e incluía) (...), a formalidade de quatro coadros no meyo de toda a obra (...)" (e a pintura das) linhas de ferro da mesma

Igreja não sendo de ouro, nem de prata, mas sim de tintas finas pello modo que elle (Manuel Gomes) arbitrar" (62). Em Abril e novamente em Agosto de 1722, requereu a Misericórdia a pintura da cantaria da Igreja e da Capela mor, entregues ainda a Manuel Gomes (63).

O remanescente da arquitectura religiosa de Manuel Pinto de Vilalobos que, salvo a Igreja do Bom Jesus do Monte, em Braga, não permitiu o desenvolvimento de propostas de tão alta qualidade e unidade como aquela que se experimentou na Misericórdia de Viana, segmentou-se em multiplas intervenções de âmbito diverso, desde as capelas de casas nobres -entendidas em função da articulação plástica que com elas estabeleciam e por isso constituindo objecto de análise à parte- até às obras parcelares e pontuais um pouco por todo o lado, num conjunto em que ganham no entanto natural destaque, aquelas que foram concebidas de raiz.

Neste último campo, um terreno virtual de experimentação e alternância possível de partidos, Vilalobos enveredou, de modo paradoxal, pela variação mínima de uma fórmula básica e simplificada, estereótipo multiplicado a partir possivelmente do projecto que elaborou para a Misericórdia de Monção (64) (fig. 34). A presença do engenheiro militar nesta praça fronteira, concluindo o recinto fortificado iniciado por Lescole, proporcionou a paternidade de uma obra incluída no âmbito da reconstrução dos principais edificios da vila, logo a que não era estranha a intervenção régia e a mão, numa fase

inicial, do oficial francês. A notícia mais precoce da necessidade de se acudir à Misericórdia, surge quando "o Juiz vereador, Procurador do Conselho e nobreza da villa de Monção em seu nome e do povo della e seu termo em rezão do estado em que aquella villa ficou depois que se sahirão os Castelhanos da mesma villa" (65) pediram ao rei que lhes fosse concedido o dinheiro da imposição no sal, por espaço de três anos, para "se consertar a igreja matris e a Caza da Santa Mizericórdia e seus retabollos e paço do Conselho" (66). Em 12 de Outubro de 1668 era lançada na chancelaria régia a autorização requerida, renovada em 20 de Dezembro de 1674 com a obrigação dos trabalhos se estenderem à cadeia (67), situação que não se alterou até finais do século já que, em 1701, um outro diploma régio confirmava as disposições dos anteriores (68). Na sua génese, a igreja da Misericórdia está pois, bem próxima das intrigantes remodelações seiscentistas da Matriz.

O templo tardo-românico (69), de nave única, foi consideravelmente ampliado no decurso do séc. XVII, pela construção de uma torre sineira e de duas capelas laterais. Uma delas levanta problemas interessantes. Encomenda de Francisco da Cunha da Silva, governador de Monção, a capela do Sacramento ou de Nossa Senhora da Rosa, estava concluída em 1679 (70). A iniciativa, um momento mais no conjunto de manifestações celebrativas do fim da guerra da Restauração, fazia-o porém de um ponto de vista duplo, colocando na nova capela, a arca feral da figura lendária de Deuladeu Martins, símbolo da resistência local aos castelhanos. Esta qualidade

evocativa da capela do Sacramento, aproximando-a pela intenção da reforma da capela mor da Colegiada de Guimarães empreendida por Miguel de Lescole, não deixava também de a ligar às contingências de uma conjuntura cultural e política que, como vimos, tinha especial audiência na Aula de Fortificação de Lisboa. O que é especialmente eloquente nesta obra é que, para ressuscitar a ficção lendária da Deuladeu, se utilizasse um artifício formal de ressaibos arcaizantes, inscrito num conjunto em que a referência essencial continuava no entanto a ser uma sóbria linguagem de matriz clássica. O arco de acesso à capela é marcado por um possante portal em que duas pilastras toscanas sobrepostas sustentam um frontão curvo interrompido e ligeiramente rebaixado (fig. 35). Nos muros laterais, dois arco-sólios encimados por frontão triangular, em rigorosa simetria, albergam os túmulos da heroína de quatrocentos e do encomendante, aliás um seu descendente (fig. 36). É no sistema de cobertura utilizado, que prescinde do habitual recurso ao apainelado, assentando numa abóbada de grossas nervuras, que aparece o traço mais original da capela do Sacramento (fig. 37). Quem foi o autor do risco? Possivelmente Miguel de Lescole, por via dos múltiplos afazeres que o prenderam à vila de Monção, tanto mais, uma encomenda de alguém como ele ligado à estrutura militar da província do Minho.

A ligação orgânica das várias empreitadas então em curso na vila de Monção pode ter ainda imposto para a Misericórdia o nome deste engenheiro militar - numa paisagem de qualquer

modo desertificada de pedreiros e architectos- e por consequência lógica, o de Manuel Pinto de Vilalobos, que acabou enfim por fornecer o projecto definitivo. A cronologia da construção continua por conhecer mas, em 18 de Julho de 1703, o Provedor e mais irmãos da Misericórdia contratavam o entalhador Manuel de Almeida, de Barcelinhos, para "fazer hum Kettabolo de Madeira pera a Capella [Mor da] Mizericordia nova desta dita villa" (71), o que indica que estivesse a ponto de ser finalizada. A composição da frontaria, que fixa um esquema de grande aceitação regional, joga na ênfase conferida à massa do portal e às superfícies de cantaria, eliminando as "zonas mortas" do muro. Fachada sem tórres, enquadrada por duas pilastras, é rasgada por um óculo no tímpano e dois outros na zona inferior, ladeando o portal. Com outra robustez de concepção, a Misericórdia de Monção lembra, apesar de tudo, algo da igreja bracarense de S. Vitor, sobretudo na articulação da ordem jônica do portal com o friso dórico do entablamento, a evocar a autoridade fundadora da obra de Lescole. Tudo o que aqui releva porém de um saber officinal posto ao serviço de uma técnica cuidada de execução, é ali traduzido numa severidade rude, sublinhada pela própria composição maciça do portal, cuja morfologia segue a da capela do Sacramento: neste caso, dois pares de pilastras jônicas a suportar um frontão curvo interrompido, arquitrave e friso boleado, segmentados e, no eixo, edícula com nicho albergando uma imagem da Senhora.

Luis Figueiredo da Guerra foi o primeiro a chamar a

atenção para outros dois templos minhotos projectados por Manuel Pinto de Vilalobos nas pequenas aldeias de Mazedo e Pias, à época termo da vila de Monção (72). Carecendo de comprovação documental, a confrontação estilística é todavia concludente. A igreja paroquial de Mazedo sobretudo, conforma-se exactamente ao plano geral traçado para a Misericórdia de Monção, com uma frontaria de maior superfície e por isso com uma concentração de elementos mais "aliviada" (fig. 38). A única alteração introduzida reduz-se à acoplagem de uma torre sineira lateral, de remate piramidal, dividida em três andares e com o primeiro transformado num arco de passagem.

Uma nítida evolução pressente-se na igreja de Pias (fig. 39). Ligeiramente posterior, o começo das obras deve situar-se por volta de 1699, data do primeiro alvará de protecção ao empreendimento (73). Em 1710 os moradores da paróquia pediam ainda o lançamento de um real "em cada quartilho de vinho e Azeite, arratel de carne (e) Alqueire de sal para asim (...) todos contribuirem para a dita obra" (74), privilégio outorgado e prorrogado pelo espaço de seis anos. A fachada, já enquadrada por duas torres laterais, passa a sofrer de um impulso vertical que a simplificação do portal acompanha, mantendo o esquema conhecido mas reduzindo o suporte a duas pilastras. A fina moldura de enrolamentos que envolvia os óculos da Misericórdia de Monção e da igreja de Mazedo dilata-se agora em motivos mais túrgidos e, ao mesmo tempo que a decoração irrompe a superfície, desaparecem

as referências às ordens clássicas que aqueles dois templos evidenciavam, isto é, os frisos dóricos e os capitéis jônicos. Essencialmente, o decorativismo aqui patenteado, que se completa com as cartelas ovadas das torres e que continua os motivos heráldicos do brasão do mecenas que patrocinou as obras da igreja (75), utiliza velhos formulários maneiristas que não tinham caído em desuso no guarnecimento de edifícios religiosos do arcebispado de Braga, revelando as cedências a um gosto comum, bastante ingênuo, e a tendência para a incorporação de elementos de animação dos alçados, o que não era mais do que uma tímida abertura aos princípios da arquitectura barroca provincial.

O princípio da valorização da mancha do portal, tão do agrado da arquitectura religiosa de Manuel Pinto de Vilalobos, retorna na composição da Capela do Bom Jesus, construída na praça de Valença (figs. 40 e 41). Pouco mais tardia, embora em 1721 não estivesse concluída, devendo ser contemporânea da obra da Coroada, a Capela do Bom Jesus "obra moderna e feita pela mão real" (76) não resolve a densa concentração de elementos na fachada, agravada aqui pela não marcação do frontão e pela acentuação do janelão central. No portal, jónico, as pilastras assentes em plintos encontram-se agora sobrepostas, numa desmultiplicação de planos que se estende à arquitrave e ao friso boleado. A sobrepujar o conjunto, foi aplicado um escudo régio com volutas laterais, em rigor, reproduzido daquele que encima um dos portais de acesso ao recinto fortificado, identificando ambos um campo

integrado onde, ao exercício da autoridade político-religiosa do arcebispo de Braga se sobrepõe a autoridade militar dos representantes militares da Coroa. Tanto pelo tratamento compositivo do portal da capela como pelo posicionamento das armas reais -com um destaque inédito na nossa arquitectura religiosa- é lógico acentuar o quanto ela deve a um protótipo oriundo da arquitectura militar. Uma vez mais, a planta não se afasta das opções tradicionais da região, apresentando nave única e capela-mor profunda, com os sistemas de cobertura a que andavam associadas, isto é, abóbada de berço e abóbada de caixotões, respectivamente.

A excepção à volumetria simples dos casos analisados instituiu-se na construção da nova igreja paroquial de Ponte da Barca (figs. 9 a 13). A atenção requerida pela necessidade de preservação do espaço fragmentado das capelas particulares, muitas delas remontando ao séc. XVI e todas assinalando estatutos de privilégio que importava manter, obrigou Manuel Pinto de Vilalobos a adossar estas capelas à nave única e a regularizar, para o interior, um conjunto que de outro modo incorreria numa certa descontinuidade. Para isso, não hesitou mesmo em rasgar uma porta lateral, num espaço desafectado, que abre para um vestíbulo, sob o qual abriu um tribuna, respeitando deste modo o ritmo imposto pela sucessão de capelas laterais. A articulação da igreja transbordou entretanto para a concepção dos alçados exteriores, com as superfícies segmentadas por pilastras e a "ondulação" da empena a reproduzir a distribuição interna do

espaço. Na fachada, enquadrada por duas torres, reaparece o portal habitual, mas desta feita o corpo central tem um tratamento ornamental acrescido, com um remate em edícula, com frontão triangular, volutas e coruchéus piramidais.

Quanto à actividade de Vilalobos em remodelações pontuais, ela fixa-se em parâmetros que não transcendem a aplicação de um programa comum, ou bem remetendo para a aplicação de um saber técnico, numa época em que o recurso à "geometria e às matemáticas para resolver problemas construtivos assumia uma importância sem precedentes", sobretudo na elaboração de programas construtivos e na estimação de custos (77), ou bem num âmbito mais actuante marcado pela figura da modernização. Regularização de alçados, rompimento de muros e alteração de volumes constituíam na prática as intervenções mais comuns, mas era pela "colagem" de "peças" autónomas em antigas estruturas, que este trabalho se tornava mais evidente. Na Sé de Braga, o procedimento aditivo de Manuel Pinto de Vilalobos revela-se na valorização da fenestração da fachada, com a já habitual gramática maneirista de frontões interrompidos, em alternância com frontões redondos e triangulares (fig. 3). Na Igreja do Convento vianês de S. Bento, orientou Manuel Pinto de Vilalobos as reformas empreendidas entre 1707 e 1713 pela Abadessa D. Ana de S. Marçal e que se estenderam à reconstrução do dormitório "que vai da Rua Nova de S. Bento até ao Rio, todo o dormitório desde as Cazas do Brazil até ao mirante e o mirante até aos peitoris das primeiras janelas o

qual não deixou acabado por dúvida que se arguiu com que se lhe impedia fazer janelas n'elle para a parte do terreiro. No ano de mil setecentos e treze levantou-se a Capella-Mor..." (78). A regularização dos espaços interiores, que não depende tanto da modernização architectónica, aliás mínima, deve-se antes ao efeito conjugado do azulejamento parietal e dos altares de talha barroca -alguns deles a esconderem arco-sólios quinhentistas-, produto da coordenação de uma equipa em que entraram mestres como Manuel Fernandes da Silva ou Manuel de Oliveira, Bartolomeu Lima, Manuel Alves da Costa, Francisco Gonçalves Valinha, Domingos Afonso Bamba, entre outros (79).

Regra geral, a linguagem architectónica de Vilalobos estrutura-se a partir de uma amálgama de vocábulos maneiristas, produzindo no entanto um discurso eclético e aleatório que se conforma muitas vezes com soluções sintáticas provinciais. O uso que Vilalobos faz de alguns elementos das ordens é disso paradigmático. O recurso ao jónico, nos portais de alguns dos templos que construiu e presente inclusive num caso de architectura civil, não guarda, no seu sistema pessoal, o valor alegórico que o "vitruvianismo" lhe atribuíra. Segundo Serlio, o tratadista de maior circulação entre nós, os templos jónicos deviam ser dedicados "àqueles santos cuja vida tenha estado entre o vigoroso e o delicado: e também aquelas santas que tenham sido de vida matronal" (80). De resto, na teoria das ordens,

a ordem jónica ocupava um lugar intermédio entre o dórico e o coríntio, não apresentando um conteúdo iconográfico muito expressivo (81). Como os templos em que Manuel Pinto de Vilalobos aplicou volutas jónicas nas pilastras dos portais -aliás em contraste com os frisos dóricos dos entablamentos- não preenchem as características apontadas, somos levados a pensar que na conformação deste sistema arquitectónico, a recorrência arbitrária de motivos que remetem para a configuração das ordens organiza-se apenas em função da sua capacidade decorativa. As volutas nos capitéis não são assim mais do que expedientes para "aligeirar" portais demasiado sólidos e enfáticos e, as métopas e triglifos, uma maneira eficaz e "clássica" de animar um friso.

3.2.2- A Arquitectura Civil

O desenho da Casa da Vedoria do Minho, na vila de Viana, foi lembrado em 1698, por ocasião da atribuição de uma tença de 30 mil réis a D. Antónia Maria de Vilalobos, e juntamente com o projecto que o Capitão engenheiro Manuel Pinto de Vilalobos dera também para os quartéis de Cavalaria e para os armazens das armas e munições desta praça, como um dos apreciáveis serviços que prestara no exercício das suas atribuições (82). A construção do edificio no último decénio do séc. XVII, começado por volta de 1689 e terminado em 1691 (83), sensivelmente a meio caminho da artéria rectilínea que fazia a ligação do velho burgo ao Convento de S. Domingos, marcou de forma indelével a arquitectura civil do porto de Viana e da sua área de influência, constituindo a cabeça-de-série de um dos dois polos que iriam caracterizar a actividade de Vilalobos neste domínio.

A frontaria da Vedoria desenvolve-se em dois pisos de três vãos e dois tramos, divididos por uma cornija muito saliente (fig. 44). Na composição do alçado existe uma certa bizarria no modo assimétrico como se articulam os dois tramos. O tramo principal, de dois vãos e exibindo o portal de acesso, destaca-se pela relação inter-actuante dos seus elementos, constituindo um corpo autónomo e organizado segundo uma forte dominância central, autonomia aliás sublinhada pelo remate lateral de pilastras almofadadas. O

tramo adjacente, de um só vão por piso, agrega-se por justaposição e pela integração de motivos decorativos, e não pela articulação das partes em torno de um eixo de simetria. É o recurso sistemático à cantaria almofadada, nas pilastras e nas molduras dos vãos, que confere uma indubitável solidariedade plástica ao conjunto, acentuando-lhe ao mesmo tempo a expressividade que o destaca dos edifícios envolventes.

A base conceptual dos vários elementos estruturantes da fachada da Casa da Vedoria de Viana, radica sem dúvida no património arquitectónico do Alto-Renascimento e do maneirismo, de uma forma absolutamente inédita no Portugal finissecular. A sobreposição vitruviana das Ordens, dórica no primeiro piso, jónica no andar nobre -que não é no entanto acompanhada por uma coerência absoluta na opção exclusiva do dórico, associado pela tradição canónica aos edifícios militares (84)- junta-se a requintada erudição do desenho das janelas superiores, de complexa genealogia formal. Estes vãos, de moldura apilastrada jónica e almofadas simplificadas, são coroados por frontão triangular, em cuja base estão sobrepostas cinco pedras em cunha (fig. 45), em que já se quis ver a transposição das aduelas de resalto das fortalezas (85).

A origem do desenho pode muito bem ser diversa e resultar de um arquétipo desenvolvido pelo arquitecto Giulio Romano, a partir de um projecto para a remodelação da sua

casa de Roma, trabalho que não se iniciou antes de 1524 (86). Ali, justamente, o arquitecto mantuano experimentou, no troço de fachada construído, a articulação de dois pisos com tratamento da cantaria em "bugnato" e sobreposição de ordens -dórica e jónica (fig. 45). No entablamento do vão superior surge de facto o motivo da "cunha", sete, neste caso pioneiro, e não cinco, como em Viana, mas só a aduela central rompe a base do frontão triangular do coroamento. Outra diferença entre as duas composições é de assinalar. As molduras concebidas por Giulio Romano compõem-se de colunas jónicas cujo fuste é segmentado por blocos cúbicos de pedra, enquanto as pilastras desenhadas por Manuel Pinto de Vilalobos não se destacam do plano do muro (fig. 46). Apostando por um lado na indefinição tipológica entre a coluna e a pilastra e tirando partido, por outro, do jogo de volumes contrastantes, Giulio Romano criou aqui um organismo que a arquitectura maneirista muito podia valorizar pela sua ambiguidade.

A "fortuna crítica" desta composição foi bastante grande, a avaliar pela sequela de Palladio no palácio Thiene, em Vicenza, construído depois de 1542 (87), e pelos esboços que nos ficaram de alguns arquitectos italianos de quinhentos. Um destes desenhos, de mão anónima, guarda-se hoje em Lisboa, no Museu Nacional de Arte Antiga (88) (fig. 47), o que pode demonstrar que era conhecido entre nós e até servir de modelo académico para os discípulos de

arquitectura! Um outro partido em que as "cunhas", reduzidas a cinco, se sobrepunham completamente à base do frontão, mais próximo do desenho da Vedoria, havia ainda sido aprofundado por Giulio Romano no palácio Stati Maccarani, em Roma, atribuível à década de vinte (89) (fig. 48).

De qualquer modo, o que é importante notar, é o peso da tradição maneirista erudita de desenho arquitectónico, que se repete por exemplo nas volutas que sustentam as sacadas e nas gárgulas da cimalha, mesmo se, a leitura da fachada, aponta para uma "expressão barroquizante pela concentração e volumes das formas" (90) ou para o despontar de uma "plasticidade barroca" (91). Com efeito, se do conjunto emanam algumas das tendências arquitectónicas que se irão afirmar nas décadas seguintes, elas são aqui meramente circunstanciais e apenas decorrem do "vício" compositivo de Vilalobos para valorizar as zonas envolventes do portal.

O sucesso da Casa da Vedoria foi de tal modo profundo que seria retomado, com variantes, em alguns outros projectos, não só em Viana mas igualmente na sua área de influência. É hoje difícil avaliar as razões de uma tão grande repercussão, mas a novidade do prospecto, a capacidade retórica de uma fachada tão rica de pormenores e a "dignidade" conferida por uma opção classicizante, não foram certamente das menores. O projecto que se seguiu, sobre o qual não abundam os testemunhos, não deve ser muito posterior ao da Casa da Vedoria. Situado no Largo de S. Domingos, a

casa que o fidalgo Antônio Lobo da Cunha fez ali erigir (fig. 49), traduz uma continuidade da ocupação de um sítio que só recentemente se instituíra como um dos pólos de desenvolvimento da vila de Viana (92). Da Casa da Vedoria repete-se o tema da janela de sacada sobrepujada de frontão com as "cunhas" características, e o uso de um tipo de almofadado liso nas pilastras e nas molduras dos vãos, se bem que se assista à introdução de uma diferença subtil no desenho do ábaco dos capitéis (fig. 50).

Mais uma vez Vilalobos definiu a frontaria pela justaposição de blocos independentes e, se observou um princípio compositivo simétrico, não subordinou as partes a um ponto dominante. É esta particularidade que aproxima as casas de Manuel Pinto Vilalobos de algumas das produções do estilo-chão, quando "aparecem (...) um maior e mais regular espaçamento dos vãos, uma redução dos números de pisos (essencialmente andar nobre e andar térreo, com separação assinalada), (e) regras de simetria na fachada, centralizada pela porta" (93). A expressão resolutamente horizontal dos exemplos da arquitectura urbana chã do séc. XVII, tem porém, no caso de Viana, um desenvolvimento diferenciado. Como observámos na Casa da Vedoria e no exemplo vertente, e como tornaremos a ver em todos os edifícios analisados, a separação horizontal dos pisos por um friso muito marcado é contrariada pelo movimento vertical que deriva da ligação formal entre os vãos térreos e os do andar nobre.

A realização que mais desenvolveu as potencialidades plásticas da composição ensaiada pelo engenheiro Vilalobos na Casa de Vedoria de Viana, foi a ampla moradia que António Felgueiras Lima, cônego prebendado da Sé de Braga, comissário do Santo Ofício e Abade reservatário de Santo Adrião de Vizela, almejou construir no ano de 1723, também no Largo do convento de S. Domingos. O edifício, que tem andado atribuído ao pedreiro bracarense Manuel Fernandes da Silva (94), podemos agora confirmar que deriva de um projecto orientado por Manuel Pinto Vilalobos. Era de qualquer modo normal que, dado o destaque do engenheiro vianês no quadro da política mecenática conduzida pelo Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, fosse ele a fornecer o risco para o palácio de uma figura eminente da côrte bracarense, palácio que serviria aliás como residência virtual do Arcebispo, durante as habituais visitas pastorais ou quando aqui viesse a banhos (95).

O alcance do empreendimento, de que o próprio cônego Felgueiras Lima tinha exacta noção, é desde logo atestado pela quantidade de instrumentos jurídicos que o suportaram. Nada menos de quatro contratos -número significativo se pensarmos que não se localizou nenhum para qualquer outro dos edifícios civis aqui considerados- foram firmados no 59 Ofício tabeliônico de Viana, de modo a garantir a boa condução dos trabalhos e a salvaguarda legal de algumas das opções tomadas. O primeiro destes documentos foi assinado a

28 de Dezembro de 1723 (doc. 14) (96). Nele, o Pe. João Alves Seixas, bastante procurador de Felgueiras Lima, contratava os pedreiros Jerónimo e Manuel de Oliveira para "fazerem humas cazas na dita villa de vianna defronte do xafariz do Eirado de S. Domingos conforme a planta e apontamentos que por mim e os ditos mestres vão assignados (...) em preço de hum conto e outocentos mil reaes" (97), montante descriminado detalhadamente. O encomendante estabelecera entretanto as premissas do projecto: segundo a sua vontade, "a ffronteira das mesmas cazas sera feita pello modo e talhe da da veedoria geral, e isto alem da mais perfeição e talhe acrescrido" (98). Estava assim confirmada a poderosa atracção que a sede militar da província do Minho exerceu para a configuração de uma imagem architectónica original na vila de Viana.

As casas, que era suposto estarem de todo acabadas em 1724, no fim do mês de Agosto, não tinham ainda arrancado em 1725, por razões impossíveis de apurar. Neste ano, a 14 de Março, António Felgueiras Lima, em pessoa, tornava a contratar os mestres pedreiros Jerónimo e Manuel de Oliveira, pela "quantia de hum conto trezentos vinte e dous mil seissentos setenta e trez Reis" (99) ajustando-se portanto um preço ligeiramente inferior ao precedente. O novo contrato, onde não figuram as extensas especificações formais que o primeiro documento continha, o que indica que se devem ter mantido no essencial as disposições já acordadas em 1724, foi assinado em casa de Domingos Brandão Marinho, oficial da

Vedoria de Viana. Das testemunhas presentes no acto, o Coronel Manuel Pinto Vilalobos foi o primeiro a assinar, logo depois do encomendante e dos mestres pedreiros (Doc. nº 15). Como explicar a presença, em lugar de tanto destaque, do coronel engenheiro Vilalobos, tanto mais que se tratava de uma obra que seguia explicitamente um projecto pioneiro de sua autoria? Porque, de facto, este contrato só podia referir-se ao fornecimento de um risco em que tivesse responsabilidade autoral.

Durante os meses de Junho e Julho de 1725, o cônego prebendado da Sé de Braga, celebrou mais dois contratos respeitantes às obras do seu palácio a S. Domingos. Em ambos, o Reverendo Francisco Lopes, de forma a satisfazer algumas dívidas e favores a Felgueiras Lima, comprometia-se a deixar o cônego fazer " da parte do nascente das suas ditas cazas por cima e sobre o seu telhado delle outorgante abrir as ginellas que lhe paresser em ordem a fazerem as sobreditas suas Cazas com mais suficciente Lus" (100).

Em relação aos exemplos precedentes, na Casa de Antônio Felgueiras Lima nota-se um notável amadurecimento projectual. A cantaria almofadada continua a marcar presença, no soco e nas pilastras que ritmam a fontaria, mas ela foi eliminada das molduras dos vãos (fig. 51). Para um conjunto substancialmente "aligeirado", que não se ressentia da excessiva concentração de elementos da fachada da Vedoria Geral, contribuem vários factores. As sacadas do andar nobre,

extirpadas de qualquer referência às Ordens, apresentam proporções mais elegantes e as "cunhas", reduzidas a três, libertaram os frontões, aplicando-se agora na verga das janelas. O eixo de simetria, pelo contrário, foi sobremaneira acentuado, pela valorização do portal de acesso, com cornija saliente, e da mancha do brasão de armas, assente num pequeno pedestal. As goteiras da cimalha e as volutas que suportam as sacadas, que reproduzem o desenho já utilizado na Vedoria, estão acompanhadas de outros motivos decorativos que animam a fachada, nomeadamente os enrolamentos que enquadram os aventais das janelas do piso térreo, variação de um tema que Manuel Pinto de Vilalobos emprega noutros contextos.

Ligeiramente anterior ao palácio de Viana, do qual antecipa algumas soluções, a Casa de Ferreira, no lugar de Faldejães, termo da vila de Ponte de Lima, completa o ciclo iniciado pela Casa da Vedoria. Flávio Gonçalves, a quem se deve a chamada de atenção para esta fábrica, atribuiu-a a Manuel Pinto de Vilalobos, pelas semelhanças que julgou entrever com as suas realizações vianesas (101). A paternidade da obra não é porém pacífica e ela propõe mesmo soluções que se apartam das pesquisas formais que marcaram a actividade arquitectónica de Vilalobos. Seja como for, a Casa de Ferreira, mostra como se processou a assimilação de motivos ornamentais introduzidos pelo engenheiro militar.

Na 2ª década de setecentos, Gaspar da Gama Araújo e Azevedo e sua mulher, D. Maria das Neves Clara Isabel Maciel

Pereira, empregaram na construção da Casa os cabedais enviados do Brasil, como dote, por Domingos Maciel de Brito. Em 1718 já ali habitavam os proprietários, mas só em 1721 se obrigaram à fábrica da capela, de invocação de Nã Srã da Estrela (102). Na frontaria de sete vãos, dividida em três corpos ritmados por pilastras toscanas gigantes (fig. 52), sobressaem mais uma vez as pedras apostas nas vergas das janelas e das portas (fig. 53), expediente de grande alcance decorativo num conjunto razoavelmente monótono. Certos detalhes não condizem com o que conhecemos da mão de Vilalobos, como os apoios das sacadas, muito estilizados, ou a não separação clara dos pisos através de um friso. O arquitecto, se não foi de facto Manuel Pinto Vilalobos, prescindiu também do coroamento dos vãos através de frontões, recorrendo ao esquema mais comum da cornija saliente. Adossada à Casa por um corpo de ligação, a Capela retoma, no tratamento das vergas, a solução das "cunhas", o que não deixa de constituir um facto inédito de apropriação de um motivo conotado com a arquitectura civil (fig. 54).

A "invenção" de Vilalobos estendeu-se à cidade de Braga, fosse pela mão do engenheiro, ou através de uma reinterpretação de pedreiro, com grande probabilidade de ter sido trazida por Manuel Fernandes da Silva. O motivo da "cunha" aparece por exemplo no casarão que serve hoje de sede ao Governo Civil (fig. 55), uma estrutura depurada em que é nítida a inspiração da arquitectura-chã ou, no palácio Cunha

Reis, de novo associado ao frontão triangular e dentro de um contexto de grande riqueza decorativa.

Paralela à via definida pela Vedoria, a intervenção de Manuel Pinto Vilalobos no âmbito da arquitectura civil traçou alternativas paralelas. A mais representativa e a mais homogénea, agrupa as casas urbanas num conjunto que se caracteriza pela limpidez do alçado principal, de dois pisos e com os vãos do andar nobre valorizados por frontões triangulares, modelo arcaizante que perdurou até bem tarde no Norte do país, corrente nas ruas de Braga, como observou Robert Smith, e no aro da cidade do Porto (103).

A fachada norte do palácio da Carreira (ou Távora), em Viana, já construída porventura no dealbar do séc. XVIII, encerra um programa que anuncia o desenvolvimento posterior: uma teoria de frontões ritmando os eixos dos vãos, embora aqui observando ainda a acentuação do eixo central pelo recurso a um frontão curvo interrompido (fig. 56). A unidade do muro não foi também atacada pelo poderoso friso de separação dos pisos, motivo que se tornará recorrente na arquitectura civil de Manuel Pinto Vilalobos, mas o hábito de tratar como uma única peça os vãos do andar térreo e do andar nobre, já está aqui presente (fig. 57). Outras particularidades deste risco remetem para as condições da sua execução. As pilastras e o friso da cornija almofadados asseguram, como vimos, a integração plástica do edifício no

quarteirão e, a capela individualizada, revela a projecção social dos encomendantes, numa opção única de toda a arquitectura vianesa de Vilalobos (fig. 57a), num partido que retoma alguns vocábulos familiares, como a edícula que aparece a coroar a fachada, de proporções semelhantes a outras localizáveis em trechos de arquitectura militar -veja-se o portal da Coroada- e religiosa -o remate da matriz de Ponte da Barca é um exemplo-, o tipo de desenho do frontão do portal ou as pequenas cartelas ovadas. Mas o que destaca em definitivo este projecto de toda a obra construída de Manuel Pinto de Vilalobos, é a articulação desta frontaria com um corpo em que o engenheiro incorporou material de origem diametralmente diversa.

A remodelação da frontaria poente do palácio da Carreira -porque procedeu-se aqui, de facto, ao alargamento e modernização de uma casa que remontava ao séc. XVI- insuflou a arquitectura de Vilalobos de uma grande liberdade criativa, onde, por uma vez, é abandonada a rigidez da fachada clássica (figs. 65 a 70). Rafael Moreira referiu já o contributo deste projecto para a introdução do tema do revivalismo na arquitectura portuguesa, antecipando em muitas dezenas de anos o surto das tentações historicistas tão em moda a partir da 2ª metade do séc. XVIII (104). De facto, a utilização sistemática de material de aproveitamento quinhentista, que o engenheiro militar foi certamente obrigado a amplificar para servir a composição de uma fachada consideravelmente

aumentada, autoriza a consideração da questão do neo-manuelino na obra de Manuel Pinto de Vilalobos. Só que, aquilo que parece o fruto de uma radicalização inédita do discurso arquitectónico de finais de seiscentos, tem, a explicá-la, uma genealogia relativamente estabelecida, tanto mais que ela aparecia, de certo modo, habilitada pela autoridade de Sebastiano Serlio. No Livro Sétimo, o tratadista bolonhês avançava um singular programa para "ristorare case vecchie" o que, além da regularização da frontaria, era conseguido, "em substância, com a transferência do portal de ingresso de uma posição excêntrica para uma posição central [e] em planta na criação do átrio no meio da casa" (105), em suma, pela observação da axialização dos alçados e da hierarquização distributiva dos espaços internos (fig. 71). Foi esse o expediente da remodelação do palácio Távora. Vilalobos procedeu ali a uma ordenação integral dos vãos da fachada poente, impondo uma simetria de ritmo tão complexo quanto rigoroso, esquivando-se porém a marcar o eixo da composição com um portal. A opção pela laterização dos acessos, segundo um hábito bem comum em alguns dos seus projectos, vai de par com a valorização do centro através da colocação da pedra de armas num espaço que quebra o ritmo natural da fenestração, esquema retomado aliás no palácio de Félix Barreto da Gama (fig. 58).

Ao contrário do que aconselhava Serlio para os traços exteriores mais evidentes das construções góticas, Vilalobos

não "classicizou" a profusa decoração manuelina. Limitou-se a subordiná-la em janelas de cornija saliente, ao gosto da época, ou a discipliná-la dentro de uma frontaria limitada por pilastras e friso almofadados.

Para além da justificação prática de reduzir custos de produção, ou de uma justificação teórica apoiada em Serlio, existe aqui um genuíno respeito por um estilo "sancionado" pela História, ou seja, pelo seu valor de monumento. A incrível actualidade desta visão pessoal é comprovada por outro episódio que Manuel Pinto Vilalobos protagonizou. Ao fazer em 1694 uma vistoria às muralhas antigas da cidade de Braga, o engenheiro observava: "não serve mais que de ornato pois se lhe não considera defesa algũa por serem as torres quadradas, e por consequencia se não poderem franquear os muros por sua altura" (Doc. nº 16) (106) . Deviam por isso ser conservadas "não só a respeito do refferido ornato, mas em ordem a proveitar [sic] a pedra quando convenha fortificar a cidade" (107). Sem dúvida, a primeira profissão de fé no valor artístico da engenharia militar!

A utilização sistemática de cantaria quinhentista no Palácio da Carreira, entende-se ainda pelo forte investimento simbólico que representava uma tal opção. Como referente histórico, o manuelino identificava-se com um período de fortalecimento comercial do porto de Viana, de que restavam aliás importantes vestígios materiais. Evocava também uma época de privilégios fidalgos bem consolidados, e é por isso

que surge aliado a um remate de merlões chanfrados, tema importado da arquitectura militar, mas que é, no sécs. XVII e XVIII, regularmente glosado nos arranjos de inúmeras casas e quintas da região, numa apropriação em que as potencialidades decorativas do merlão se sobrepõem cada vez mais à sua projecção simbólica. Enfim, a recuperação da gramática manuelina em casos pontuais, fez-se dentro das linhas de um atracção corrente por uma certa plasticidade goticizante, aquela plasticidade que emerge nas abóbadas nervuradas de talha dourada, no tratamento naturalista de alguns conjuntos escultóricos (108) ou, em programas mais ambiciosos, no agenciamento da capela da Casa de Vila Nova de Cerveira, na igreja conventual de Stº António dos Capuchos de Ponte de Lima e na capela da Casa de Bertandos, na matriz da mesma vila.

A fixação de uma tipologia de fachadas não deixa margem para dúvidas quanto à fixação de um gosto em padrões tradicionais, a que o arquitecto tentou corresponder sem alterar significativamente as linhas gerais dos edifícios. Três casos paralelos são disso exemplo: o palácio que o Governador de Monção, Félix Barreto da Gama, fez construir em Viana, (fig. 58) (109), a Casa do Mirante (fig. 59) (110) e o palácio de Gonçalo de Barros (fig. 60) (111). O que aproxima justamente estes três edifícios é o recurso à teoria de frontões triangulares, o que os individualiza é a diversidade de soluções de distribuição dos vãos na fachada, nunca porém

contrariando a "regra" local de os ligar num mesmo organismo de lançamento vertical. Enfim, a inexistência de dominância central é outro "leit-motiv" a destacar, o que não impede no entanto a marcação de um ritmo a partir de um eixo que divide os edifícios a meio, simetria que a casa do Dr. Gonçalo de Barros contraria. O palácio urbano do médico vianense, ergueu-se em apenas três anos, desde a abertura dos alicerces em 1697 até ao remate, ocorrido durante os primeiros meses de 1700. No projecto que Manuel Pinto de Vilalobos forneceu, o portal principal está deslocado do centro, sem correspondente simétrico no tramo oposto, o que resulta num desequilíbrio de articulação entre as partes (112).

Pelas suas dimensões, o palácio que o abade João Bezerra de Abreu, em 1705, se abalançou a construir no Campo da Penha, e que Luís Gomes de Abreu, seu sobrinho, continuou, aplicando na obra a soma de 16.000 cruzados (113), merece tratamento à parte. O plano, que pode ter sido inspirado por Vilalobos, divide a frontaria em onze vãos repartidos por cinco tramos (fig. 61). Duplas pilastras ampliam o efeito poderoso de um alçado que não se limita ao uso exclusivo dos frontões triangulares. De facto, a utilização alternativa de frontões contracurvados nos vãos do piso térreo, enriquecidos pelos enrolamentos espiralados dos aventais, introduz uma animação espacial que pode ser entendida no quadro de uma solução também ela bem localizável regionalmente, visível em casas nobres de Braga, Caminha e Monção (fig. 62).

A fortuna das fachadas classicizantes desenvolvidas por Manuel Pinto de Vilalobos depressa ultrapassou os limites da vila de Viana. Elas aparecem em Monção, no edifício do Hospital(?) (fig. 62a), adossado à igreja da Misericórdia à imagem das casas nobres de Viana, elas chegaram a Ponte da Barca, onde, na vizinha povoação de Nogueira informaram o programa arquitectónico da Casa da Agrela (figs. 63 e 64), e atingiram por fim uma monumentalidade sem precedentes na Casa dos Condes de Aurora, em Ponte de Lima, que tem andado atribuída, não sem fundamentos, à arte de Vilalobos (fig. 65) (114).

Não existem provas seguras da intervenção de Manuel de Pinto de Vilalobos em qualquer um dos solares rurais que passaram a partir do séc. XVII a caracterizar fortemente a paisagem limiana. No entanto, um aspecto particular das novas construções, parece derivar por via directa de uma obra cujo desenho é seguramente da sua autoria. Referimo-nos, em concreto, à utilização de um modelo específico de portal, autonomizado do edifício principal e com caracteres distintivos que o aproximam de algumas realizações da arquitectura militar.

Como havia sido codificado pela tratadística, o portal assumia-se como metáfora de qualidades bélicas, lugar que resumia expressivamente um universo de significados ligados à arte da guerra. Por isso, desde o uso exclusivo do dórico até

ao efeito retórico de uma composição maciça, tudo devia contribuir para representar "austeridade & horror, significando assim ser a Praça invencível, & formidável a seus inimigos" (115).

Dos portais desenhados por Manuel Pinto de Vilalobos, o que dá acesso ao recinto da Coroada, na praça de Valença, foi o que alcançou maior projecção: dois pares de pilastras geminadas, poderosamente rusticadas, sustentam na zona superior um frontão interrompido contracurvado, com uma tabela também coroada de frontão, onde estão insculpidas as armas régias (fig. 72). A origem desta tipologia, que não é de todo estranha a algumas realizações arquitectónicas meridionais (116), pode no entanto assacar-se à influência do magistério de Miguel de Lescole. A cultura arquitectónica francesa coeva, largamente apoiada na obra de Serlio e Vignola, desenvolvera um classicismo original, em que se podem localizar protótipos deste género de portal maneirista (117).

Com algumas variantes, é aquele o esquema seguido nos portais da Casa da Lage, em S. Pedro dos Arcos e do Paço de Vitorino, em Vitorino das Donas, ambos situados no concelho de Ponte de Lima.

A construção do portal da Casa da Lage (figs. 73 e 74) resultou provavelmente de uma encomenda de Manuel de Sousa Machado de Menezes "que sucedeu na Casa por morte de seu pai Jerónimo de Sousa Machado (f. 1685) e de sua mãe D. Joana de

Távora (f. 1699). Jerónimo de Sousa Machado edificou a Capela em 1674. No formal do morgado António Diogo de Sousa Machado, apontam-se várias verbas referentes a benfeitorias feitas por seu pai, o citado Manuel de Sousa Machado de Menezes" (118), a quem por isso não custa atribuir a inspiração da iniciativa.

Do portal da Coroadá ao portal da Casa da Lage há uma tal identidade de soluções compositivas, que se torna nítido o propósito da reprodução formal, uma reprodução aliás que parece ser claramente assumida, pesem embora algumas alterações de pormenor: uma mesma tipologia geral, onde se substituíram as pilastras por colunas embebidas, a reincidência no recurso ao rusticado, e a zona superior marcada pelo frontão contracurvado com uma tabela armoriada. O entablamento foi porém resolvido de forma diversa, assumindo-se a unidade orgânica dos seus elementos constituintes, que aparecia quebrada no portal da Coroadá pela descontinuidade introduzida no desenho da arquitrave. Lateralmente ao portal desenvolvem-se dois panos de muro, integrados no motivo arquitectónico central pela continuação do entablamento, enquadrados nos extremos por duas pilastras almofadadas, em tudo idênticas às que víramos aparecer em alguns edifícios de Viana.

O portal do Paço de Vitorino (fig. 75) afigura-se de análise mais complexa, não tanto pelo estabelecimento da sua família formal, que é rigorosamente a mesma das peças

anteriores, mas antes pelo desconhecimento das etapas da sua construção. (119). Se existiram remodelações tardias -quando se ergueu a capela, animada por um frontão invertido, e se acrescentaram os pináculos do portal- o grosso da obra pode ser de finais do séc. XVII. O portal, onde Carlos de Azevedo não deixou de reconhecer o "tipo maneirista" (120), é naturalmente contemporâneo do Paço, e não deve ser posterior ao 2º decénio do séc. XVIII, se não resultar mesmo de obras algo anteriores. A composição retoma a do portal da Coroada, com pilastras únicas almofadadas e frontão contracurvado -em lugar da tabela existe hoje uma pedra-de-armas "rocaille". O partido seguido no entablamento segue de perto o do portal da Casa da Lage, com definição clara da arquitrave, friso e cornija.

No próprio edifício do Paço afloram traços curiosos: as superfícies das molduras dos vãos e dos arcos da "loggia" do corpo central, desenvolvem uma decoração em apainelado que recorda o singular almofadado das construções vianesas de Manuel Pinto de Vilalobos; o friso cimeiro, que apresenta uma ornamentação de losangos e rectângulos alternados, revisita um formulário de clara tradição maneirista.

Dois outros casos podem ainda ser chamados à colação. Nos portais da Quinta da Boa Viagem, na Areosa (Viana do Castelo) (fig. 76), e da Quinta da Boavista, em Refoios (Ponte de Lima), aparecem características que os aproximam dos casos anteriores, sobretudo no uso de colunas embebidas,

e aparelho idêntico. Mesmo se posteriores -pelo que o corcamento indica- nada mais eloquente do efeito expansivo de um motivo colhido em exemplos pioneiros da arquitectura militar.

*

*

*

NOTAS

(1)- Bertrand Gille, Les Ingénieurs de la Renaissance, Paris, 1967.

(2)- Idem.

(3)- A inspiração directa nas fontes tratadísticas italianas foi decisiva. Francesco di Giorgio Martini influenciou os desenhos de Francisco de Arruda para a Torre de Belém (Rafael Moreira, "Arquitectura" in Catálogo da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, Museu Nacional de Arte Antiga, vol 1, pág. 320). A Leonardo da Vinci devem-se os protótipos do Castelo Roqueiro de Vila Viçosa e do Paço de Évoramonte (Rafael Moreira e Jean Guillaume, "La première description de Chambord", in Revue de l'Art, Paris, 1988; Paulo Pereira, Evoramonte: A Fortaleza, Monografia/Catálogo da Exposição Fotográfica, Lisboa, 1989. O Leonis Baptiste Alberti De re aedificatoria teve ainda uma tradução portuguesa que não chegou a ser publicada (Dora Wiebenson [org.], Los Tratados de Arquitectura, Madrid, 1988, pag. 48).

(4)- Além das tentativas de trazer engenheiros para intervenções específicas no domínio de trabalhos hidráulicos, apenas conhecemos um caso em que técnicos dos Países Baixos

estiveram de facto em evidência: trata-se da montagem, em 1723, de um moinho de vento para serrar madeira no Pinhal de Leiria (B.G.U.C., Cod. 107, fl. 64).

(5)- A mudança do curso do rio foi autorizada por D. João III a pedido do infante D. Luís e nela trabalharam entre vinte e trinta mil homens. João José Alves Dias, "Uma Grande Obra de Engenharia em Meados de Quinhentos/A mudança do curso do rio Tejo" in Nova História, nº 1, Maio, 1984, pp. 66-82.

(6)- Sobre este manuscrito publicou recentemente Rafael Moreira uma análise sucinta (Portugal et Flandre, Catálogo Européia 91, Bruxelas, 1991, pp. 226-227).

(7)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 43A, Consulta de 7 de Julho de 1684.

A autorização foi exarada em 22 de Agosto de 1684 (A.N.T.T., C.G., Lº 39 de Registo de Patentes. Alvarás, Cartas e Ordens, fl. 198 vº.).

(8)- A.N.T.T., Conselho de Guerra, Livro de Registo... nº40, fl. 50.

(9)- Vd. nota (44).

(10)- Cit. em Cristovão Aires, op. cit., vol. XIV. pp. 343-5.

(11)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 30, Consulta de 23 de Dezembro de 1670.

(12)- Sobre João Alvares do Rego cf. cap. 1.

(13)- A.N.T.T., Lº 11 de Mercês de D. Pedro II, fl. 359.

(14)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 67B, Consulta de 12 de Outubro de 1708.

(15)- A.D.V.C., Notas de Tabelião, 5º Ofício (4.33.1.15), fls. 102 e 102vº.

(16)- A.N.T.T., Chancelaria de D.João V, Lº 31 fl. 257 vº.

(17)- Do compromisso tomado em 1704 e exarado em 1705 no Livro 8º do Registo Geral da câmara de Viana, foi feita uma certidão em 1795 (Museu dos Biscaínhos, Fundo Delfina Gomes, nº 9595). Cf. Manuel Artur Norton, "Sobre o Porto de Viana da Foz do Lima" in Centro de Estudos Regionais-Boletim Cultural, nº 4, 1987, pp. 90-102.

(18)- A.D.V.C., Notas de Tabelião, 5 Ofício (4.33.1.17), fls. 17 e 17 vº.

(19)- Não se conseguiu apurar a localização exacta do

Cais do Rapello (A.D.V.C., Notas de Tabelaço, 5º Ofício, 4.33.1.20, fls. 358 vº e 359).

(20)- João Bautista de Castro, Mappa de Portugal Antigo e Moderno, Lisboa, 1762, Tomo Primeiro, pág. 30.

(21)- Decreto conservado na Biblioteca Nacional de Paris e publicado em Humberto Baquero Moreno, "A navegabilidade do Rio Douro nos sécs. XVI e XVII" in Actas do 1º Congresso Internacional Sobre o Rio Douro, Vila Nova de Gaia, 1987, pp. 177-193.

(22)- Idem.

(23)- A alegação do ajudante António Bernardes de que foi ao Douro em 1691 "atirar os pontos do Rio para poderem navegar os barcos" (cf. nota [12]), liga-se à deslocação que Manuel Pinto de Vilalobos ali fez em 1686 para "ver os Penedos e pontos prigosos que ali empedem a navegação" e a uma outra, quando ali "deixou aseedindo (...) a Antonio Bernardes (a quem por ordem de S. Magestade ensina a engenheiro) dandolhe os documentos bastantes a continuar na obra" (A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 51B, Consulta de 11 de Dezembro de 1692)

(24)- Adolfo Loureiro, Os portos marítimos, Lisboa, s.d., pp. 241-242.

(25)- A.N.T.T., C.G., Livro de Registo de Patentes, Alvarás, Cartas e Ordens nº 43, fl. 102.

(26)- B.N.A., 50-V-32, fls., 312 e 312 vº.

(27)- Idem, fls. 313 e 313vº.

(28)- Idem, fls. 306 a 307.

(29)- Idem, fls. 308 e 308vº.

(30)- B.N.A., Docs. Avulsos, 54-VI-53, nº 236.

(31)- B.N.A., 50-V-32, fls. 307vº e cont. a fl. 314.

(32)- A.N.T.T., Livro 7 de Mercês de D. João V, fl. 359.

(33)- B.G.U.C., Cod. 107, fl. 14.

(34)- Horácio Marçal, "A barra do Douro-Ameaço constante para a navegação" in O Tripeiro, nº 9, Ano X, Setembro de 1970, pp. 265-271.

(35)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 56, Consulta de 14 de Outubro de 1697.

(36)- Antonio Matos Reis, "Miguel de Lescot, Engenheiro

e Arquitecto", Sep. de Estudos Regionais V, s.d., pp. 53-59.

(37)- Adélia Maria Caldas Carreira, Leiria, Cidade Episcopal. O urbanismo leiriense do séc. XVI ao séc. XVIII, Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à F.C.S.H. da U.N.L., Lisboa, 1989, ex. policopiado.

(38)- Sobre este "amador" de arquitectura vd. o Capítulo II.

(39)- Todos os dados referentes à construção do Aqueduto e aqui citados constam de Eugénio de Andrea da Cunha e Freitas, "O Aqueduto de Santa Clara de Vila do Conde", Sep. nº 2 de Vila do Conde, Barcelos, s.d.

(40)- Para um desenvolvimento "histórico" destes pontos de vista vd. Antoine Picon, Architectes et Ingénieurs au Siècle des Lumières, Marselha, Parenthèses, 1988. Um ensaio filosófico propõe uma visão convergente -Paul Virilio, Vitesse et Politique, Paris, Éditions Galilée, 1977.

(41)- Se é correcta a nossa suposição de que este volume traduzido do francês se refere a um instrumento topográfico, o original pode bem ser o Traité de l'Usage du Pantomètre, publicado em 1675 por Pierre Bullet e de grande expansão em toda a Europa.

(42)- Este exemplar manuscrito do Calendario/ e/ Lunario prepetuo do Anno de 1724 em diente Em o qual por meyo de petipe e compasso se alcanção as festas mudáveis os dias de lua e as festas dos Santos/Disposto/ e ordenado pello Coronel Engenheyro e da Artelbaria da Pro=/vincia de Entre Douro e Minho por S. Magestade/ Manuel Pinto de Vilalobos/ Anno de/ 1724, provém do Mosteiro de S. Teotónio de Viana do Castelo, de onde passou para a livraria do Mosteiro de S. Vicente de Fora. Encontra-se hoje na B.N.L., Secção de Reservados, cota: Cod. 4076.

(43)- Antonio Machado Villasboas, Catalogo dos varões illustres em santidade, letras e armas de Viana do Lima, 1722 (B.N.L., Res., Ms. 254 nº 12, fl. 15). Segundo Villasboas compôs ainda uma obra a que deu o título de Manual da 3ª ordem de S. Domingos (1716).

(44)- Carente de um aparelho metodológico actualizado, a obra de Manuel António Fernandes Moreira, Os Mercadores de Viana e o Comércio do Açúcar Brasileiro no Século XVII, Viana do Castelo, 1990, fornece todavia dados de indiscutível valor sobre a Viana seiscentista.

Para uma abordagem que considere a globalidade da conjuntura económica seiscentista veja-se, por todos, a obra fundamental de Frédéric Mauro, Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVIIème. siècle, Paris, 1983.

(45)- Manuel António Fernandes Moreira, *idem*, pág. 55 e segs.

(46)- Virgínia Rau, "Fortunas ultramarinas e a nobreza portuguesa do séc. XVII", Sep. da Revista Portuguesa de História, Tomo VIII, Coimbra, 1961, pág. 11.

(47)- António Manuel Fernandes Moreira, *op. cit.*, pág. 105.

(48)- Cit. in Orlando Ribeiro, "Milho" in Dicionário de História de Portugal (dir. Joel Serrão), vol. III, Lisboa, s.d., pp. 58-64.

(49)- Esta relação está claramente posta numa excelente obra de síntese sobre Andrea Palladio. V. James Ackerman, Palladio, 1987, Madrid, pág. 67 e segs.

(50)- A.N.T.T., C.G., Consultas, Maço 63A, Consulta de 8 de Maio de 1704

(51)- Salvo dois documentos inéditos devidamente assinalados, a documentação relativa à construção da nova Misericórdia está publicada em José Rosa de Araújo, A Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, 2ª edição, Viana do Castelo, s.d., pág. 9.

(52)- Idem, pág. 17.

(53)- Idem pp. 10 e 11.

(54)- Idem pp. 15 e 16.

(55)- A nova Misericórdia abrange, além do espaço ocupado pela igreja velha, a área referente à antiga casa do Madriz (Idem, pág. 15).

(56)- Idem, pág. 38 e segs.

(57)- Sobre o eng. Silva Pais existem alguma informações coligidas em Sousa Viterbo, op. cit., vol. III, pp. 41-43.

(58)- A importância da decoração azulejar já foi devidamente sublinhada por José Meco, para quem "le revêtement integral de l'église de la Misericordia de Viana

do Castelo, réalisé entre 1719 et 1721, est une des créations les plus monumentales et célèbres de l'art baroque portugais. Il révèle la pleine maturité de l'artiste et confirme tous ses talents tant de décorateur que de peinture, associant de vastes scènes figuratives à une atmosphère d'expression sculpturale élaborée et décorée de manière complexe de la meilleure tradition, acquise dans l'atelier d'Antonio de Oliveira Bernardes". Vd. José Meco, "Le «cycle des maîtres» baroques" in Azulejos, Catálogo Europaia 91, Bruxelles, 1991, pp. 41-48.

(59)- José Rosa de Araújo, op. cit. pág. 44 e segs.

(60)- Um excelente ensaio, recentemente publicado, propõe uma leitura estimulante da pintura de "brutesco". Vd. Nicole Dacos e Vitor Serrão, "Des grotesques à la peinture de «brutesques»", in Portugal et Flandres, Catálogo Europaia 91, Bruxelles, 1991, pp. 41-55.

(61)- José Rosa de Araújo, op. cit., pág. 55.

(62)- A.D.V.C., Notas de Tabelaão, 5º Ofício, 4.33.1.22., fl. 75 vº.

(63)- José Rosa de Araújo, op. cit., pág. 57.

(64)- Foi Luis Figueiredo da Guerra quem atribuiu o

risco da igreja da Misericórdia de Monção, bem como o das igrejas paroquiais de Pias e Mazedo, ao engenheiro Manuel Pinto Vilalobos. Cf. Luís Figueiredo da Guerra, "Palácios de Viana" in Aurora do Lima, 23 de Janeiro de 1923. Vd. também Joaquim Jaime Ferreira Alves, "Manuel II Pinto Vilalobos", in Dicionário da Arte Barroca em Portugal, Lisboa, 1989, pág. 530.

(65)- A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso VI, Livro 22, fls. 333 e 333vº.

(66)- Idem.

(67)- Idem, Livro 37, fl. 310vº.

(68)- A.N.T.T., Chancelaria de D. Pedro II, Livro 62, fl. 228vº.

(69)- Sobre o templo românico-gótico vd. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Arquitectura Românica de Entre Douro-e-Minho, tese de Doutoramento em História da Arte apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ex. policopiado, Porto, 1978, vol. II, pág. 236.

(70)- Embora seja a data que figura na lápide da urna de Deuladeu, é bem provável que as obras se estendessem para além de 1679. António Carvalho da Costa, por volta de 1706,

escrevia sobre a Capela do Sacramento: "agora a reedificou Francisco da Cunha da Silva, Governador da Praça..." (António Carvalho da Costa, Corografia Portuguesa, 2ª ed., Tomo I, Lisboa, 1868, pág. 188.

Cf. também José Garção Gomes, Monção e Seu Alfoz na Heráldica Nacional, Barcelos, 1969.

(71)- A.D.V.C., Notas de Tabelião (Cartório de Monção), LQ 32, 5.1.5.17, fls. 173 e 173vº.

(72)- Vd. nota (21).

(73)- Deste primeiro documento apenas se conhecem os dados referidos pelo Alvará passado em 1710. A.N.T.T., Chancelaria de D. João V, Livro 31, fl. 344vº.

(74)- A.N.T.T., *idem*.

(75)- Segundo José Garção Gomes (op. cit., pág. 217) trata-se do escudo de Gonçalo Afonso Pereira de Melo Sotomaior.

(76)- B.N.L. (Res.), Cod. 8750, fl. 142vº

(77)- Alberto Pérez-Gómez, Architecture and the Crisis of Modern Science, Cambridge, 1988, pág. 223 (tradução nossa).

(78)- Manuel Vale, "O Extinto Convento de S. Bento da Vila de Viana -Algumas Notas para a História", in Centro de Estudos Regionais-Boletim Cultural, nº 3, Viana do Castelo, 1986, pág. 41.

(79)- Idem.

(80)- Cit. in Erik Forssman, Dórico, Jónico e Coríntio na Arquitectura dos Séculos XVI-XVIII, Lisboa, 1990, pág. 68.

(81)- Idem.

(82)- A.N.T.T., Mercês de D. Pedro II, Livro 11, fl. 359.

(83)- Vd. Maria Augusta d'Alpuim e Maria Emília de Vasconcelos, Casas de Viana Antiga, Viana do Castelo, 1983, pp. 96-98.

(84)- Além da obra de Forssman citada, veja-se, sobre este assunto Luciana Profumo, El ornamento icónico y la arquitectura, Madrid, 1985, pág. 63 e segs.

(85)- Cruz Cerqueira, "O barroco vianense" in O Primeiro de Janeiro, 28 de Outubro de 1953. Cit. in Paulo Varela Gomes e João Vieira Caldas, Viana do Castelo, Lisboa, 1990, pág. 71.

(86)- A arquitectura de Giulio Romano foi objecto recente de uma reflexão global, contida em AA VV, Giulio Romano, Milão, 1989. Sobre os problemas levantados pela sua casa de Roma ver a contribuição de C. Frommel, op. cit., pp. 296 e 297.

(87)- James Ackerman, op. cit., pp. 100 e segs.

(88)- M.N.A.A., nº inv. 1709-A.

(89)- AA VV, idem, pp. 294 e 295.

(90)- Paulo Varela Gomes, op. cit., pág. 71.

(91)- Rafael Moreira, "Do rigor teórico à urgência prática", in História da Arte em Portugal, vol. 8, Lisboa, pág. 85.

(92)- Maria Augusta d'Alpuim, op. cit., pp. 209 e 210.

(93)- José Eduardo Horta Correia "A arquitectura -maneirismo e «estilo-chão»" in História da Arte em Portugal, vol. 7, Lisboa, 1986, pág. 134.

(94)- O facto aparece citado em Paulo Varela Gomes, op. cit., pág. 71. De facto havíamos também já sido anteriormente informados pelo Dr. António Matos Reis, cuja obra

historiográfica sobre a região é vasta e incontornável, da atribuição que fazia do projecto da Casa Felgueiras Lima ao pedreiro bracarense Manuel Fernandes da Silva. Os resultados das nossas pesquisas não confirmaram a hipótese do Dr. António Matos Reis, aparecendo pelo contrário, quase evidente, a intervenção do engenheiro Manuel Pinto de Vilalobos (vd. notas seguintes).

(95)- Segundo Maria Augusta d'Alpuim, op. cit., pág. 99.

António Felgueiras Lima, que era também Vedor da Casa e Fazenda de D. Rodrigo de Moura Teles, teve decerto um papel importante na dinamização do mecenato local. Das obras que patrocinou, está documentada a encomenda feita ao pintor Manuel Cardoso para dourar o retábulo da capela-mor da Matriz de Viana, ajustado a 25 de Dezembro de 1721 pelo preço de quatrocentos e cinquenta mil reis (A.D.V.C., Notas de Tabelião, 5º Ofício, 4.33.1.22., Fls. 81vº e 82).

(96)- A.D.V.C., Notas de Tabelião, 5º Ofício, 4.33.1.23., fls. 68 a 69vº.

(97)- Idem.

(98)- Idem.

(99)- A.D.V.C., Notas de Tabelião, 5º Ofício, 4.33.1.24., Fls. 17 a 18.

(100)- A.D.V.C., Notas de Tabelião, 5º Ofício, 4.33.1.24., Fls. 207 e 207vº.

Sobre a mesma autorização havia já sido lavrado um comprometimento formal do Reverendo Lopes da Silva, a 27 de Junho (idem, fls. 125vº a 126vº).

(101)- Flávio Gonçalves, op. cit., pág. 265.

(102)- Estes dados foram amavelmente cedidos pelo Sr. Engº. João Gomes d'Abreu, a quem devemos aliás muitos outros informes, devidamente assinalados. O Sr. Engº. João Gomes d'Abreu prepara uma obra monumental sobre as casas da Ribeira Lima, de onde foram respigados estes factos.

(103)- Robert Smith, "A Sacristia do Tesouro da Sé Primacial" in Bracara Augusta, vol XXIV, Fasc. 57-58 (69-70), Janeiro-Dezembro de 1970, pág. 10.

(104)- Raimundo Moreira, op. cit, pág. 85.

(105)- Renato Cevese, "La «riformatione» delle case vecchie secondo Sebastiano Serlio" in Sebastiano Serlio, Milano, 1989, pág. 199 (tradução nossa).

(106)- Os problemas levantados por esta victória são intrincados. De facto ela está assinada pelo Governador das Armas da Provincia do Minho, D. João de Sousa (A.N.T.T.,

Conselho de Guerra, Consultas, Consulta de 10 de Maio de 1694). Desde a primeira leitura mantivemos a convicção de que tal asserção devia ter sido inspirada por Manuel Pinto de Vilalobos, o que tivemos posteriormente ensejo de confirmar. Em 1714, os padres da Companhia de Jesus da cidade de Braga pediam autorização para derrubarem um lanço da muralha. Escoravam-se, na sua súplica, num caso idêntico em que "Manuel Pinto Villalobos ja representara no anno de 694 em outra informação que se lhe pedira em outro diverso requerimento, que no tempo prezente [a muralha] não hera de deffença algũa", o que, note-se, corresponde à redacção do relatório de D. João de Sousa. Era este de resto o procedimento habitual nestas situações, em que se faziam sucessivos "resumos" das memórias dos engenheiros, mantendo exactamente os termos por eles empregues. (A.N.T.T., Conselho de Guerra, Consultas, Maço 73, Consulta de 10 de Fevereiro de 1714).

(107)- Idem.

(108)- Robert Smith observou como o naturalismo da Arvore de Jessé da matriz de Caminha a aproximava de modelos quinhentistas (R. Smith, A Talha em Portugal, Lisboa, 1963, pag. 78). Sobre este retábulo escreveu o Pe. Gonçalo da Rocha de Moraes uma preciosíssima nota (B.N.L., [kes], Mss. 5, n.º 3, fls. 8 e 8vº, Memórias Paroquiais do Pe. Luís Cardoso para a composição do Dicionário Geografico-Caminha, elementos

coligidos pelo Pe. Gonçalo da Rocha de Moraes].

"No anno de 704 se fez o retavlo que tem com a Arvore de Jesse e Nossa Senhora no Alto da Arvore, face ao pe da Arvore e pellos Ramos em cogulhos 12 Reys: feito o rascunho pelo inginheiro Manuel Pinto Villa Lobos morador em Vianna (...), necessita de huas grades (...) (e) (...) querendo Vossa Magestade mande ao inginheiro Manuel Pinto venha ver a obra que quero para que assim ordene o que for preciso".

(109)- Maria Augusta d'Alpuim, op. cit., pp. 166-168.

(110)- Idem, pp. 252-254.

(111)- Luís Figueiredo da Guerra, "Palácios de Viana" in A Aurora do Lima de 21 de Dezembro de 1923, 69º ano, nº 2.

(112)- O tramo poente é, na nossa opinião, um acrescento muito recente.

(113)- Maria Augusta d'Alpuim, pág. 177 e segs.

Em 1711, o mestre pedreiro Feliciano Alvares do Rego comprometia-se com Luís Gomes de Abreu a fazer alguns aumentos na sua morada, empreitada cujo preço não ultrapassou os trezentos e trinta mil reais (A.D.V.C., Notas de Tabelião, 62 Offício, 4.33.1.16., Fls. 124 e 124vº).

(114)- Antônio Lambert Pereira da Silva, Nobres Casas de

Portugal, Porto, s.d., vol. 11, pág. 99.

(115)- Luis Serrão Pimentel, op. cit., pág. 147.

(116)- Para uma introdução à multiplicidade tipológica dos portais de Lisboa, veja-se Leonor Ferrão, "Um motivo arquitectónico emblemático" in 1 Congresso Internacional do Barroco/ Actas, 11 volume, Porto, 1991, pp. 593-619.

(117)- Sobre a primazia das obras de Serlio e Vignola na teoria arquitectónica francesa vd. Jean-Marie Pérouse de Montclos, "Palladio et la Théorie Classique dans l'Architecture Française du XVIIème. siècle", in Bollettino del Centro di Studi di Architettura Andrea Palladio, XII, Vicenza, 1970, pp. 97-105.

Segundo uma gravura reproduzida na obra de Jean-Jacques Gloton, Renaissance et Baroque à Aix-En-Provence, Rome, 1979, a Porta da Cavalaria de Aix, datada de 1588, era um dos portais que se aproximava tipologicamente do da Coroada, "segundo o exemplo dos modelos fornecidos pelo Maneirismo: uma solução que une num arranjo rústico, a virilidade necessária da arquitectura militar e a beleza do desenho que exige uma cidade grande e célebre" (vol. 1, pág. 131). A tradução é nossa.

(118)- Também esta informação é devida ao Sr. Engº João Gomes d'Abreu, cujas palavras reproduzimos.

(119)- Carlos de Azevedo, Solares Portugueses, Lisboa,
1969, pág. 181.

(120)- Idem, pág. 182.

CONCLUSÃO

Cruzam-se, na obra de Manuel Pinto de Vilalobos, as várias tendências que informaram o discurso arquitectónico português de finais de seiscentos.

Por via da preparação pedagógica da Aula de Fortificação da Ribeira das Naus, e dos conteúdos técnicos e doutrinários que marcavam ali o acesso à disciplina da engenharia militar, desenvolveu Vilalobos a capacidade de intervenção prática que caracterizou toda a sua carreira, fortalecendo ao mesmo tempo a base teórica dos seus conhecimentos. De qualquer modo, a convivência com Miguel de Lescole -que mantinha no Minho uma actividade marginal de apoio à especialização de mão-de-obra ligada à arquitectura militar- proporcionara já uma abordagem preliminar às questões que envolviam a construção do sistema defensivo do Noroeste. Iniciação pragmática, portanto, mas que não passava sem uma problematização teórica sistematizada, agora vista a nova luz através dos fragmentos do Tratado perdido do engenheiro francês.

A herança "institucional" da Aula de Lisboa e à convivência com Lescole, juntam-se, para justificar a origem do repertório formal de Manuel Pinto de Vilalobos, os valores cruzados dos patrimónios arquitectónicos do maneirismo e do estilo-chão, interpretados e utilizados muitas vezes a partir de um entendimento especificamente provincial, que a

circulação de artífices dentro de um espaço limitado cimentou.

O peso da tradição vernácula do estilo-cão não foi, no caso vertente, determinante. Ela aflora, é certo, em alguns casos precisos, mas não esgota, longe disso, uma situação mais directamente devedora de um classicismo serôdio, ora bebido em Serlio, ora assimilado através dos ensinamentos de Lescole. Precedendo a explosão plástica contida nas obras de Nasoni e de André Soares, contemporânea do estaleiro de Mafra, a arquitectura de Vilalobos, derradeira floração de um maneirismo tardio, não deixa de ser contaminada por um ligeiro sopro barroquizante, seja pela animação conferida a pormenores marginais, seja pela concentração compositiva de algumas das fachadas que projectou.

A situação que se desenha então, é a de uma "bolsa" autónoma, com caracteres próprios, que se identifica com um espaço político-administrativo preciso, a arquidiocese de Braga, alimentada em grande parte pela riqueza gerada a partir da actividade económica do porto de Viana e encorajada pelo volume de encomendas edíficas de quatro arcebispos.

Numa época que não realizou a centralização completa própria do Estado Moderno, em que se afirmam ainda descontinuidades administrativas e focos de poder paralelos, Manuel Pinto de Vilalobos tentou operar a síntese entre os interesses logísticos e estratégicos da Coroa e as pretensões mecenáticas do Arcebispado de Braga. É justamente este o

conflito que perpassa por vezes na sua obra: um discurso ancorado na formação académica garantida em Lisboa, face aos compromissos necessários com o gosto corrente na Província do Minho, tudo resolvido porém num sistema que nunca deixa de contemplar a incorporação de um forte contributo pessoal.

FONTES

Manuscritos

ASCENÇÃO, Frei Manuel da, Continuação do Cathálogo dos Arcebispos de Braga, B.N.L. (Res.), Cod. 1581.

Entrada que fizeram os Vianezes ao Arcebispo de Braga D. João de Souza, B.N.L. (Res.), Cod. 682.

D. Luís de Sousa, B.N.L. (Res.), Cod. 613.

D. Luís de Sousa / Cartas de Roma, A.N.T.T., Manuscritos da Livraria, nº 1630.

GOMES, João Baptista Vieira, Memórias de Braga, 1834, A.D.B.

Memórias da Congregação do Oratório da Cidade de Braga, A.N.T.T., Manuscritos da Livraria, nº 430.

THELIM, Manuel José da Silva, Diário Bracarense, 1764, A.D.B.

VILASBOAS, Antonio Machado, Catálogo dos varões illustres em santidade, letras e armas de Viana do Lima, 1722, B.N.L. (Res.), Ms. 254 nº 12.

Relação e Descrição da Cidade de Braga.

B.N.L. (Res.), Cod. 11226.

Impressos

ARANHA, Maciel, Epítome da viade virtudes do
Excelentissimo Senhor D. Rodrigo de Moura Telles,
Arcebispo de Braga, Lisboa, 1743.

FARIA, António de Mariz, Peregrino Curiozo da Vida,
Morte, Trasladação & Milagres do Gloriosíssimo Senhor S.
João Marcos, Lisboa, 1721.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, Uma Relação do Reino de
Portugal em 1684, Coimbra, 1960.

SANTIAGO, Frei Francisco de, Chronica da Santa Provincia
de Nã Srã da Soledade, Lisboa, 1762.

PIMENTEL, Luis Serrão, Methodo Lusitanico de desenhar as
fortificações das praças regulares e irregulares,
Lisboa, 1682.

VASCONCELOS, Pe. Inácio de, Artefactos Simetriacos e
Geometricos, Lisboa, 1733.

VIEIRA, Manoel Antonio, Descripção do Prodigioso Augusto
Sanctuario do Bom Jesus do Monte da Cidade de Braga,
antigamente nomeado de Santa Cruz, Lisboa, 1793.

BIBLIOGRAFIA

Geral

ALMEIDA, Fortunato de, História da Igreja em Portugal, 8 vols. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1910-1924.

BASTO, Artur de Magalhães, Apontamentos para um dicionário de Artista e Artífices que trabalharam no Porto do séc. XV ao séc. XVIII, Porto, C.M.P./G.H.C., s.d.

BRANDÃO, Domingos de Pinho, Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na Cidade e na Diocese do Porto, 3 vols., Porto, Diocese do Porto, 1985.

COELHO, António Borges, Inquisição de Évora / Dos primórdios a 1668, 2 vols., Lisboa, Ed. Caminho, 1987.

DACOS, Nicole; SERRÃO, Vitor, "Des grotesques à la peinture de «brutesques», in Portugal et Flandre, Catálogo Europa'ia 91, Bruxelas, 1991, pp. 41-55

- MARQUES, João Francisco, A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640-1688, 2 vols., Porto, I.N.I.C., 1989.
- MECO, José, "Le «cycle des maitres» baroques", in Azulejos, Catálogo Europália 91, Bruxelas, 1991, pp. 41-48.
- PEREIRA, José Fernandes (dir.), Dicionário da Arte Barroca em Portugal, Lisboa, Ed. Presença, 1989.
- RAU, Virginia, "Fortunas ultramarinas e a nobreza portuguesa do séc. XVII, Sep. da Revista Portuguesa de História, Tomo VIII, Coimbra, 1961.
- SANTOS, Horácio, Cartas e Outros Documentos da Época da Guerra da Aclamação, Lisboa, Arquivo Histórico Militar, 1973.
- SILVA, António Lambert Pereira da, Nobres Casas de Portugal, 3 vols., Porto, s.ed., s.d.
- SIMÕES, Santos, Azulejaria em Portugal no séc. XVIII, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.
- SMITH, Robert, A Talha em Portugal, Lisboa, Livros Horizonte, 1969.

SUBRAL, Luis de Moura, "A Ordem de Cister e a Restauração Brigantina / Um ciclo emblemático em Salzedas", in Oceanos, Lisboa, nº 6, Abril de 1991, pp. 80-85.

"Josefa d'Óbidos e as gravuras: problemas de estilo e de iconografia", in Josefa d'Óbidos e o Tempo Barroco, Lisboa, I.P.P.C., 1991.

TORGAL, Luis Reis, Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração, Coimbra, 1982.

VIRELLIO, Paul, Vitesse et Politique, Paris. éd. Galilée, 1977

Arquitectura e engenharia

AA VV, De Palas a Minerva / La formacion cientifica y la estructura institucional de los ingenieros militares en el siglo XVIII, Barcelona, Cerbal/C.S.I.C, 1988.

ACKERMAN, James S., Palladio, Madrid, Xarait Ediciones, 1987.

AIRES, Cristovão, História Orgânica e Política do Exército Português, Provas, 17 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1902-1932.

ALBUQUERQUE, Luis de "«A Aula de Esfera» do Colégio de Sto. Antão no séc. XVII" in Agrupamento de Estudos de Cartografia, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972.

"A geometria em Portugal no início do século XVIII", in A Nautica e a Ciência em Portugal - Notas sobre as navegações, Lisboa, Gradiva, 1989, pp. 157-172.

AMANDIO, Bernardino, O Forte de S. João Baptista e o Farol de Esposende, Esposende, Celanus, 1982.

ATAÍDE, Maia, João Antunes Arquitecto * 1643-1712,
Lisboa, Instituto Português do Património
Cultural, 1988.

AZEVEDO, Carlos de, Solares Portugueses, 2ª edição,
Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

BAPTISTA, Paulo R., A Planimetria de Algumas Igrejas
Octogonais dos Séculos XVII e XVIII, Trabalho
dactilografado para a cadeira de História da
Arte da F.C.S.H. da U.N.L.

BARATA, Mário, "Nota sobre a Igreja de Nã Srã da
Guadalupe de Braga relativamente ao surto dos
espaços curvilíneos na arquitectura setecentista
lusa e brasileira", in Bracara Augusta, Braga,
Tomo XXXII, Fasc. 73-74 (85-86),
Janeiro-Dezembro de 1978, pp.

BAZIN, Germain, "Reflexions sur l'origine et l'évolution
du baroque dans le Nord du Portugal", in
Belas-Artes, Lisboa, 1950, pp. 3-13.

Aleijadinho et la sculpture baroque du Brésil,
Paris, Édition du Temps, 1963.

BONIFACIO, Horácio Manuel Pereira, Polivalência e Contradição. Tradição seiscentista. O Barroco e a inclusão de Sistemas Ecléticos no séc. XVIII. A Segunda geração de Architectos, Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Architectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1990.

BURY, John, "Introduction to the art and architecture of Portugal" in Blue Guide Portugal, Londres, 1984.
"Arquitectura e Arte no Brasil Colonial", S. Paulo, Nobel, 1991.

CAMARA, Teresa Bettencourt da, Óbidos / Arquitectura e urbanismo séculos XVI e XVII, Lisboa, I.N.C.M. / Câmara Municipal de Óbidos, 1989.

CARREIRA, Adélia Maria Caldas, Leiria, Cidade Episcopal O urbanismo leiriense do séc. XVI ao séc. XVIII, Dissertação de Mestrado em História da Arte, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1989.

CARVALHO, Ayres de, D. João V e a Arte do Seu Tempo, 2 vols., Lisboa, Ed. do autor, s.d.

Catálogo de Desenhos da Biblioteca

Nacional, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1984.

CEVESE, Renato, "La «riformazione» delle case vecchie secondo Sebastiano Serlio", in Sebastiano Serlio, Milano, Electa, pp. 196-202.

CHASTEL, André, Art et humanisme à Florence au temps de Laurent le Magnifique, Paris, P.U.F., 1959.

CORREIA, José Eduardo Horta, "Urbanismo em Portugal", in Dicionário Ilustrado da História de Portugal, Fasc. 193, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 306-308, 1985.

"A arquitectura -maneirismo e «estilo-chão»", in História da Arte em Portugal, vol. 7, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, pp. 93-135.

DIAS, João José Alves, "Uma Grande Obra de Engenharia em meados de Quinhentos -A mudança do curso do Tejo", in Ensaio de História Moderna, Lisboa, Ed. Presença, 1987, pp. 153-176.

FARA, Amelio, Il Sistema e La Città /Architettura fortificata dell'Europa moderna dai trattati alle realizzazioni (1464-1794), Genova, Sagep Editrice,

1989.

FEIO, Alberto, Carlos Amarante uma Figura Nacional-
Insigne Arquitecto e Engenheiro (1748-1815),
Braga, Ed. Bracara Augusta, 1951.

FERRÃO, Bernardo, Projecto e Transformação Urbana do
Porto na Epoca dos Almadas 1758-1813, Porto,
Faculdade de Arquitectura da Universidade do
Porto, 1989.

"Tratadística, Ensino e Arquitectura em Portugal
(1500-1800)", in Revista Arquitectos, nº 2,
Lisboa, Maio-Junho, 1989, pp. 4-21.

FERRÃO, Leonor, "Um motivo arquitectónico emblemático"
in Actas do 1 Congresso Internacional do
Barroco, Porto, Reitoria da Universidade do
Porto / Governo Civil do Porto, 1991, pp.

FERREIRA, Augusto, "Ampliação e transformação do
edifício do Hospital de S. Marcos de Braga no
séc. XVIII, segundo as plantas do Engenheiro
Manuel Pinto de Vilalobos e do Arquitecto (?)
Carlos António Leoni", in Lumen, nº 5, 1989,
pp. 265-272.

FONSECA, Martinho da, "Catálogo Resumido da Precioza
collecção de manuscriptos da Casa Cadaval",
sep. do Boletim da Sociedade de Bibliófilos
Barbosa Machado, Lisboa, 1915.

FRANÇA, Marie-Thérèse Mandroux, "Quatro Fases da
Urbanização do Porto no Século XVIII", sep. do
Boletim da Câmara Municipal do Porto, Porto, 2ª
série, vol.2, 1984.

GILLE, Bertrand, Les Ingénieurs de la Renaissance,
Paris, Hermann, 1978.

GINZBURG, Carlo, A Micro-História e Outros Ensaios,
Lisboa, Difel, 1989.

Giulio Romano, Milão, Electa, 1989.

GLUTON, Jean-Jacques, Renaissance et Baroque à
Aix-en-Provence, 2 vols., Rome, École Française
de Rome, 1979.

GOMES, A. Luiz, "A Fortaleza de Valença / Luís Serrão
Pimentel e o Marechal Vauban", in O Instituto,
vol. CXXVII, 1985.

GONÇALVES, Flávio, "As obras setecentistas da Igreja de

Nossa Senhora da Ajuda de Peniche e o seu enquadramento na Arte Portuguesa da primeira metade do séc. XVIII", in Boletim da Assembleia Regional de Lisboa, III Série, nº 89, 1º Tomo (1983).

GRODECKI, Louis, "Vauban Urbaniste", in Le Moyen Âge Retrouvé, Paris, Flammarion, 1990.

KUBLER, George, A Arquitectura Portuguesa Chã - Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706, Lisboa, Vega, s.d.

LEITE, Ana Cristina, O Jardim em Portugal nos Séculos XVII e XVIII / Arquitectura / Programas Iconográficos, 3 vols., Dissertação de Mestrado em História da Arte, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988.

LIMA, Henrique de Campos Ferreira, "Um tratado de artilharia do séc. XVII, adquirido pelo Arquivo Histórico Militar", in Revista de Artilharia, nº 73, Lisboa, Ano XXVIII, 2ª série, Julho 1939, pp. 5-19.

LOIZ, Wolfgang, La Arquitectura del Renacimiento en

Italia / Estudos, Madrid, Hermann Blumme, 1985.

MASSARA, Monica, Santuário do Bom Jesus do Monte-
Fenómeno Tardo-Barroco em Portugal, Braga,
Confraria do Bom Jesus do Monte, 1988.

MONTCLOS, Jean Marie Pêrouse de, "Palladio et la Théorie
Classique dans l'Architecture Française du
XVIIème. Siècle", in Bollettino del Centro di
Studii di Architettura Andrea Palladio, XII,
Vicenza, 1970, pp. 97-105.

MORACHIELLO, Paolo, "Da Lorini a de Ville: per una
scienza e per uno statuto dell'ingegnere",
in L'architettura militare veneta del
Cinquecento, Milano, Electa, pp. 45-47.

MOREIRA, Rafael, Um Tratado Português de Architectura do
Séc. XVI, Dissertação de Mestrado em História
da Arte, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1982.

"Do rigor teórico à urgência prática: a
arquitectura militar", in História da Arte em
Portugal, vol. VIII, Lisboa, Alfa, 1986, pp.
67-85.

"A Escola de Arquitectura do Paço da Ribeira e a Academia de Matemáticas de Madrid", in As Relações Artísticas Entre Portugal e Espanha na Época dos Descobrimentos, Coimbra, Ed. Minerva, 1987, pp. 65-77.

"Les «grands-ingénieurs du Royaume» et la circulation des formes dans l'Empire portugais", in Portugal et Flandre, Catálogo Europália 91 Portugal, Bruxelas, pp. 103-113.

MOREIRA, Rafael; GHUILLAUME, Jean, "La première description de Chambord" in Revue dell'Art, Paris, P.U.F., 1988.

MORENO, Humberto Baquero, "A navegabilidade do Rio Douro nos sécs. XVI e XVII" in Actas do 1º Congresso Histórico Sobre o Rio Douro, Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1987, pp. 177-193.

NÚÑEZ, Estanislao Fernández de la Cigüña, "Teoría y Proyecto sobre las Fortificaciones Militares al Norte del Duero", in Actas do 1º Congresso Internacional Sobre o Rio Douro, Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1987, pp. 323-329.

OLIVEIRA, Aurélio de, "Contribuição para o estudo dos elementos architectónicos seiscentistas da Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira" in Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, Guimarães, vol. IV, 1981, pp. 262-297.

PEREIRA, José Fernandes, "Resistência e aceitação do espaço barroco: a arquitectura religiosa e civil", in História da Arte em Portugal - O Limiar do Barroco, vol. 8, Lisboa, Edições Alfa, 1986, pp. 7-64.

"Retórica da Fé - Simbolismo e Decoração no Escadório dos Cinco Sentidos" in Claro-Escuro, nº 1, Lisboa, 1988, pp. 17-32.

PICON, Antoine, Architectes et Ingénieurs au Siècle des Lumières, Marselha, Parenthèses, 1988.

PEREZ-GÓMEZ, Alberto, Architecture and the Crisis of Modern Science, Cambridge, M.I.T., 2ª ed. 1988.

PROFUMO, Luciana Müller, El ornamento iconico y la arquitectura 1400-1600, Madrid, Catedra, 1985.

REIS, António Matos, "Miguel de Lescot, Engenheiro e Arquitecto", Sep. de Estudos Regionais V, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, s.d., pp. 53-59.

"Lopes uma família de artistas em Portugal e na Galiza", Sep. da Revista de Guimarães, Barcelos, XCVI (1986).

"A Arte na arquidiocese de Braga, sob a égide do Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728): o estilo, as obras e os artistas", in A Catedral de Braga na História e na Arte (Sécs. XII-XIX), vol. II/2, Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da dedicação da Sé de Braga, Braga, Universidade Católica Portuguesa/ Faculdade de Teologia de Braga/ Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1989, 373-394, 1990, pp. 373-394.

Filippo Terzi à Luz dos Documentos- A Fortaleza de Santiago da Barra em Viana do Castelo, in Alto-Minho, Viana do Castelo, vol. 28, 89 da 3ª série, 1987, pp. 92-117.

SILVA, Inácio Francisco da, "A Aula de Fortificação e a Arquitectura Militar", in Revista de Engenharia

Militar", nº Comemorativo do III Centenário da
Engenharia Militar, Lisboa, 1943, pp. 29-43.

SILVA, Jorge Henrique Pais da, Estudos sobre o
Maneirismo, 2 vols., Lisboa, Ed. Estampa, 1983.

Páginas de História da Arte, 2 vols., Lisboa, Ed.
Estampa, 1986.

SMITH, Robert, "A Casa da Câmara de Braga (1753-1756)",
Sep. de Bracara Augusta, vol. XXII, 1968.

"Santo André de Rendufe /Subsídios para a
História da sua Igreja durante o Século XVIII",
in Bracara Augusta, Braga, vol. XXIII, nº 56
(68), Julho-Dezembro de 1969, pp. 7-106.

Três Estudos Bracarenses, Braga, Livraria Cruz,
1972.

"A Sacristia do Tesouro da Sé Primacial",
in Bracara Augusta, Braga, vol. XXIV, Fasc.
57-58, Janeiro-Dezembro de 1970.

"Três Artistas de Braga (1735-1775)", Sep. de
Bracara Augusta, vol. XXVIII, 1974.

VITERBO, Sousa, Dicionário Histórico e Documental dos
Arquitectos, Engenheiros e Construtores
Portugueses, 3 vols., 2ª ed., Lisboa, Imprensa
Nacional-Casa da Moeda, 1988.

WIEBENSON, Dora (org.), Los Tratados de Arquitectura De
Alberti a Ledoux, Madrid, Hermann Blume,
1988.

WITTKOWER, Rudolf, Architectural Principles in the Age
of Humanism, Londres, St. Martin's Press,
1988.

Local

ABREU, Alberto Antunes de, O Castelo de S. Tiago da Barra, Câmara Municipal de Viana do Castelo/
Centro de Estudos Regionais, 1986.

ABREU, Leonídeo, Silva Minhota, Braga, s. ed., 1956.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, Alto Minho.
Lisboa, Ed. Presença, 1987.

Barcelos, Lisboa, Ed. Presença, 1990.

d'ALPUIM, Maria Augusta; VASCONCELOS, Maria Emília de,
Casas de Viana Antiga, Centro de Estudos
Regionais, 1983.

ALVES, José Maria Gomes, Património Artístico e Cultural
de Guimarães, Guimarães, Companhia Editora do
Minho, 1981.

ALVES, Lourenço, Caminha e o Seu Concelho, Caminha,
1985.

Arquitectura religiosa do Alto-Minho, Viana do
Castelo, s. ed., 1987.

CALDAS, José, História de um fogo-morto, Porto, Lello & Irmão, 1963.

CONDE D'AURORA, Monografia do Concelho de Ponte de Lima, Porto, Litografia Nacional, 1946.

Roteiro de Ribeira Lima, Porto, ed. do autor 1959.

COSTA, Avelino Jesus da, "A Matriz de Ponte da Barca", in O Povo da Barca, 45º ano, nº 31, 24 de Agosto de 1944, pp. 7-8.

A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga nos sécs. XV a XVIII, Braga, 1985.

CRUZ, Manuel Braga, "A Sé de Braga", in Bracara Augusta, Braga, Tomo XXX, fasc. 70 (82), Julho-Dezembro de 1976.

FERREIRA, José Augusto, Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga (séc. III- séc. XX), 4 vols., Braga, Mitra Bracarense, 1928-1935.

GOMES, José Garção, Monção e seu Alfoz na Heráldica Nacional, Barcelos, s. ed., 1969.

GOMES, Paulo Varela; CALDAS, João Vieira, Viana do Castelo, Lisboa, Ed. Presença, 1990.

GUERRA, Luis Figueiredo da, Viana do Castelo, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1877.

Esboço Histórico. Viana do Castelo, Imprensa da Universidade, 1878.

Torres solarengas do Alto-Minho, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.

Castelos do Distrito de Viana, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

Viana e Caminha, Porto, Marques de Abreu, 1929.

LEMOS, Miguel Roque dos Reys, Estudo para os Anais Municipais de Ponte de Lima, Viana do Castelo, 1936.

MORAIS, Maria Adelaide Pereira de, "Velhas Casas VIII - Casa do Cano ou do Salvador", in Boletim de Trabalhos Históricos, Guimarães, vol. XXXII (1982).

MOREIRA, Manuel António Fernandes, O Porto de Viana e as

Navegações para o Noroeste Atlântico, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1987.

Os Mercadores de Viana e o Comércio do Açúcar Brasileiro no Século XVII, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1990.

NÓBREGA, Artur Vaz Osório da, Pedras de Armas e Armas Tumulares do Distrito de Braga, vol. V, Braga, Junta Distrital, 1975.

NORTON, Manuel Artur, "Sobre o Porto de Viana da Foz do Lima", in Centro de Estudos Regionais-Boletim Cultural, nº 4, Viana do Castelo, 1987, pp. 90-102.

OLIVEIRA, A. Lopes de, Valença do Minho, Póvoa do Varzim Editora Poveira, 1978.

OLIVEIRA, Aurélio de; LOMBARDEIRO, Jaime Garcia "Alguns dados em torno das relações económicas entre o Porto -a sua região e a Galiza na época Moderna- séc. XVII, XVIII", in Revista de História, Actas do Colóquio "O Porto na Época Moderna" I, vol. II, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1979, pp.

119-147.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de, Estudos Bracarenses / As
Alterações Toponímicas (1380-1980), Braga,
Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação
do Património Cultural 1981.

REIS, António Matos, Itinerários de Ponte de Lima, Ponte
de Lima, s. ed., 1973.

